

**Lisboa e a Invasão de Junot:
população, periódicos e panfletos (1807-1808)**

José Mário Fidalgo dos Santos

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Setembro de 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes

Ao
Filipe,
à
Bárbara
e, acima de tudo, à Ana Maria,
com a imensa saudade do Tomás

Agradecimentos

Devo em primeiro lugar um agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Jorge Fernandes, pela preocupação em me fazer reconhecer, desde o início, qual a dimensão e o enquadramento mais adequado para a minha tese. Sem isso, talvez não tivesse sido possível chegar até aqui, nem esta tese teria beneficiado das oportunas e valiosas considerações que me foi transmitindo durante a realização do trabalho sob a sua competente orientação.

A todas as pessoas que, ao longo deste trabalho, me disponibilizaram a sua atenção e demonstraram boa vontade em me ajudar, desde os responsáveis e funcionários do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, passando pelo diligente pessoal do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa e do Gabinete de Estudos Olisiponenses, até aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal que me habituei a respeitar pelo seu sempre eficiente trabalho.

Por último, um agradecimento especial à minha mulher, Ana Maria, pela sua compreensão pelo tempo que este trabalho me absorveu e pela ajuda que me deu através das suas sempre úteis indicações. Finalmente, à minha filha Bárbara, cuja formação, conhecimentos e experiência foram um precioso auxiliar para a realização deste trabalho.

RESUMO

No termo das comemorações dos duzentos anos da Guerra Peninsular (1808-1814), este trabalho propõe-se trazer uma reflexão sobre a ocupação de Lisboa pelo exército francês, comandado pelo general Jean-Andoche Junot, e a luta do povo da cidade contra as forças napoleónicas, durante um período de nove meses, entre 30 de Novembro de 1807 e 30 de Agosto de 1808.

A cidade de Lisboa foi personagem principal e testemunha dos acontecimentos que marcaram a ocupação militar francesa, cujos participantes foram, em primeiro lugar a população de Lisboa, com maior relevo para o povo simples, mas também outros estratos da população que, em menor ou maior grau, sofreram igualmente as difíceis condições criadas pela presença militar estrangeira.

A importância do papel que Lisboa viria a desempenhar nestas difíceis circunstâncias, justifica o relevo que foi dado ao período da sua ocupação pelo exército francês, através das diversas formas de que se revestia a vida na cidade, nos seus aspectos sociais e culturais, incluindo, além da sua morfologia urbana, a vida social e cultural, os hábitos e tradições, as condições de vida, os entretenimentos e as instituições que identificavam a cidade.

Em seguida, estabelecemos as circunstâncias em que a cidade se encontrava nesse último mês de Dezembro de 1807, com a retirada para o Brasil do Príncipe Regente D. João, acompanhado pela família real, a corte e a maioria da primeira nobreza do país, coincidindo com a entrada das tropas francesas em Lisboa. Finalmente, abordámos as consequências destes acontecimentos para a população, cuja manifestação se evidenciou no sentimento de perda e na fraqueza de ânimo por ela sentidos.

Por último, sublinha-se o papel desempenhado pela imprensa portuguesa da época que, embora pouco representativa em número, conseguiu um efeito mobilizador junto de largas camadas da população, transformando-se num dos principais veículos da sustentação da luta contra o ocupante francês, através não apenas da imprensa periódica mas, igualmente, dos panfletos anti-napoleónicos que se imprimiram e distribuíram às centenas.

Palavras-chave

Primeira Invasão Francesa, Príncipe Regente D.João, Junot, Lisboa (Lisbon city), periódicos, panfletos

ABSTRACT

At the end of the 200th year celebration of the Peninsular War (1808-1814), this paper proposes to bring a reflection on the occupation of Lisbon by the French army, commanded by general Jean-Andoche Junot, and the struggle of the people of the city against the Napoleonic forces, over a period of nine months, between November 30, 1807 and August 30, 1808.

The city of Lisbon was the main character and a witness of the events that marked the French military occupation, whose participants were firstly the population of Lisbon, with a stronger emphasis on the simple people and other sectors of the population who also suffered to a lesser or greater degree the difficult conditions created by the foreign military presence.

The importance of the role that Lisbon would play in these difficult circumstances, justifies the emphasis at the time of their occupation by the French army, through the various forms of what was life in the city, in its social and cultural aspects, including in addition to its urban morphology, the social and cultural life, habits and traditions, living conditions, the major sources of entertainment and the institutions that identified the city.

Next we establish the circumstances of the city in the month of December 1807, with the withdrawal to Brazil of the Prince Regent D. João, accompanied by the Royal family, the Court and the majority of the first nobility of the country, which coincided with the entry of the French troops in Lisbon. And finally we address the consequences of these developments for the sense of loss and weakness of mind felt by the population.

Lastly, we emphasize the role played by the Portuguese press at the time which although few in number took a representative mobilizing effect among wide layers of the population, becoming one of the main vehicles of support for the fight against the

French, not only through the periodic press but also through the anti-Napoleonic pamphlets printed and distributed in hundreds of copies.

Keywords

First French invasion, Prince Regent D. João, Junot, Lisbon city, periodicals, pamphlets

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Tratamento do tema	1
2. Estado da arte e metodologia	8

CAPÍTULO I – LISBOA INVADIDA

15

1. Lisboa na transição do século: a cidade que Junot veio encontrar	20
2. Retirada da Corte para o Brasil. Entrada das tropas francesas	42
3. Entrada de Junot em Lisboa	49

CAPÍTULO II – A POPULAÇÃO EM CONFRONTO COM O EXÉRCITO

INVASOR	66
1. A população de Lisboa	70
2. Principais acontecimentos em Lisboa durante a 1ª Invasão Francesa	73

CAPÍTULO III – PERIÓDICOS E PANFLETOS NA PRIMEIRA INVASÃO

FRANCESA	91
1. Periódicos	103
2. Panfletos	122

CONCLUSÃO

132

FONTES E BIBLIOGRAFIA

136

INTRODUÇÃO

1. Tratamento do tema (arco cronológico e problemática)

Como a história nos mostra, até ao século XIX Portugal nunca tinha estado directamente envolvido numa guerra em larga escala. O território português também nunca tinha sofrido outra ocupação de um exército estrangeiro que não tivesse vindo do reino de Espanha. A partir de finais de Novembro de 1807, a concentração em Portugal do exército francês, em que também se integravam, além de tropas espanholas, centenas de militares de diversas nacionalidades, apresentava um cenário totalmente inédito para o país.¹ Este facto novo para a população portuguesa, que foi quem mais sofreu com esta presença estrangeira, fazia com que Portugal deixasse de se diferenciar do resto da Europa continental onde, ao longo do tempo, tinham sido inúmeras as ocasiões em que se verificaram confrontos militares com consequências dramáticas para as suas populações. Foi por isso ainda mais traumático para o povo português a invasão e ocupação do país pelas tropas francesas, durante a Guerra Peninsular, por não existir memória de invasões estrangeiras que tivessem devastado tanto os campos e causado um tão intenso sofrimento aos habitantes das aldeias, vilas e cidades por onde passaram. A partir dos finais de 1807 e até meados de 1811, Portugal foi palco pela primeira vez de um confronto generalizado e feroz entre duas potências militares europeias, a França napoleónica e a Inglaterra, que se digladiaram no território português, trazendo para o país uma guerra sem quartel, com consequências dramáticas para o país, para a coroa portuguesa e para as populações indefesas.

Os portugueses não são memorialistas. Aliás, até nos nossos dias a produção editorial de memórias continua a ser escassa, embora se tenha assistido nos últimos anos à publicação de um maior número de obras dessa índole por parte de figuras

¹ Desde a entrada do exército francês em Novembro de 1807 até à Convenção de Cintra de 30 de Agosto do ano seguinte, estiveram em Portugal exércitos de três países, França, Espanha e Inglaterra, além de militares de diversas nacionalidades integrados nessas forças. Só no exército francês combateram, entre outros, polacos, italianos, holandeses, prussianos, suecos, além de outros estrangeiros de cerca de 20 nacionalidades diferentes. militares de diversas nacionalidades integrados nessas forças. Só no exército francês combateram, entre outros, polacos, italianos, holandeses, prussianos, suecos, além de outros estrangeiros de cerca de 20 nacionalidades diferentes.

públicas. Nos inícios de Oitocentos, sendo a literatura que se publicava predominantemente de natureza ficcional, ensaística, laudatória ou apologética, não era frequente encontrar relatos de acontecimentos vividos pelos próprios autores. Podemos dizer que é quase nula a memória escrita pelos coevos em português sobre as invasões francesas, o que faz com que a historiografia nacional se ressinta quando procura ir além da história militar. A situação é ainda mais grave no que se refere à primeira invasão sobre a qual, exceptuando a obra matricial de Acúrsio das Neves, pouco mais existe do que escritos de clérigos ferozmente anti-napoleónicos, cujos relatos são sobretudo de denúncia da violência e dos crimes perpetrados pelos franceses e de enaltecimento das proezas nacionais.

O mesmo já não se poderá dizer com as observações elaboradas por estrangeiros, sendo numerosas as obras sobre o período da Guerra Peninsular escritas por ingleses que estiveram na Península integrados no exército inglês, muitas delas apresentando-se como indiscutíveis referências para o conhecimento deste período da história. É preciso reconhecer, no entanto, que esta fonte documental, como quaisquer outras, necessita de ser tratada com cuidado por poder conter naturais imprecisões ou erros. Em certos casos, o espaço de tempo decorrido sobre os factos mencionados pôde levar o autor a esquecer dados importantes por falhas de memória. Noutros casos, quando os acontecimentos não foram directamente presenciados pelo autor há o risco de serem introduzidas nos relatos motivações de ordem pessoal que alterem os factos. Por tudo isto, é indispensável que as fontes e obras utilizadas sejam suficientemente escrutinadas face a esses possíveis desvios, confrontando-as sempre com outros testemunhos coevos.

O estudo do período que vai da primeira invasão francesa de Junot em 1807 até à derrota de Massena em 1811 tem sido, quase sempre, visto numa perspectiva político-militar, da qual estão quase sempre arredadas outras abordagens que incluam igualmente os fenómenos sociais, culturais ou económicos dessa época.² O objectivo da presente tese será então o de contribuir para trazer para a história desse período uma visão que coloque as Invasões Francesas, designadamente a primeira invasão, no

² Borges de Macedo, referindo-se precisamente à história das invasões, diz que têm vindo a ser tratadas como um “tema de história política, diplomática, militar, estudado na perspectiva de uma questão estritamente política e militar [...] sempre abordado com o mapa do Estado-Maior na mão”. MACEDO, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental*, Lisboa, Gradiva, 1990, p 35.

seu devido enquadramento socio-cultural. Para isso tentaremos mostrar como Lisboa e a sua população viveram esse período da ocupação francesa, através de uma narrativa que apresente como foi a sua relação com o exército francês e quais as suas contribuições para a denúncia dessa presença. Por outro lado, procuraremos enquadrar o ambiente da época através das diversas formas de que se revestia a vida da cidade, nos seus aspectos sociais e culturais que incluem a cidade edificada, a vida social, a cultura, os hábitos, os divertimentos e as instituições.

No que diz respeito à participação da população de Lisboa na luta contra o invasor, não é possível deixar de privilegiar o papel nessa luta dos estratos sociais mais baixos, com maior relevo para o povo miúdo que sofreu com maior peso a violência da presença da tropa francesa. Sabe-se que as camadas superiores da sociedade tiveram uma participação mais ténue nessa luta, podendo até afirmar-se que, quer a nobreza quer a alta burguesia, se comportaram de modo geralmente subserviente perante o poder francês. Quanto ao clero, é por demais evidente a sua crítica em relação à presença francesa – embora o alto clero tenha começado por pactuar com o invasor – e o papel que tiveram alguns eclesiásticos na luta, nalguns casos através da escrita, contra os franceses. Fica pois estabelecido um critério historiográfico para ajudar a compreender os fenómenos que caracterizaram este período da história da cidade, tendo como pano de fundo uma visão globalizante da sociedade lisboeta da primeira década de Oitocentos à época da primeira invasão. Essa história irá ser feita com recurso aos relatos directos dos seus contemporâneos e da historiografia existente, de modo a obter uma perspectiva social e cultural alargada relativamente aos acontecimentos que resultaram na derrota do exército napoleónico comandado por Junot.

Nesta linha de pensamento, propoemo-nos neste estudo sobre a primeira invasão francesa, dar menos relevo à consabida *manu militari* e enquadrar os acontecimentos de um ponto de vista menos habitual. Apresentaremos preferentemente o quadro socio-cultural em que se movimentaram as tropas francesas em Lisboa e valorizaremos a participação da população nos movimentos insurreccionais que tiveram lugar na cidade e que foram também determinantes no desfecho da ocupação francesa. Pretendeu-se com este trabalho traçar um quadro histórico da presença do exército francês do comando de Junot na cidade de Lisboa de

Dezembro de 1807 a Agosto de 1808 e das suas implicações na vida da cidade, designadamente no comportamento da população na sua luta contra o opressor francês.

A contribuição da imprensa periódica anti-francesa para o esclarecimento da população, foi devidamente sublinhada, dedicando-se uma especial atenção aos periódicos que se publicaram em Lisboa nesse período. O confronto entre os diversos periódicos e o órgão oficial francês, a *Gazeta de Lisboa*, foi objecto de uma atenção especial, no sentido de se reconhecerem as diferenças entre os noticiários “oficiais” e a realidade que era vivida pela população.

O ponto de partida para o projecto de investigação que desenvolvemos radica na hipótese de que terá sido no decurso dos breves meses que durou a ocupação de Lisboa pelo exército francês comandado de Junot, que se reuniram as condições para o despertar na população da cidade de um sentimento patriótico, e que isso deu origem a um estado de revolta que se manteve latente durante todo o tempo dessa ocupação. Tendo em vista este pressuposto, procurámos estabelecer os parâmetros a ter em conta para explicar a situação, tendo encontrado alguns factores que vão desde a própria condição da população da cidade, perante a ausência da corte no Brasil e da nobreza retirada para o campo, passando pela ausência de trabalho, consequência da situação anterior, até ao efeito mobilizador da propaganda contra os franceses, conduzida através da imprensa periódica e dos panfletos anti-napoleónicos.

Como iremos ver, os periódicos que começaram a ser publicados em Lisboa durante a primeira invasão, contribuíram, à sua maneira, para reforçar o clima de insegurança que caracterizou todo o período da ocupação da cidade e, em última análise, obrigou o dispositivo militar francês a manter uma parte das suas forças em Lisboa, limitando com isso a capacidade das divisões militares francesas, empenhadas no combate contra as forças inglesas de Wellesley. Esta constatação foi o embrião do nosso interesse em aprofundar a relação entre a cidade de Lisboa e os seus habitantes, por um lado e, por outro, o papel da imprensa, desde as publicações periódicas aos panfletos, folhas volantes e outros escritos, como catalisador do confronto entre o povo de Lisboa e as forças francesas que, em última análise, conduziu às manifestações insurreccionais contra o ocupante, contribuindo também deste modo, em conjugação com a acção militar inglesa, para a sua expulsão do país.

Com este trabalho pretendeu-se dar uma contribuição para o estudo das condições que tornaram a população de Lisboa sensível às mensagens transmitidas pelos periódicos e panfletos que se publicaram em Lisboa, e como elas influenciaram o desenrolar dos acontecimentos que conduziram à derrota do exército francês. Para esse fim, desenvolvemos uma investigação histórica sobre os episódios mais significativos do confronto entre a população de Lisboa e o exército invasor, de modo a pôr em paralelo esses episódios, que a imprensa pró-francesa, a *Gazeta de Lisboa*, ignorava ou minimizava a sua existência, e os periódicos patrióticos “nacionalistas” os fomentavam e davam a conhecer, usando uma linguagem satírica, próxima da população a quem se dirigiam.

Durante a primeira invasão francesa, a cidade de Lisboa passou a ser uma cidade ocupada, numa situação semelhante à de outras capitais europeias. Essa ocupação revestiu-se de algumas particularidades que advieram das características sócio-culturais da sociedade da época e da própria cidade habitada, num tempo e num espaço definido que, de certo modo, terão influenciado os episódios de confrontação entre a população e os militares franceses. Foram estas as razões que nos levaram a alargar o âmbito da investigação, de modo a enquadrar melhor esse espaço e esse tempo, apresentando circunstanciadamente a cidade de Lisboa e a sua população na primeira década de Oitocentos.

O exército francês de Junot daria início à primeira invasão, entrando no país a 19 de Novembro de 1807 para chegar a Lisboa apenas com uma parte do seu efectivo a 30 de Novembro seguinte, dando origem à ocupação da cidade pelo exército napoleónico durante um período de cerca de nove meses. À chegada a Lisboa, Junot foi encontrar o país governado por uma Junta Governativa, nomeada pelo Príncipe Regente D. João antes da partida para o Brasil. Foi esta Junta Governativa, constituída por membros da Casa Real e da Corte que lhe desejou as boas vindas, colocando de imediato os seus cargos à disposição. Mais tarde Junot aproveitou esta circunstância para substituir a Junta por outros elementos próximos das suas orientações. A partir desse momento, Lisboa tornou-se mais uma cidade de um país europeu a estar sob o domínio francês, como muitas outras antes e depois dela. Apesar de tudo, Lisboa encontrava-se numa situação especial, diferenciando-se significativamente de qualquer outra cidade por não ter sido ocupada com a presença do rei e da Corte, que

entretanto se dirigiam para o Brasil, deixando apenas alguns membros da nobreza para trás. De qualquer modo, a cidade perdia, a partir desta altura, parte da sua importância política, mas mantinha inalterada a sua importância estratégica para o fim que interessava a Napoleão que era o de controlar o seu porto impedindo o comércio com a Inglaterra.

O período temporal que é habitualmente estabelecido para sinalizar a Guerra Peninsular em Portugal inicia-se, como vimos, no final de Novembro de 1807, com a entrada do exército de Junot em Portugal a partir de Alcântara, até Abril de 1811 quando o exército de Massena se retirou para Ciudad Rodrigo. Neste espaço de tempo, de pouco mais de três anos, irá assistir-se a uma inumerável sequência de acontecimentos que marcarão profundamente a sociedade portuguesa durante muitos anos, chegando algumas destas marcas a perdurar até ao nosso tempo. Seria estultícia da nossa parte pretender abarcar toda esta época num trabalho com as limitações de tempo e de extensão que existem e, por isso, limitaremos temporalmente o nosso estudo ao período da primeira invasão de Junot (Novembro de 1807 – Setembro de 1808). Por outro lado, o trabalho irá centrar a sua investigação apenas sobre Lisboa, cidade que acolheu o quartel-general das forças invasoras e de onde partiram as tropas francesas para reprimir a insurreição que tinha entretanto tomado conta do país. O nosso trabalho visará exclusivamente dar a devida ênfase às especiais condições vividas durante esta ocupação de Lisboa, considerando que a sua população desempenhou um importante papel na luta contra o exército francês.

A história das invasões francesas não pode no entanto fazer-se sem que se reconheça o papel que Lisboa desempenhou para a compreensão das componentes política e estratégica que se encontravam em jogo e que foram fundamentais para a sua ocupação pelo exército francês durante a primeira invasão. Os mesmos pressupostos já não se verificaram com os exércitos comandados, quer por Soult quer por Massena, que não chegaram a Lisboa. Com efeito, o desígnio napoleónico de encerrar os portos do continente ao comércio britânico não podia ser posto em prática sem que o porto de Lisboa ficasse em mãos francesas, razão, entre outras, para a formação do exército que haveria de dar cumprimento a esse desiderato. Está fora de dúvida que um dos primeiros objectivos de Napoleão, senão o primeiro, para a ocupação de Lisboa e, por inerência, de todo o país, especialmente da sua costa, teve

em conta a determinação de fazer ceder a Inglaterra pela destruição da sua economia assente no comércio marítimo, daí a importância desta estratégia de bloqueio da frota marítima inglesa para a explicação da primeira invasão. Esta teoria relativiza, como é evidente, os termos do Tratado de Fontainebleau, pelos quais Portugal seria dividido em três regiões, cada uma entregue aos signatários do tratado.

A cidade de Lisboa tornou-se, a partir de finais de 1807, a chave para a estratégia napoleónica de impedir a utilização do melhor porto europeu no Atlântico Norte pelos navios britânicos, razão pela qual Junot, pressionado por Napoleão, encetou, a partir da sua entrada no país pelas Beiras, um movimento acelerado até Lisboa. A ocupação da cidade de Lisboa por Junot, entre os finais de 1807 e Setembro de 1808, revestiu-se de alguns aspectos singulares por os seus habitantes não terem sofrido tanto com as violências dos franceses como a restante população portuguesa. Mas, se não sofreram como outros, sentiram por outro lado o peso da ocupação mais de perto e tiveram de enfrentar dificuldades de toda a ordem, desde as restrições de circulação à falta de géneros de primeira necessidade.

É preciso lembrar que, quando chegou a Lisboa a 30 de Novembro, Junot não veio encontrar uma cidade desconhecida, pois a sua permanência anterior na capital em 1805, por um curto período, enquanto embaixador da França, lhe permitiu descobrir os principais locais e interesses da cidade. Mas Lisboa já não seria a mesma se considerarmos, por exemplo, que a partida do Príncipe Regente e da Corte para o Brasil deixou a cidade com menos uns milhares de habitantes, tantos quantos viajaram nos navios da armada portuguesa a caminho do Rio de Janeiro, entre eles alguns dos vultos maiores do Reino e da nobreza mais antiga com o seu séquito de acompanhantes e criados.³

³ Embora o secretário do Núncio em Lisboa tivesse estimado em 10 000 o número de pessoas embarcadas na esquadra que conduziu o Regente e a corte para o Brasil, dados mais fidedignos apontam para valores inferiores, entre 4 e 7 000 pessoas. PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dores, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 149.

2. Estado da arte e metodologia (antecedentes e fontes usadas)

Sabemos como a historiografia da Guerra Peninsular é extensa, cobrindo com maior ou menor profundidade as três invasões francesas, sendo embora a visão militar a que está subjacente a grande número das obras publicadas. Em 1908 e anos seguintes, por altura do primeiro centenário das invasões, saiu um conjunto substancial de trabalhos, na sua maioria de oficiais do exército, tratando com particular ênfase a componente bélica dos acontecimentos ocorridos. Mais recentemente, a partir de 2007, coincidindo com as comemorações do segundo centenário, assistiu-se igualmente ao florescimento de obras sobre este tema, com a edição ao longo dos últimos cinco anos de um número assinalável de livros sobre a Guerra Peninsular. Para o nosso trabalho sobre a primeira invasão recorreremos, tanto quanto possível, aos relatos de autores portugueses, directos participantes nos acontecimentos, valorizando sobretudo as obras dos contemporâneos, mas incluindo igualmente nele os relatos dos militares ingleses que viveram *in loco* as vicissitudes da guerra, bem como, em menor grau, a visão dos invasores franceses e dos seus aliados espanhóis.

Como dissemos antes, as invasões francesas já foram suficientemente tratadas por muitos historiadores, a começar pela obra matricial de José Acúrsio das Neves, testemunha presencial dos acontecimentos por si narrados na *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal*.⁴ Num segundo momento, um outro precursor como Cláudio de Chaby, que ainda teve oportunidade de ouvir alguns relatos em primeira mão, utilizou-os para os seus *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos à Guerra denominada da Península*. Finalmente Luz Soriano que,

⁴ José Acúrsio das Neves é o principal cronista português da primeira invasão francesa, relatando com conhecimento directo a resistência que a população portuguesa ofereceu ao exército invasor e a forma como decorreu a luta popular na sequência da insurreição iniciada em Junho de 1808. Acúrsio das Neves teve uma participação política e social muito activa, principalmente no período abrangido pelo segundo quartel de Oitocentos, tendo sido deputado às Cortes Constituintes de 1821 e às Cortes de 1822, revelando-se um panfletário feroz ao destacar-se na defesa da Rainha Carlota Joaquina na sua recusa de jurar a Constituição. Interveio mais tarde na Junta dos Três Estados, durante o reinado de D. Miguel, de que era um dos “partidários ferrenhos”, conforme vem escrito na introdução à sua obra. Dos cinco tomos da *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal*, os dois primeiros foram publicados em 1810, cerca de três anos após a entrada do exército napoleónico em Portugal, e os três tomos seguintes em 1811. NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, pp. 131-135.

na *Segunda Epocha* da sua *História da Guerra Civil*, fez um extenso desenvolvimento do tema da Guerra da Península, teve o mérito adicional de ali ter inserido praticamente toda a documentação produzida na época pelo governo francês durante a primeira invasão. Nesta relação bibliográfica não podemos esquecer outras obras pouco divulgadas, ou por se encontrarem manuscritas, caso da *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809*, escrita por Frei António Pacheco em 1809, ou por se manterem na edição original com acesso restrito, caso do *Compendio Histórico dos acontecimentos mais célebres, motivados pela revolução de França, e principalmente desde a entrada dos Franceses em Portugal*, da autoria de Frei Joaquim Soares.

A obra de referência de Acúrsio das Neves para o estudo do período das invasões francesas “incidiu evidentemente sobre acontecimentos históricos relevantes, antes de mais nada sobre a primeira invasão francesa e outros sucessos tanto anteriores como posteriores ao assalto das tropas comandadas por Junot”.⁵ José Acúrsio das Neves é o autor de uma das obras seminais sobre as Invasões Francesas, cuja importância está, para alguns, ao nível dos melhores trabalhos sobre o tema de autores consagrados de Portugal, pela importância dos relatos vividos que apresenta e que se transformaram numa das principais fontes, senão a principal, para a história daquele período. Diz Acúrsio das Neves na Introdução da sua *História Geral da Invasão dos Franceses*, que o seu propósito ao escrevê-la foi:

“... seguir a marcha dos invasores desde que puseram os pés no território português; os seus hostis procedimentos para com um soberano e uma nação que os não provocou; a partida do Príncipe Regente, e de toda a Real Família, para o Brasil; o modo e os meios de que se serviram para ocuparem e domarem o reino; os principais actos de opressão e espoliação que praticaram em Portugal (...) os principais acontecimentos da restauração do reino, consequência imediata dos sucessos da Espanha e da fermentação em que se achava o povo português”.⁶

⁵ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 99

⁶ *Idem, ibidem*, p. 143.

Acúrsio das Neves não será um historiador no sentido tradicional do termo, mas antes um narrador dos factos que testemunhou, dos quais, na maioria das vezes, retira pensamentos que pretendem ser um contributo, quer para a compreensão mais profunda dos acontecimentos, quer para uma orientação futura da vida colectiva dos povos, tendo como pano de fundo uma concepção doutrinária que há-de nortear toda a sua vida política. O seu profundo conservadorismo, avesso a todas as doutrinas liberais que à época entusiasmavam os letrados do país, está expresso na “*defesa dos valores tradicionais*”, em que o seu papel doutrinador “*não podia deixar de causar um forte impacto sobre as camadas da população a que se dirigia*”.⁷

No Século XX, autores como António Ferrão, Brito Aranha, Christovam Ayres, Vitoriano José César, Durval Pires de Lima ou Pedro Vitorino, deram importantes contribuições para um melhor conhecimento do período das invasões.⁸ Mais recentemente, outras obras marcantes foram aparecendo de autores contemporâneos, como António Pedro Vicente, este um verdadeiro especialista da Guerra Peninsular, ou Vasco Pulido Valente, um ensaísta da história com uma abordagem original sobre a participação popular durante as invasões.⁹ Devem ainda acrescentar-se outros historiadores mais modernos com trabalhos relevantes sobre o tema, dos quais se destacam António Ventura, Ana Cristina Araújo, Fernando Dores Costa ou José Miguel Sardica.¹⁰ Entre os estrangeiros, tornou-se imprescindível a leitura das obras dos ingleses Charles Oman, William Napier ou Charles William Vane.

⁷ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 107.

⁸ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925; ARANHA, Brito, *Nota acerca das Invasões Francezas em Portugal, principalmente a que respeita à primeira invasão do commando de Junot*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1909; AYRES, Christovam (de Magalhães Sepúlveda), *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1930; CÉSAR, Vitoriano José, *Estudos de História Militar—Breve estudo sobre A Invasão Franco-Espanhola de 1807 em Portugal e operações realizadas até à Convenção de Cintra*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1903; LIMA, Durval Pires de, *Os Franceses no Porto — 1807-1808*, Porto, Imprensa Portuguesa, s/d; VITORINO, Pedro, *O Grito de Independência em 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

⁹ VICENTE, António Pedro, *O Tempo de Napoleão em Portugal—Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000 e VALENTE, Vasco Pulido, *Ir Prò Maneta - A Revolta contra os Franceses (1808)*, Lisboa, Alétheia Editores, 2007.

¹⁰ VENTURA, António, SOUSA, Maria Leonor Machado de, *Guerra Peninsular: 200 Anos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007; ARAÚJO, Ana Cristina, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 7-90, 1985; COSTA, Fernando Dores, PEDREIRA, Jorge, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; SARDICA, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal—Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*, Lisboa, Tribuna da História, 2011.

¹¹ Também foi da maior importância a consulta das obras dos generais franceses que acompanharam Junot a Portugal, Maximilien Foy e Paul-Charles Thiébault. ¹² Devemos ainda de referir, no que respeita à história da imprensa em Portugal, os nomes de José Tengarrinha e Nuno Daupias de Alcochete. ¹³

Nos últimos anos, na sequência das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular, muitos foram os trabalhos de índole histórica que se publicaram sobre a Guerra Peninsular, incluindo as actas dos congressos realizados a partir de 2008, sendo um certo número destas obras de leitura obrigatória para quem deseje ter uma visão mais abrangente das diferentes abordagens que o tema merece. Pelo que fica dito, infere-se que o trabalho de investigação conduzido para a prossecução do enunciado do tema da tese implicou a recolha dos dados mais relevantes, trabalhados a partir da pesquisa em fontes primárias e bibliografia de apoio. Para isso foram utilizadas as práticas estabelecidas pela historiografia, com pesquisa arquivística no Arquivo Histórico Militar (1ª Divisão: 14ª secção) e na Torre do Tombo (Desembargo do Paço, Intendência Geral da Polícia e Ministério do Reino), utilizando os procedimentos de pesquisa adequados, formas de recolha e tratamento da informação. Para a consulta bibliográfica recorreu-se à Biblioteca Nacional de Portugal (livros, periódicos, documentos diversos), Arquivo Histórico Municipal de Lisboa (actas e documentos do Senado da Câmara e da Casa dos Vinte e Quatro), Gabinete de Estudos Olisiponenses (obras e documentos diversos sobre a história de Lisboa) e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (Memórias da Academia e documentação diversa). Para além destas consultas presenciais nos arquivos e bibliotecas nacionais, foram também feitas

¹¹ OMAN, Charles, *A History of the Peninsular War by Charles Oman, M.A., Vol. I, 1807-1809, From the Treaty of Fontainebleau to the Battle of Corunna*, Oxford, at The Clarendon Press, 1902; NAPIER, William Francis Patrick, *History of the War in the Peninsula and in the South of France, from the year 1807 to the year 1814, ... Vol. I*, London, Thomas and William Boone, 1835; VANE, Charles William, *Histoire de la Guerre de la Péninsule (Années 1808 et suivantes)*, Paris, A. Bossange, 1828.

¹² FOY, Maximilien Sébastien, *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoléon—Précédée d'un Tableau Politique et Militaire des Puissances Belligérantes*, Baudouin Frères, Éditeurs, Paris, 1827; THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D'Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires Pour L'Art Militaire, 1817.

¹³ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013; ALCOCHETE, Nuno Daupias D', *Les Pamphlets portugais anti-napoléoniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Separata especial do vol. XI dos Arquivos do Centro Cultural Português, 1978.

consultas com base em catálogos em linha na Internet que vêm devidamente mencionadas, junto com as respectivas obras, na lista de Fontes e Bibliografia.

A propósito da muito improvável existência de documentação nacional sobre as invasões francesas ainda não explorada, é interessante notar que um documento como a *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809*, de Frei António Pacheco, se mantém sob a forma de manuscrito no Arquivo Histórico Militar, embora tenha sido já incluído em alguma bibliografia moderna. Documentação sobre este período da história pode ser encontrada em abundância nos registos feitos por autores de todos os países envolvidos nos confrontos militares da época, desde a Rússia a Portugal, passando por quase todos os países da Europa Central. Convém, no entanto, deixar claro que, quando tratamos da guerra peninsular no âmbito específico de Portugal, a pesquisa documental apresenta dificuldades, o que nos obrigou a recorrer a grande número de autores estrangeiros. Procurámos, por isso, diversificar quanto possível a origem da nossa pesquisa, indo buscar relatos de preferência à extensa bibliografia inglesa que ocupa um lugar de destaque entre o conjunto de obras dedicadas à Guerra Peninsular, mas também a alguns autores franceses de referência que passaram pelo país nesse período. Estamos, nestes casos, a falar obviamente de militares destes dois países que registaram para a posteridade as suas observações e considerações sobre o que viram e sentiram durante a sua estada em Portugal. O facto destes relatos estrangeiros puderem, de certa maneira, ter sido influenciados pelas circunstâncias específicas da vivência dos acontecimentos, numa perspectiva demasiado pessoal, fez com que tivéssemos tido a preocupação de confrontar cada facto relatado com outros relatos de autores diferentes, de modo a garantir que os acontecimentos apresentados não foram sujeitos a desvios tendenciosos por parte dos autores.

Foi, portanto, possível confrontar permanentemente os relatos apresentados por autores estrangeiros quer entre si quer, mais importante ainda, com os mesmos factos descritos por autores portugueses contemporâneos desses acontecimentos ou, pelo menos, suficientemente próximos cronologicamente para reconhecerem a existência de inexactidões em alguns deles. Em qualquer destes arquivos ocupámo-nos em investigar os temas subjacentes à nossa tese, com particular relevo para os acontecimentos cobertos pelo período entre Dezembro de 1807 e Agosto de 1808,

quer no que respeita ao comportamento da população civil face à presença do exército de ocupação, quer na atitude dos diferentes estratos sociais relativamente à sua relação com o invasor. Deve salientar-se que a pesquisa que realizámos para a execução do trabalho incidiu sobre quatro corpos documentais, em função do que se pretendia apresentar: um corpo documental dizendo respeito aos acontecimentos de âmbito militar que ocorreram no período em causa, outro relativo ao meio socio-económico caracterizador da sociedade lisboeta da época, ainda um corpo documental respeitante à cidade de Lisboa, à sociedade da época e aos seus hábitos e, finalmente, um último respeitante à imprensa da época e ao seu papel quanto ao comportamento da população. Quanto ao primeiro corpo, fomos procurar esses *casus belli* nas obras editadas com relatos sobre o exército francês de autores portugueses, mas também ingleses e franceses, o segundo corpo documental fomos procurá-lo na história da sociedade da época, valorizando os textos sobre a vida privada, para o terceiro corpo considerámos as obras incidindo sobre a sociedade de ordens, as elites, o povo, o clero e a magistratura e para o último corpo socorremo-nos dos próprios periódicos desse tempo.

Possivelmente mais do que em qualquer outro momento da história, o período das guerras napoleónicas produziu uma muito extensa lista de obras que dissecaram até ao limite as suas origens, acontecimentos e consequências. Estas guerras, nas quais participou a quase totalidade das nações europeias, estenderam-se até ao Norte de África e envolveram, embora indirectamente, as duas Américas. Entre as numerosas obras sobre o período da Guerra Peninsular escritas por ingleses, na sua maior parte oficiais que estiveram na península integrados no exército britânico, muitas são as que se apresentam como indiscutíveis referências para o conhecimento deste período da história. A longa bibliografia fornecida por Charles Esdaile na sua obra *The Peninsular War: a new history* dá-nos uma ideia do extenso número de autores de memórias que, tendo participado nas guerras napoleónicas, relataram os episódios em que estiveram envolvidos.¹⁴ Essas narrativas vão desde descrições de batalhas até pequenas observações sobre o quotidiano das populações com quem contactaram, com destaque para os relatos de autores britânicos. Tivemos por isso uma grande preocupação com a diversidade e abrangência das fontes para a nossa pesquisa básica,

¹⁴ ESDAILE, Charles, *The Peninsular War-A New History*, Penguin Books, London, 2003.

consultando um corpo documental o mais alargado possível, embora nem sempre tivéssemos conseguido chegar mais fundo na nossa investigação por inexistência de fontes acessíveis.¹⁵

Não existem, de facto, muitos relatos em primeira mão de autores portugueses sobre as Invasões Francesas, mas podem ser consultadas mais de três centenas de obras de autores ingleses contemporâneos do período das guerras napoleónicas, muitas delas com referências à Guerra Peninsular, a que acrescem dezenas de obras francesas e espanholas sobre o mesmo período. É curioso verificar que, em obras recentes de autores ingleses sobre a Guerra Peninsular, raras são as vezes em que na lista de agradecimentos ou na bibliografia apontada aparecem referências a historiadores, personalidades ou instituições portuguesas, ao invés da ampla inclusão de historiadores e entidades espanholas ou até de outras nacionalidades, não directamente envolvidas no conflito peninsular.¹⁶

¹⁵ Ainda em 1925, aquando das investigações para a preparação do seu livro sobre a Intendência Geral da Polícia durante as invasões francesas, António Ferrão lamentava “a falta de manuscritos de importância histórica, desse período, nos nossos arquivos públicos”. Acrescentava ainda sobre o tema que “quem percorrer o nosso mais rico depósito de manuscritos sobre este período – o Arquivo Nacional da Torre do Tombo – fica surpreso de ver como está deficientemente representada ali a época da dominação de Junot em Portugal” FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. XII.

¹⁶ Na transcrição dos textos documentais actualizou-se a ortografia e preservou-se, tanto quanto possível, a sintaxe, mantendo-se todavia a ortografia original no caso dos títulos de periódicos e panfletos.

CAPÍTULO I – LISBOA INVADIDA

Das várias interpretações possíveis sobre o que inspirou o Imperador dos franceses a invadir Portugal, a mais óbvia parece afinal enquadrar-se no que foi a estratégia napoleónica a partir de certo momento. Aparenta ser agora claro que Napoleão pretendia impedir a todo o custo que a Inglaterra pudesse pôr em causa os seus objectivos de conquista, onde se incluíam igualmente as colónias fora da Europa, designadamente as da América do Sul. Por isso é esclarecedor o texto de um autor francês que, muito mais que uma simples opinião, apresenta esta realidade de forma simples e clara:

“A peine la paix de Tilsit venait d’être signée, que déjà Napoléon travaillait à accomplir, à l’égard de la Péninsule, les vastes projets qu’il avait conçus pour la formation du grand empire qu’il méditait, et dont la France, l’Italie et l’Allemagne n’étaient que les bases. Ses vues ambitieuses durent se porter d’abord sur le Portugal qui, par sa position, était bien plus exposé aux menées sourdes et à toutes les intrigues des agents britanniques.”¹⁷

A partir do momento em que Napoleão começou a sonhar com a possibilidade de tornar a França a maior potência mundial, após a sua aliança com a Rússia, os seus projectos de expansão levaram-no a conceber uma estratégia de ataque contra Portugal e contra a Espanha dado que “ne songe pas seulement à s’emparer des couronnes de ces deux pays, mais aussi de leurs vastes colonies” na América do Sul.¹⁸ Como muito bem entendeu Albert Silbert, podemos encontrar na decisão de Napoleão em invadir Portugal, razões de ordem económica, política e estratégica. Com efeito, não é possível ter uma perspectiva global sobre as três tentativas de invasão de Portugal pelo exército francês, sem perceber a importância da sua ocupação militar. O que Napoleão pretendia era, simultaneamente, impedir a livre circulação das mercadorias inglesas entre os dois lados do Atlântico, fazer a Grã-Bretanha recuar

¹⁷ [ILLENS, A. d’], *Souvenirs d’un militaire des Armées Françaises, dites de Portugal par l’auteur de l’essai sur l’état militaire, en 1825*, Paris, Anselin et Pochard, 1827, p. 25.

¹⁸ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 2.

como potência marítima apoiada na sua poderosa indústria e, por essas duas vias, forçar ao seu enfraquecimento, levando-a a capitular perante a França.¹⁹

O primeiro e principal objectivo de Napoleão Bonaparte em estender a sua guerra ao território português era, simplesmente, porque atacando Portugal “por seu intermédio, se atingia a Inglaterra”.²⁰ Segundo alguns autores, a decisão de Napoleão invadir e ocupar Portugal ficou a dever-se à necessidade de dar cumprimento não apenas a um, mas a diversos objectivos a que se tinha proposto, sendo um deles o de garantir a posse de três ilhas que tinham sido ocupadas pelos ingleses e que incluíam a Menorca nas Baleares, Malta no Mediterrâneo e Trinidad nas Caraíbas.²¹ Com a invasão de Portugal, Napoleão pretendia também tomar os navios da esquadra portuguesa ancorados no Tejo, “pour empêcher l'Angleterre d'en profiter” e, além disso, o imperador “ne voulait pas laisser échapper la famille royale, qui avait eu le projet, savait-il de source sûre, de se retirer au Brésil avec ses trésors”.²² Foi para isso que se decidiu a enviar um corpo expedicionário de vinte e seis mil homens comandados pelo seu antigo oficial às ordens e governador de Paris, o general Junot.²³

O desencadear da guerra contra os países ibéricos, sempre com a ideia de impedir a Grã-Bretanha de manter a sua indústria e a economia de guerra, conduziu Napoleão, segundo um historiador militar francês, a uma “funeste aventure” de que irão resultar “ces malheureuses guerres”.²⁴ Mas é verdade que as intenções de Napoleão relativamente a Portugal só começaram a tomar forma quando se apercebeu das debilidades da Espanha e considerou “profiter de sa faiblesse pour s'assurer du Portugal en la mettant dans son jeu”.²⁵ Nesta decisão pesou o seu

¹⁹ SILBERT, Albert, “Portugal perante a política francesa”, in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 62.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 50.

²¹ AMARAL, Manuel, “Portugal e os conflitos militares internacionais” in *Actas do XIV Colóquio de História Militar*, vol. II, Lisboa, CPHM, 2005, pp. 315-336.

²² LECESTRE, Léon, *La Guerre de la Péninsule (1807-1813) d'après la Correspondance inédite de Napoléon Ier*, par M. Léon Lecestre, Extrait de la Revue des Questions Historiques, Avril 1896, Paris, Bureaux de la Revue, 1896, p. 6.

²³ Alguns autores consideram que também foi “em larga medida por causa do Brasil que Napoleão se interessou por Portugal” na perspectiva de poder, através da ocupação do território metropolitano, controlar o comércio ultramarino, designadamente do Brasil. (CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, José Vicente, *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 14).

²⁴ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d'Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 3.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 3.

conhecimento da política espanhola, tendo-se aproveitado da ambição e da “légèreté du favori Godoy”, o Príncipe da Paz, que tinha as melhores relações com a rainha, para conseguir a sua participação nesta “aventura”.²⁶ Pelo lado de Portugal, a questão das colónias e do comércio ultramarino era a principal razão para que o governo mantivesse uma atitude expectante durante todo o período que duraram as conversações com a França. Enquanto o relacionamento entre ambos os países se deteriorava cada vez mais, a Inglaterra começava a ficar impaciente para que Portugal tomasse a opção que mais lhes interessava para protecção do seu comércio. Tudo isto requeria uma habilidade especial por parte dos responsáveis portugueses, cujas negociações foram sempre conduzidas de modo a permitir manter, durante o maior espaço de tempo possível, um equilíbrio entre as duas potências que disputavam a sua neutralidade activa.²⁷

Durante este longo período de indecisão – ou, de forma mais benevolente, enquanto se manteve esta tática de não compromisso com nenhuma das partes – encontravam-se em confronto, na hierarquia do governo do Príncipe Regente D. João, dois “blocos” antagónicos. Na origem dessa rivalidade estava a decisão sobre qual a estratégia mais adequada para lidar com as duas potências que se digladiavam entre si, e em que Portugal aparecia como o “bobo da corte”.²⁸ De um lado encontrava-se o chamado “partido inglês”, liderado por Rodrigo de Sousa Coutinho, que tinha como principal preocupação manter a integridade do império colonial português. Do lado oposto aparecia o “partido francês” de que era chefe António de Araújo de Azevedo, defensor da aproximação à França, como forma de contrariar a dependência económica e militar da Inglaterra.²⁹ O peso do “partido francês” junto do Príncipe Regente era incontestavelmente superior ao inglês, se tivermos em conta que tinha como figura máxima o marquês de Alorna, um dos grandes de Portugal, oficial da Casa Real e militar. Os principais mentores do marquês eram igualmente muito próximos do Regente e incluíam o conde de Novion, um emigrado francês comandante da guarda

²⁶ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 3.

²⁷ PEDREIRA, Jorge, “As consequências económicas do império: Portugal (1415-1822)”, in *Análise Social*, vol. XXXII (146-147), 1998 (2.º-3.º) 1998 (2.º-3.º), p. 439.

²⁸ HERMANN, Jacqueline, “D. Sebastião contra Napoleão: A guerra sebastica contra as tropas francesas”, in *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, Dezembro de 2002, pp. 108-109.

²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 108-109.

de polícia, o conde da Ega e o marquês de Ponte de Lima. Qualquer destas personalidades possuía grande crédito junto do Príncipe Regente, não perdendo nenhuma oportunidade para promover junto do príncipe, a coberto do interesse público e da segurança da coroa, a aceitação das exigências francesas.³⁰

Finalmente, em Agosto de 1807, Napoleão iniciou o processo que havia de conduzir à invasão de Portugal, começando por mandar formar três divisões em três campos militares “pour constituer un corps qui s’appellerait Corps d’Observation de la Gironde. Il se réunirait à Bayonne”.³¹ À frente desse corpo de exército o Imperador determinou que “le général Junot, gouverneur de Paris, en prendrait le commandement”.³² Nesse mês de Agosto de 1807, o primeiro secretário da embaixada francesa em Lisboa que tinha assumido as funções de ministro plenipotenciário de França, entregou ao governo português uma nota em que apresentava diversas exigências relativas aos procedimentos a tomar pelo governo sobre a Inglaterra. Entre esses procedimentos a França pedia que Portugal declarasse sem demora guerra à Inglaterra, “arrêtant comme otages les Anglais établis en Portugal, en confisquant les marchandises anglaises, en fermant ses ports au commerce anglais, et enfin en réunissant ses escadres aux escadres des puissances continentales”.³³ No caso de o Príncipe Regente se recusar a cumprir este “pedido” seria considerado como tendo renunciado à causa da França e, consequentemente, sujeito a declaração de guerra por parte desta. Entretanto, com a paz de Tilsit, a Europa rendia-se a Napoleão, deixando praticamente de fora apenas a arqui-rival Grã-Bretanha e Portugal, como o Imperador não deixou de sublinhar no seu discurso perante as mais altas entidades francesas em 16 de Agosto de 1807:

“Tous les nations se réjouissent d’un commun accord de voir l’influence malfaisant, que l’Angleterre exerçait sur le continent, détruite sans retour”. “La France est unie aux peuples de l’Allemagne par les lois de la Confédération du

³⁰ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 351.

³¹ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 45.

³² *Idem, ibidem*, p. 45.

³³ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 65.

Rhin; à ceux des Espagnes, de la Hollande, de la Suisse et des Italies, par les lois de notre système fédératif. Nos nouveaux rapports avec la Russie son cimentés par l'estime réciproque de ces deux grandes nations".³⁴

O tratado secreto de Fontainebleau, assinado em 29 de Outubro entre o Imperador dos Franceses e o Rei de Espanha, estabelecia nos seus primeiros artigos que as "provinces entre Minho et Duero, avec la ville d'Oporto seront donnés, en tout propriété et souveraineté, à sa Majesté le roi d'Etrurie sous le titre de roi de Lusitanie septentrionale" que o "royaume d'Alentejo et le royaume des Algarves seront donnés en tout propriété et souveraineté au prince de la Paix, pour en jouir sous le titre de prince des Algarves" e que, finalmente, as "provinces de Beira, Tras-los-Montes, et l'Estremadure portugaise, resteront en dépôt jusqu'à la paix générale, ou il en sera disposé conformément aux circonstances, et de la manière qui sera alors déterminée par les hautes partis contractants".³⁵

Entretanto, o Corpo de Observação da Girona, comandado pelo general Junot, tinha iniciado o seu movimento, atravessando a fronteira franco-espanhola a 17 de Outubro, em direcção a Salamanca, preparando a invasão de Portugal. Quando o exército francês se encontrava já perto de Salamanca, Napoleão ordenou que Junot avançasse o mais depressa possível, em marchas forçadas até Lisboa, de modo a chegar à capital rapidamente. Esta ordem não se destinava a surpreender a família real, que se preparava para embarcar para o Brasil, facto a que Napoleão não atribuía importância de maior, mas sim a impedir que sáísse do país "la flotte portugaise et les immenses richesses appartenant aux négociants anglais".³⁶ Mas, ao contrário do que era o principal objectivo do exército de Junot ao invadir Portugal, isto é, garantir e assegurar o bloqueio continental imposto por Napoleão à Grã-Bretanha, o que veio a verificar-se foi um "bloqueio inglês à ocupação francesa" que esteve permanentemente sob vigilância da armada inglesa postada no Tejo.³⁷

³⁴ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d'Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 66-67.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 175.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 198-199.

³⁷ VICENTE, António Pedro, "Do Rossilhão às Invasões Francesas", in *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 44.

1. Lisboa na transição do século: a cidade que Junot veio encontrar

As principais fontes históricas para um melhor conhecimento do que era Lisboa na transição do século – alongando um pouco esse período por se acreditar que a cidade cerca de trinta anos após o terramoto, à excepção dos trabalhos de reconstrução, pouco tinha mudado – são os relatos dos viajantes estrangeiros que passaram por Lisboa a partir de 1775. No entanto, e esta é uma questão básica em qualquer trabalho histórico, não podemos simplesmente ignorar a necessidade de nos atermos, quer à possível inverosimilhança do que é relatado, quer aos desvios que podem ter sofrido as opiniões expressas pelos autores, por efeito de preconceitos pessoais relativamente aos acontecimentos testemunhados. Na transição do século XVIII para o XIX, o retrato que temos de Lisboa é o de uma cidade em que sobressai uma extrema indigência da sua população de que, aliás, todo o país sofre. Uma pobreza que estava latente, mas não era tão visível durante o período anterior ao terramoto, e que este veio destapar ao destruir a capital de um império que começava a desaparecer. Os relatos que nos são transmitidos pela maioria dos estrangeiros que nos visitaram nos finais de Setecentos, são particularmente negativos, dando da cidade de Lisboa a visão de uma urbe em que tudo é mau e desagradável. As principais críticas feitas são, fundamentalmente, a partir do que consideram separar Lisboa das outras capitais e cidades europeias. A verdade porém é que esta visão negativista, que poderá ter na sua génese o antigo preconceito com que, ao longo dos tempos, os países do sul foram vistos pelos estrangeiros vindos do Norte da Europa, não se coaduna com o desenvolvimento do país, fruto da acção do Marquês de Pombal e, principalmente, da visão iluminista que percorreu o reinado de D. Maria I. Com efeito, como veremos adiante, foi neste período que se criaram as principais instituições do país para a promoção do ensino e para a divulgação da cultura.³⁸

Mesmo assim, quando os exércitos invasores franceses entraram no país, no início do século XIX, vão encontrar em Lisboa, ao menos nos primeiros tempos, uma

³⁸ A primeira década e meia do século XIX, que coincide com o período da regência de D. João, futuro D. João VI e com as invasões francesas, é pobre relativamente a fontes de história social, tendo de se recorrer a obras de finais do século anterior, designadamente de viajantes estrangeiros que escreveram sobre Lisboa, ou a fontes já do segundo quartel de Oitocentos após a Revolução de 1820, sobre a qual existe abundante literatura.

sociedade apática, incapaz de reacção, refugiada em promessas divinas e mitos redentores, cujas elites nada fazem senão conspirar inconsequentemente, atacando subtilmente o inimigo apenas através da ironia, como é visível nos periódicos e nos panfletos que circulavam pelos cafés e casas de pasto da cidade. Apesar disso, Lisboa é ainda, no início do século XIX, uma das principais metrópoles da Europa, quaisquer que sejam os ângulos em que se considere a sua importância. Embora a destruição causada pelo terramoto de 1755 continue a perceber-se em alguns locais da cidade, e o comércio comece a sentir os efeitos das alterações que o principal parceiro comercial do país, a Inglaterra, introduziu nas suas relações comerciais, por via do confronto com a França. O porto de Lisboa continuava, no entanto, a ser para a Grã-Bretanha uma das mais utilizadas placas giratórias entre os dois continentes, a América e a Europa. A sua importância espelhava-se no facto de ser este o porto por onde transitavam a maioria dos principais produtos com interesse para o mercado britânico, designadamente o algodão com proveniência do Brasil.

Ao contrário do que sucedeu nos países ocupados da Europa de Leste, onde Napoleão conseguiu com alguma facilidade impor o bloqueio continental à sua arqui-inimiga Grã-Bretanha, na Península Ibérica o bloqueio não sortiu o efeito desejado. Mercê das condições especiais das suas costas, do poder da armada inglesa e da dimensão da sua frota mercante, o bloqueio nunca chegou a afectar seriamente o comércio marítimo para e da Grã-Bretanha. O destaque vai por isso para o porto de Lisboa que sempre representou uma enorme vantagem para a navegação britânica que o utilizou no acesso aos territórios ultramarinos portugueses, especialmente o Brasil, tendo sido possível mantê-lo aberto aos navios ingleses apesar das ameaças francesas. Esta situação explica a importância dos portos portugueses para a manutenção do tráfego marítimo da velha aliada inglesa que pôde sobreviver, com facilidade, às intenções francesas de derrota económica.

Quando falamos sobre Lisboa no início do século XIX é difícil não começar pelo seu lado mais visível de miséria e sujidade, cuja descrição a remete para uma “cidade medieval, de ruelas estreitas e ziguezagueando, lóbregas e fedorentas, ladeadas de casinhotos como que incrustados uns nos outros”.³⁹ Os relatos dos viajantes que na

³⁹ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, vol. II, p. 22.

viragem do século demandavam Lisboa são unânimes em apresentar um retrato deplorável das ruas da cidade.⁴⁰ Um visitante estrangeiro refere-se às ruas como estando “remplies d’immondices, sans aucunes lumières que celles de quelques Madones; peu sûres la nuit”, a que acrescentavam o incómodo causado por “tous les chiens qui couchent dehors et qui passent les nuits à aboyer”.⁴¹ Contavam-se por várias centenas os cães que infestavam as ruas a qualquer hora do dia e da noite e que, com o seu ladrar, tornavam o sono dos habitantes da cidade quase impossível.⁴² Aos olhos desses estrangeiros, a cidade apresentava-se com um aspecto pouco recomendável, com as ruas sempre imundas, a que acrescia a falta de iluminação à noite que levava o passeante a ter sempre presente o “criminoso alapardado” que lhe iria aparecer numa esquina para o assaltar.⁴³

A parte da cidade que não foi destruída pelo terramoto e não beneficiou de qualquer intervenção, ou seja, um pouco menos de metade da sua área total, apresentava-se com as ruas mal desenhadas, de traçado irregular, muito estreitas, mal pavimentadas, escuras e em estado de grande degradação. No Inverno, estavam sempre tão cobertas de lama que se tornava quase impossível circular por elas sem as pessoas se enterrarem até aos joelhos, a menos que andassem a cavalo ou usassem botas muito altas.⁴⁴ Ao longo do dia, as ruas iam-se enchendo de imundices, com todo o tipo de dejectos que eram simplesmente lançados pelos moradores pela janela fora, arriscando-se qualquer um que por ali passasse a apanhar com um bacio cheio de porcaria em cima. Esta forma de resolver a falta de latrinas dentro das casas era

⁴⁰ Esta descrição de Lisboa há-de ser uma das imagens mais negativas da cidade para os viajantes e para os militares, franceses e ingleses, que a ela chegaram durante a primeira invasão.

⁴¹ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, p. 175.

⁴² CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 17. Existem dados que indicam que se contavam mais de 80 000 cães só em Lisboa que eram alimentados pela população que encontrava neles maneira de se livrar das imundices que seriam assim comidas pelos animais vadios. Pouco tempo depois das tropas francesas entrarem em Lisboa Junot deu ordens para que se matassem todos os cães que vagueavam pela cidade como medida preventiva de saúde pública, mas a ordem foi mal recebida pela população da cidade que chegou a zombar dela. Ver o texto satírico sobre esta medida de Junot no panfleto *Representação dirigida ao ex-intendente Lagarde: feito pelo podengo, lettrado, que os cães nomearão, para obterem contramandado á pena geral de morte que tiveram*, Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, Lisboa, Na Typografia Lacerdina, Anno 1808.

⁴³ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, vol II, p. 22.

⁴⁴ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 128.

frequente, a qualquer hora do dia e da noite, embora existissem leis que impediam que esse péssimo hábito tivesse lugar antes das dez horas da noite. Por fim, estabeleceu-se que o morador deveria avisar os passantes “avant de lâcher le contenu du vase” pela janela, gritando “água vai”, o que raramente se verificava, sujeitando qualquer um a “être coiffé d’un pot de chambre” com as imundices dos moradores.⁴⁵

Por tudo isto, ficamos a saber que a limpeza da capital não era objecto de grandes preocupações por parte do município, que não atendia ao modo pouco higiénico como era tratado o lixo doméstico por parte da população. A tradição de os moradores utilizarem a via pública para se verem livres do lixo manteve-se por largo tempo, isto apesar de, ainda em 1803, ser estabelecido, por edital, um horário para a “evacuação aérea de lixo” que vinha obstar aos prejuízos causados “pela licenciosa devassidão em que estão os moradores desta cidade, de lançarem águas, lixos e imundícies das janelas para as ruas a toda a hora da noite, e ainda de dia, prejudicando gravemente os que transitam pela Cidade”.⁴⁶

Por outro lado, a falta de segurança nas ruas de Lisboa, não apenas pela inexistência de iluminação pública, era um factor que fazia com que fossem às dezenas os crimes que nelas se cometiam, desde assassinatos, alguns à luz do dia, a roubos violentos que afligiam obviamente os habitantes no seu dia-a-dia. Embora existisse policiamento feito por patrulhas da guarnição de Lisboa da Guarda Real de Polícia, comandada pelo emigrado francês conde de Novion e por outros oficiais franceses, não se conseguia evitar muita da violência a que estavam sujeitos os moradores da cidade.⁴⁷ As patrulhas tinham frequentemente de se confrontar com bandos de quinze ou vinte indivíduos, “armées de leurs longues épées qu’ils présentent nues devant les passant qu’ils entourent, en les interrogeant de façon à les éfrayer”. Segundo testemunhos da época, muitos destes assaltos seriam perpretados “par la quantité de Nègres et de Métis qui passent dans Lisbonne le nombre de cent cinquante mille”.⁴⁸ A iluminação das ruas da cidade era, como vimos, um problema

⁴⁵ BLAIRIE, Ollivier de la, *Lisbonne et les portugais*, Paris, Chez Correard, 1820, pp 5-6.

⁴⁶ MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 45.

⁴⁷ BLAIRIE, Ollivier de la, *Lisbonne et les portugais*, Paris, Chez Correard, 1820, p. 6.

⁴⁸ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l’année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, p. 176. Parece evidente o exagero deste número que

sensível que se arrastava há demasiado tempo, sem solução definitiva à vista. Em finais do século XVIII, Pina Manique tinha tentado uma solução para a iluminação em Lisboa, mandando instalar na “capital 718 candeeiros, que nem sempre eram acesos [...] porque não havia verba para adquirir o combustível necessário” e, em 1804, chegou a lançar-se um “imposto de 100 réis por almude de vinho, 200 réis por almude de aguardente e 120 réis por cântaro de azeite e por arroba de carne de porco para obtenção dos fundos indispensáveis” para a instalação da iluminação pública, mas sem que se tivesse chegado a concretizar esse projecto.⁴⁹

A excepção a este panorama muito negativo da capital era a parte da cidade reconstruída, com as suas ruas e casas acabadas de traçar entre o Terreiro do Paço e a Praça do Rossio, todas elas bastante desafogadas, formando uma malha de arruamentos paralelos e perpendiculares, bem pavimentados em calçada, com passeios mais elevados para protecção das pessoas relativamente ao trânsito de carros na via. Estavam ladeadas por casas bem construídas e com aparência agradável, com os espaços ocupados por artesãos e comerciantes, agrupados segundo o seu ofício ou negócio.⁵⁰ No entanto, embora esta parte nova da cidade se apresentasse com vias “larges, tirées au cordeau et bordées de superbes trottoirs”, a porcaria e o lixo mantinham-se, fazendo com que o cheiro pestilento continuasse a incomodar quem passasse por elas.⁵¹ Por outro lado, nesta parte da cidade, a quantidade de cães sem dono que por ali deambulavam em matilhas, dava à cidade nova o aspecto imundo da parte mais antiga. Acresce que quem por ali circulasse acabava por ter de se confrontar com a quantidade de cadáveres de animais mortos pelas rodas das carruagens, tendo ainda de suportar a visão das mulas que iam morrendo por exaustão ou doença, e cujos cadáveres se mantinham dias seguidos nas ruas, sem que nem a polícia nem os moradores os levassem a enterrar.⁵²

As casas da população de mais baixos recursos, construídas em zonas que sofreram menos com o terramoto, ou que nem sequer foram atingidas, eram quase

representaria metade de toda a população da cidade, o que só se justifica por o seu autor, Dumoriez, ser conhecido no seu tempo como um feroz crítico da realidade portuguesa.

⁴⁹ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, vol II, p. 25.

⁵⁰ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 22.

⁵¹ BLAIRIE, Ollivier de la, *Lisbonne et les portugais*, Paris, Chez Correard, 1820, pp. 4-5.

⁵² *Idem, ibidem*, pp. 4-5

todas de má construção, insalubres e sem condições devidas de arejamento, apresentando-se quase sempre muito sujas.⁵³ Os interiores eram normalmente mal divididos, com áreas pequenas construídas em altura, com andares uns sobre os outros, com telhados e paredes excessivamente finais e de má construção, que deixavam que o frio e o vento entrassem nos começos do Outono e durante todo o Inverno.⁵⁴ De um modo geral, essas habitações não possuíam qualquer tipo de aquecimento, quer por lareiras quer por braseiras, embora o frio que por vezes se fazia sentir na cidade em pleno Inverno, fosse muito intenso, obrigando os moradores a terem de se envolver em grossas mantas de lã para se aquecerem.⁵⁵ Embora a maioria das casas da cidade fosse alumiada com velas, sabe-se que algumas das que pertenciam a estrangeiros ou a pessoas mais abastadas utilizavam iluminação a gás, com equipamento importado de Inglaterra.⁵⁶

O abastecimento de água a Lisboa em finais de Setecentos tinha deixado de ser um problema, por se ter entretanto resolvido a questão do seu armazenamento dentro da cidade. A distribuição da água à cidade era feita a partir das condutas que atravessavam uma extensa área, passando pelo Vale de Alcântara através do famoso aqueduto. A população abastecia-se de água através dos diversos chafarizes dispersos pelos bairros da cidade, que “donnent une eau excellente qu’elles reçoivent d’un grand et beau bassin situé dans la partie la plus élevée de la ville”.⁵⁷ O abastecimento de água dentro das habitações fazia-se com recurso a reservatórios ou recipientes onde se armazenava a água que se ia buscar a esses chafarizes.

As pessoas de condição superior habitavam em casas quase todas construídas de forma semelhante, para onde se entrava por escadas normalmente estreitas e sombrias que conduziām aos andares superiores. Era aí onde se encontravam os grandes salões a seguir uns aos outros, sem comunicação independente e sem terem entre si salas mais pequenas que servissem para os seus ocupantes terem alguma privacidade. A maioria dos palácios mais sumptuosos da grande nobreza e de alguma

⁵³ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 19.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 87.

⁵⁶ SANTOS, Piedade Braga, RODRIGUES, Teresa, NOGUEIRA, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p. 24.

⁵⁷ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 38.

burguesia endinheirada situava-se ao longo do rio, entre o Terreiro do Paço e Belém, num eixo da cidade totalmente desimpedido das ruínas do terramoto.⁵⁸ Não era esse o caso do mais rico comerciante de Lisboa, de seu nome Quintela, cujo belo palacete se situava em plena cidade, voltado para o Passeio Público nas traseiras da Praça do Rossio.⁵⁹

A maioria dos visitantes estrangeiros que visitava Lisboa referiam-se quase sempre nos seus relatos, ao facto da capital ser uma cidade em que não se encontravam edifícios majestosos, comparáveis com os que se encontravam noutras grandes cidades, não se vendo em toda a cidade quaisquer obras de arquitectura, palácios, igrejas ou teatros que, pela sua grandiosidade, mas principalmente pela sua elegância, bom gosto e ornamentos, despertassem a atenção dos amantes das belas artes.⁶⁰ Na sua descrição sobre a cidade, referiam-se por exemplo a um edifício de grande dimensão mas sem nada que o recomendasse numa perspectiva estética, a outro grande edifício mas com uma pequena fachada, ou ainda a edifícios de grandes instituições do estado que lhes pareciam apenas belas casas particulares, mas não edifícios.⁶¹ As próprias habitações dos grandes senhores da nobreza eram “maisons très ordinaires d’une apparence fort médiocre construites sans régularité, sans élégance, sans ornements, à peine dignes d’être habitées par un particulier médiocrement riche” embora mostrando na frontaria o seu brasão de armas.⁶²

Apesar deste panorama urbano, à chegada a Lisboa, Junot e os seus oficiais vieram encontrar um ambiente de grande progresso científico e cultural, graças à

⁵⁸ MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, pp. 16-18.

⁵⁹ O palacete Quintela, um dos edifícios mais nobres e imponentes da cidade, encontrava-se numa das zonas da parte alta da cidade, numa praça de traçado quadrado ladeado de belos edifícios, um dos quais era o palacete, de fachada imponente e grandiosa, como poucas construções privadas da capital. Era seu proprietário o barão de Quintela, um negociante muito conhecido na sociedade lisboeta da época, oriundo de uma família de baixa extracção. Quintela atingiu uma posição de destaque entre as camadas superiores da cidade, tendo amealhado uma considerável riqueza que, tudo somado, lhe granjeou uma fama que terá levado Junot a preferir a sua casa a um dos palácios reais postos à sua disposição. CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 25 e HOFFMANSEGG, Comte de, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu’en 1799, par M. Link et le Comte de Hoffmansegg...*, Tome Premier, Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808, p. 221.

⁶⁰ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 34-35.

⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 34-35.

⁶² *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

criação durante o reinado de D. Maria I de diversas instituições.⁶³ Entre essas instituições, comecemos por referir a Academia Real das Ciências criada em 1779 e instalada de início no Palácio Real das Necessidades e mais tarde no palácio dos Condes de Castro Marim na Calçada do Combro. As outras instituições que devem ser referidas são a Academia Real da Marinha (1779), a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), a Escola dos Guarda Marinhas (1782), o Colégio da Feitoria, (1803) que deu mais tarde origem ao Real Colégio Militar, a Academia do Nu, (1780) incorporada depois na Casa Pia e a Biblioteca Pública (1797), transferida depois para o Convento de S. Francisco.⁶⁴

Depois do tempo da reconstrução pombalina, a cidade começou a crescer com novos palácios e moradias construídas de raiz, não apenas para a nobreza – com os seus palácios renovados ou construídos de raiz, como o do marquês de Castelo-Melhor no Passeio Público, o do marquês de Angeja no Lumiar e alguns outros – mas também para a burguesia endinheirada que começava a surgir em força, “os Quintelas, os Cruz, os Caldas, os Bandeiras”, cujos palácios rivalizavam com o que de melhor se construía e decorava para a aristocracia.⁶⁵

A permanência de Junot em Lisboa foi plena de animação e de intensa vida social, bem à maneira de um personagem que já tinha dado provas do seu gosto pela ostentação e “joie de vivre”. Irão ficar famosas as “festanças da casa do Quintela, ao Alecrim, do Ega, no pátio do Saldanha à Junqueira, ou do Ratton na rua Formosa”, passando estes a ser os poisos habituais para as festas do general e dos seus companheiros entre oficiais franceses e nobres e comerciantes portugueses.⁶⁶ Quando Junot teve conhecimento do nascimento do seu primeiro filho a 13 de Dezembro de 1807 – menos de duas semanas após a sua entrada em Lisboa – decidiu organizar uma esplendorosa festa, para a qual convidou todo o Corpo Diplomático em

⁶³ BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I, 1777-1792*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1934, p. 225.

⁶⁴ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 527.

⁶⁵ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa—História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 448-449.

⁶⁶ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 536.

Lisboa, oficiais superiores do seu exército, individualidades da sociedade portuguesa entre nobres e negociantes de Lisboa, além de oficiais do exército português.⁶⁷

Enquanto uma parte da população se divertia com o teatro de comédia ou a ópera, as camadas mais baixas, os comerciantes a retalho, os artífices, o pequeno funcionalismo, divertia-se em conversas animadas em “cafés, tendinhas ou botequins”, alguns com nomes famosos como o Nicola e o Farras no Rocio ou o Martinho no Terreiro do Paço.⁶⁸ Era aí que se jogava gamão ou bilhar ou se discutia e conspirava, sempre sob a vigilância da polícia do Intendente Geral, atenta a jacobinos e maçons. Por sua vez, os caixeiros e moços de balcão, os militares e os filhos família sem dinheiro, tinham a batota e as “comezainas nas casas de pasto de Belas e nos retiros de Sete Rios e das Laranjeiras”, as passeatas à outra banda ou as excursões a Maфра ou a Bucelas.⁶⁹ A chegada de Junot a Portugal coincidiu com a “etapa decisiva na emancipação das elites da sociabilidade de corte, transferindo para a “sociedade civil” vários espaços de encontro e reunião, normas de conduta, práticas de ostentação e lazer”, o que vem explicar alguma coisa do que irá verificar-se ao longo da ocupação francesa da cidade.⁷⁰ Desde logo, a capacidade de alguns grupos sociais se empenharem de forma activa em conspirações tendentes a expulsar a tropa francesa, mas também na facilidade de divulgação de literatura anti-francesa, de modo a inculcar na população o ódio ao ocupante.⁷¹

Por volta da primeira década do século, os espectáculos teatrais em Lisboa estavam limitados a três teatros, onde se representavam comédias e farsas

⁶⁷ ROSSI, Camillo Luiz de, *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1944, p. 15.

⁶⁸ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa—História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 479.

⁶⁹ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 544.

⁷⁰ MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 91.

⁷¹ Estamos a referir-mo-nos, por exemplo, à “Sociedade de Portuguezes dirigida por hum conselho intitulado Conselho Conservador de Lisboa”, criada em 5 de Fevereiro de 1808, cujas actas mais tarde publicadas são esclarecedoras sobre as intenções conspirativas de “emprender a grande obra de sacudir o jugo francês, de restaurar a Pátria, de vingar a Religião Católica Romana, e de restituir ao Trono o seu legítimo Soberano”. Embora durante a ocupação francesa os conspiradores reunidos nesta Sociedade nunca tivessem tomado nenhuma acção concreta com vista a “restaurar a Pátria”, alguns deles vieram a participar, anos depois, nas lutas liberais. *Catálogo por cópia extrahido do original das Sessões, e Actas feitas pela Sociedade de Portuguezes dirigida por hum Conselho intitulado Conselho Conservador de Lisboa, e instalada nesta mesma cidade em 5 de Fevereiro de 1808; tendo-se unido os instaladores em 21 de Janeiro do mesmo anno, para tratar da Restauração da Pátria*, Lisboa, na Impressão Regia, 1808.

portuguesas e tragédias à maneira clássica e, embora não existissem no país grandes actores, era possível ver com agrado actores portugueses em comédias populares que encantavam a maior parte da população da cidade. As peças representadas eram, na sua maior parte, traduções pobres do francês ou do italiano, embora se pudesse reconhecer alguma graça na música e na dança que acompanhava o enredo.⁷² Eram geralmente muito ferozes as críticas que os estrangeiros teciam sobre os teatros da capital, considerando as peças de fraca qualidade, geralmente intrigas amorosas em que “les acteurs sont mauvais”.⁷³ Apesar de tudo, alguns desses críticos acabavam por elogiar as pequenas peças apresentadas nos intervalos, designadas por intermédios (ou entreactos) que “sont assez bonnes; la musique en est même excellente et pleine de goût”.⁷⁴

O primeiro desses teatros vem a ser o Teatro da Rua dos Condes, inaugurado na segunda metade de Setecentos e instalado num edifício pouco interessante, quase abarracado, mas muito afamado no seu tempo.⁷⁵ O teatro exibia sobretudo comédias e teatro “musicado e ligeiro, com elogios dramáticos, comédias e farsas, mágicas e dramas”.⁷⁶ Possuía uma sala com uma decoração muito pobre e sem gosto, para apresentação de peças em que a “comédie portugaise est détestable”.⁷⁷ Era frequentado por um público heterogéneo mas, em geral, pessoas dos estratos mais populares da cidade. Este teatro também apresentou espectáculos de ópera durante muitos anos, vindo, entretanto, pela sua importância para a cena nacional a tomar a designação de Teatro Nacional.⁷⁸

⁷² DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, p. 172.

⁷³ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, Tome Premier, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), p. 79.

⁷⁴ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo I, p. 79.

⁷⁵ O teatro encontrava-se quase no local onde ainda hoje existe o edifício do antigo cinema Condes na rua do mesmo nome.

⁷⁶ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 540-543.

⁷⁷ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 69-70.

⁷⁸ CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, ANASTÁCIO, Vanda, *O Teatro em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal*, Lisboa, Museu Nacional do Teatro, 2005, pp. 99-105.

Com igual importância para o divertimento da pequena burguesia da cidade era o Teatro do Salitre, inaugurado nos finais do século XVIII, que se veio a tornar numa das mais conhecidas salas de espectáculos de Lisboa, tendo-se dedicado em especial à comédia, embora também apresentasse grupos de bailado e peças “de grande espectáculo, êxito retumbante e enchentes nunca vistas”.⁷⁹ No Teatro do Salitre também se podia assistir a ópera, *vaudevilles*, e até espectáculos circenses que atraíam sempre grande número de espectadores entre os diversos estratos sociais da população da cidade. Era também reconhecido por ser palco de comédias tipicamente portuguesas, mais ao gosto das camadas populares. Estas peças eram, muitas vezes, representadas por actores amadores – alguns deles na realidade simples artesãos que regressavam depois às suas actividades profissionais – que faziam também os papéis femininos por as mulheres estarem impedidas de representar no teatro.⁸⁰ Esta situação caricata que impedia as mulheres de representarem peças de teatro, não as impedia de cantar e representar em palcos de ópera.⁸¹

Finalmente, o Teatro de S. Carlos, inaugurado em 1796, que tinha trazido definitivamente ao escol da sociedade de Lisboa o “centro mundano que lhe faltava”, era frequentado pelos estratos mais elevados da sociedade lisboeta, a nobreza e as pessoas de distinção.⁸² O Teatro de S. Carlos, tinha sido mandado erigir por um grupo alargado de grandes negociantes da cidade que, sob os auspícios da coroa e o interesse particular do Intendente Pina Manique, dava deste modo resposta à necessidade de abertura e modernização da sociedade portuguesa da época, colocando-a a par das grandes capitais europeias.⁸³ No S. Carlos podia assistir-se a espectáculos de ópera italiana de bom nível, cantada por artistas vindos

⁷⁹ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 540-543.

⁸⁰ Nesta época as mulheres não podiam representar por uma questão de moralidade, sendo por isso os homens, alguns já entrados de idade, a fazer os papéis femininos, representando personagens que dificilmente conseguiam alguma verisimilhança com a realidade, em peças a maior parte das vezes traduzidas directamente do francês, do italiano ou do espanhol. BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo II, p. 83.

⁸¹ HOFFMANSEGG, Comte de, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu'en 1799, par M. Link et le Comte de Hoffmansegg...*, Tome Premier, Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808, pp. 279-281.

⁸² MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 81.

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 81.

habitualmente de Itália, entre eles alguns *castrati* famosos que se apresentavam vestidos habitualmente com belos figurinos e que cantavam e dançavam bem.⁸⁴ Neste teatro, segundo o testemunho insuspeito de um visitante estrangeiro, “on donne de forts bons opéras Italiens, [...] celui du Roi qui est le mieux composé de l’Europe”, sendo o próprio Marcos Portugal, famoso compositor na época, um dos artistas que honrava o teatro com a sua presença.⁸⁵ Sabe-se como Junot apreciava ir assistir às óperas ao Teatro de S. Carlos, onde se entretinha a *flirter* com as senhoras da sociedade portuguesa e com as mulheres dos seus oficiais com quem ali se encontrava.

Mas, além dos teatros, frequentados sobretudo pelos estratos superiores da sociedade, outro dos divertimentos existentes neste começo do século XIX eram os bailes populares. Neles dançavam-se as alegres e vivas músicas populares, acompanhadas à guitarra e cantadas por vozes muito agradáveis que atraíam facilmente as pessoas e tinham sempre grande sucesso.⁸⁶ O que o povo, em geral, mais gostava de cantar e dançar era a *fofa* ou chula, dança com possível origem no Brasil, “dont les mouvements sont lubriques” e que se dançava quer nas ruas quer nos teatros.⁸⁷ Estas danças, nas palavras dos viajantes que as escutavam e entendiam, eram “très licencieuses”, mas o que mais chocava os estrangeiros era serem pouco próprias, com a sua linguagem “obscena”.⁸⁸ Nas palavras de um visitante estrangeiro esta dança era também apresentada nos teatros “où elle est exécutée avec autant de lubricité que partout ailleurs”, escandalizando as pessoas pouco habituadas a estas manifestações.⁸⁹ Outro estrangeiro de visita à capital diz que a dança é de tal forma

⁸⁴ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 69-70 e HOFFMANSEGG, Comte de, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu’en 1799, par M. Link et le Comte de Hoffmansegg...*, Tome Premier, Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808, pp. 279-281.

⁸⁵ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l’année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, p. 172.

⁸⁶ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 69-70.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, pp. 69-70.

⁸⁸ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo I, p. 78 e DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l’année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, p. 172.

⁸⁹ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo I, p. 78.

lúbrica que se torna “par conséquent indécente aussi aucune honnête femme ne se permet de la voir danser”.⁹⁰

Mas o grande espectáculo verdadeiramente popular e que atraía todo o povo da cidade – mas também nobres e até estrangeiros residentes em Lisboa – que ocorria em massa para as ver, eram certamente as corridas de touros, cujas características estavam mais de acordo e mais perto da sensibilidade e do gosto do povo.⁹¹ Esta tradição era antiga em Lisboa, desde o tempo em que se corriam touros por altura das festas de S. António, ainda no século XVI, quando, por Carta Régia de 8 de Maio de 1582, Filipe I concedeu autorização para que se realizassem touradas em Portugal “assim e da maneira que a minha instância o tinha concedido nos outros meus Reinos de Espanha, e com as limitações e declarações que se contém no breve que sobre isso se passou. E Sua Santidade o houve assim por bem, com declaração que os ditos touros se não corram aos domingos nem dias santos de guarda; e que se proveja, quanto for possível, que se não siga disso morte de alguma pessoa”.⁹² Passou depois a ser um costume que se estendia a todas as festas religiosas ou pagãs que tinham lugar na cidade, como o demonstra um Assento de Vereação do Senado da Câmara de Lisboa de 21 de Abril de 1605, em que informa, a propósito do nascimento do príncipe, que “se ordenou que se corressem touros no Terreiro do Paço, por ser festa antiga e própria deste Reino, e de que o povo recebe muita alegria, os quais se correm por ordem da cidade, e à sua custa e despesa”.⁹³ As touradas faziam obrigatoriamente parte de todas as festas da corte e, a partir de meados do século XVIII, o próprio Senado da Câmara passou a ter uma verba própria para a realização de touradas, efectuadas quer a pedido da corte, quer da própria Câmara.⁹⁴ As touradas, muito apreciados na época, um pouco à semelhança da tradição das *corridas de toros* em Espanha, tinham quase sempre também a presença de fidalgos. Fazia parte da tradição da corte portuguesa os nobres correrem touros para demonstrar a sua destreza no

⁹⁰ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 69-70.

⁹¹ Um visitante de Lisboa em 1808 refere que Mr. Villiers, à época ministro da Grã-Bretanha em Lisboa, estava “numa tourada na outra banda”. SOUSA, José Baptista de, *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809, Lord e Lady Holland e Dr. John Allen*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011, p. 118 e BLAIRIE, Ollivier de la, *Lisbonne et les portugais*, Paris, Chez Correard, 1820, p. 23.

⁹² OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1882, 1ª Parte, Tomo II, p. 47.

⁹³ *Idem*, Tomo II, Nota a pp. 146-147.

⁹⁴ ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Coimbra, Edição do Autor, 1928, Tomo V, p. 180.

tourei a cavalo, o que faziam rodeados de grande aparato, acompanhados de uma comitiva de criados ricamente vestidos a rigor.⁹⁵ Os jovens nobres iam ali exibir a sua coragem perante os animais, fazendo voltear os seus cavalos para rodear o touro e cravar nele pequenas farpas que, caso não o conseguissem, os obrigava a enfrentar o touro apeados. Para isso, usavam “non pas comme les Espagnoles derrière un manteau, mais en face à coups de sabre”, numa demonstração de coragem, embora as pontas dos chifres dos touros estivessem protegidas por bolas, o que tornava o “spectacle sanguinaire, mais avec moins de crainte et de férocité que les Espagnoles”.

96

Existem notícias de algumas das mais importantes touradas realizadas em Lisboa, começando pela realizada em 1605 pelo nascimento do príncipe, mais tarde Filipe III, que entusiasmou a população da capital, outra em 1649, realizada pelo Senado da Câmara por motivo do nascimento do infante D. Pedro, e em 1660, em honra de Santo António, organizada pela respectiva Irmandade. Também em 1661 e 1662, por ocasião do casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, se realizaram três corridas de touros reais junto ao Palácio da Ribeira, com as bancadas a regurgitar de gente.⁹⁷ Além do Senado da Câmara, também as diversas Irmandades da cidade promoviam corridas de touros no Terreiro do Paço, em homenagem aos seus Santos patronos, como foi o caso das touradas que tiveram lugar em 1672 e 1717. Estas últimas, todavia, nunca conseguiram igualar o esplendor e a espectacularidade das realizadas pelo Senado em 1666, 1687 e 1708, comemorativas das entradas em Lisboa das Rainhas.⁹⁸ Existe ainda nota das corridas de touros realizadas em 1696, 1698 e 1747, cujos relatos circularam pela cidade em folhas de cordel. A propósito das festividades que se prepararam em honra de D. Maria I, diz Andrade Ferreira que um “número, porém, faltava ainda para coroar o esplendor e a magnitude que os festejos atingiram: as tradicionais e portuguesíssimas touradas, festa que sempre constituiu o espectáculo de maior agrado do povo”.⁹⁹ E foi assim que em 1777 teve lugar a

⁹⁵ ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Coimbra, Edição do Autor, 1928, Tomo V, p. 180.

⁹⁶ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année 1766*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., 1775, pp. 172-173.

⁹⁷ ANDRADE, Ferreira de, “Três touradas no Terreiro do Paço em 1777”, in *Revista Municipal*, Lisboa, N.º 30/31 (3º/4º Trim. 1946), pp. 31-32.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 30.

primeira das touradas corridas no Terreiro do Paço em honra da Rainha, após a inauguração da estátua equestre de D. José. À falta de locais próprios para as corridas de touros, as touradas eram realizadas em terrenos adaptados dentro da cidade, como era o caso do Terreiro do Paço, onde se realizaram ao longo dos séculos XVIII e XIX “as principais e mais espetaculosas festas taurinas da cidade de Lisboa”.¹⁰⁰ Diz a notícia da época que foi erigida uma praça de madeira, tendo os palanques sido “armados num dos quartos da praça, ficando, como se lê no circunstanciado relato, a arena com a forma octogonal e completamente separada do monumento”. A bancada, em forma de anfiteatro, tinha a sua trincheira em frente e por cima os camarotes, onde se enquadrava “uma magnífica Tribuna para Suas Majestades e Altezas”, encontrando-se os lugares para acomodar o povo num palanque superior.¹⁰¹ Dizem as notícias sobre a corrida que os “touros dessa tarde foram muito bravos, dando ocasião aos cavaleiros de exercitarem a arte de tourear muito bem, matando cada um deles um touro ao primeiro rojão, fazendo muitas sortes, boas acutiladas, algumas à espada, sem que houvesse desgraça alguma. Morreram nesta tarde 32 bois e foi geral o contentamento de todos os assistentes”.¹⁰² Por ocasião do nascimento do seu filho varão, o príncipe D. António, o Príncipe Regente D. João, por sugestão de vários fidalgos, embora contrariado, dispôs-se a mandar realizar um torneio à antiga portuguesa que também incluía corridas de touros. As touradas tiveram lugar numa ampla praça de touros montada no espaço do Terreiro do Paço, entre a estátua equestre e as ruas do Ouro e Augusta, tendo sido os touros corridos por picadores da Casa Real.¹⁰³

Os estratos mais baixos da população faziam também dos dias religiosos e das festividades da Igreja verdadeiros momentos de festa e de diversão, para os quais contribuíam as manifestações pagãs que lhes estavam quase sempre associadas. Nelas incluíam-se bailes e entretinham-se as pessoas com fogo de artifício e iluminações nas ruas, tornando as igrejas lugares de convívio para aquela parte da população que não

¹⁰⁰ ANDRADE, Ferreira de, “Três touradas no Terreiro do Paço em 1777”, in *Revista Municipal*, Lisboa, N.º 30/31 (3º/4º Trim. 1946), p. 30.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 44.

¹⁰³ PIMENTEL, Alberto, *A Última Corte do Absolutismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin, 1893, pp. 20-21.

tinha outras oportunidades de divertimento.¹⁰⁴ Também as festas religiosas eram aproveitadas pelos mais jovens para namorar ou os amantes para se encontrarem sem despertar suspeitas.¹⁰⁵ Os dias em que se realizavam procissões eram, para o povo da cidade, verdadeiros dias de festa, independentemente do facto de serem momentos de reflexão e introspecção. O povo largava tudo para ir assistir a essas manifestações tão do seu agrado, especialmente as mulheres de todas as condições que, nesses dias, tinham permissão para sair. Era, igualmente, nos dias de procissão que os habitantes da cidade aproveitavam para convidar os amigos e conhecidos para as suas casas, quando estas passavam junto às suas habitações, aproveitando o momento para organizar grandes convívios sempre muito animados, em que se bebia chá e se dançava depois de a procissão passar.¹⁰⁶

As procissões eram, por isso, das festas mais apreciadas pelos habitantes de Lisboa e “ils en parlent avec enthousiasme, ils accourent en foule pour les voir”, como a que se realizava no dia do Corpo de Deus, o que acontecia todos os anos, sessenta dias após a Páscoa.¹⁰⁷ Esta procissão era a mais importante de Lisboa, certamente a mais esperada e concorrida da capital, que ao longo de mais de duas horas percorria a cidade pela manhã, desde a Praça do Rossio até ao Terreiro do Paço e volta. À frente do cortejo seguiam os cavalos ajaezados a rigor seguidos pela imagem de S. Jorge, cravejada de ricos diamantes, vestida a preceito com armadura e capacete, segurando numa das mãos a lança e à garupa de um cavalo conduzido pelas rédeas. Seguia-se o préstito com a presença dos confrades de todas as paróquias da cidade, seguidos pelos clérigos seculares de cada uma das igrejas de Lisboa, vestidos com os seus respectivos hábitos. As janelas nas ruas por onde passava a procissão estavam sempre ricamente decoradas com colchas de seda e as senhoras não abandonavam os seus lugares nas

¹⁰⁴ RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano: A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 74.

¹⁰⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 78.

¹⁰⁶ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 81-82.

¹⁰⁷ Segundo relata um visitante estrangeiro, as procissões que se realizavam ao longo do ano, especialmente a do Corpo de Deus e as procissões da Semana Santa “sont le véritable carnaval des Portugais, et surtout celui de Lisbonne” durante as quais os jovens, a pretexto de assistirem às missas, aproveitam para se dedicarem a aventuras galantes. BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo I, p. 85 e CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 96-98.

janelas senão após a função findar e começar então a servir-se uma pequena refeição aos amigos que tinham vindo assistir.¹⁰⁸

Seguindo a tradição das colónias estrangeiras residentes na cidade, começou a verificar-se um maior interesse pelas actividades de convívio entre amigos, o que fez com que, a partir de certa altura, as “partidas, serões musicais, bailes, passeios e piqueniques” passassem a fazer parte do quotidiano das pessoas.¹⁰⁹ Estes entretenimentos que tomavam o nome de *assembleias* ou *partidas* – um pouco à semelhança das academias existentes em alguns países europeus – eram muito apreciados pelos estratos sociais mais elevados. Neles se “improvisaient des discours sur les matières qu'on leur proposait au hasard”, discursos que, na opinião dos estrangeiros mais críticos, na maior parte das vezes “se ressentaient de l'absence du goût et des lumières”.¹¹⁰ Era deste modo que alguma elite urbana composta por grandes negociantes e pela melhor burguesia ilustrada convivía em grupo, reunindo-se à noite em salões ou cafés num ambiente seleccionado e de conforto requintado para jogar bilhar ou jogar às cartas, mas também para assistir ou participar em saraus em que a “música e a dança constituíam certamente o grande trunfo”.¹¹¹ Esta tradição das *assembleias*, que começava a impor-se e em que a conversa mundana era ponto alto, tornou-se rapidamente muito popular entre amigos e entre familiares que se reuniam nas suas respectivas casas para se divertirem, para jogar às cartas ou simplesmente conversar.¹¹² A *assembleia* passou a constituir uma das manifestações sociais mais representativas dos finais de Setecentos. A tradição chegou até ao último quartel de Oitocentos como se comprova pelas várias referências que lhe são feitas por Camilo Castelo Branco na sua novela *A Corja*, em que narra que “visitavam-se e concorriam aos bailes da Assembleia” e que alguém “prestava uma atenção muito

¹⁰⁸ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 96-98.

¹⁰⁹ SANTOS, Piedade Braga, RODRIGUES, Teresa, NOGUEIRA, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p. 86.

¹¹⁰ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo II, pp. 85-86.

¹¹¹ MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, pp. 76-78.

¹¹² SANTOS, Piedade Braga, RODRIGUES, Teresa, NOGUEIRA, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p. 79.

lisonjeira aos músicos daquela assembleia”.¹¹³

É também por esta época que começam a proliferar por toda a cidade os cafés que irão passar a constituir o local de convívio por excelência de novos grupos sociais que começam a querer usar o seu tempo de lazer não apenas à noite nos saraus das *assembleias*, mas também a qualquer hora do dia. Nascem, deste modo, novas práticas e hábitos de sociabilidade num ambiente de características diferentes que atrai a pequena e média burguesia que ali se junta para conviver e, nalguns casos, propagandear as ideias jacobinas que hão-de atingir o seu ponto mais alto nos primeiros tempos da ocupação da cidade pelo exército francês de Junot.¹¹⁴ Estes cafés, maioritariamente frequentados por pessoas de recursos mais modestos mas de nível cultural acima da média, pequenos funcionários, comerciantes, profissões liberais, começam a existir por toda a cidade com as suas salas mal decoradas e sujas servindo café de má qualidade.¹¹⁵ Quanto às pessoas de mais baixa condição encontravam-se antes nas tabernas e nas casas de pasto, também muito numerosas na cidade, bebendo um vinho tinto de má qualidade.¹¹⁶

Sendo a cidade de Lisboa a sede do poder que a primeira invasão francesa veio instalar no país durante cerca de nove meses, justifica-se começar por referir as duas principais instituições do governo da capital, o Senado da Câmara, com atribuições que ultrapassavam a própria cidade, pelo facto de o Tribunal do Senado possuir as prerrogativas de um verdadeiro tribunal régio, e a Casa dos Vinte e Quatro, parceiro do poder executivo do Senado da Câmara, que superintendia aos ofícios existentes na cidade, tendo cada um deles um estatuto próprio que deveria ser seguido em todos os actos públicos ou profissionais.¹¹⁷ A verdade é que Junot, tendo decidido inicialmente manter as instituições portuguesas em funcionamento, conservou todos os órgãos

¹¹³ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. III, p. 529, faz referência a este texto do livro de Camilo Castelo Branco, *A Corja*, na página 94. MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 85.

¹¹⁴ MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 87.

¹¹⁵ HOFFMANSEGG, Comte de, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu'en 1799, par M. Link et le Comte de Hoffmansegg...*, Tome Premier, Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808, pp. 278-279.

¹¹⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 278-279.

¹¹⁷ A Casa dos Vinte e Quatro tinha uma composição constituída por dois representantes de cada uma das 12 corporações em que estavam divididos os ofícios da cidade, com a designação de bandeiras, possuindo cada um o seu próprio padroeiro, num total de 24 elementos, de onde deriva o nome da instituição. FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 28-35.

administrativos, designadamente o Senado da Câmara de Lisboa, embora mantendo-o obviamente sob controlo das forças de ocupação francesas.¹¹⁸

Nos primeiros dias do mês de Março de 1808, o juiz do povo e os membros da Casa dos Vinte e Quatro deslocaram-se ao palacete que servia de residência oficial a Junot para lhe apresentar cumprimentos, como nos dá conta uma notícia da *Gazeta de Lisboa*.¹¹⁹ Nessa ocasião o Juiz do Povo, José de Abreu Campos, aproveitou para apresentar a Junot os membros que compunham a Casa dos Vinte e Quatro, tendo recebido do general em chefe demonstrações de apreço pela instituição. A importância da Casa dos Vinte e Quatro, entre as instituições da cidade, pode entender-se pelo facto de o juiz do povo, a máxima entidade representante dos mestres, estar muitas vezes presente em acontecimentos políticos, como foi o caso da sua presença na recepção a Junot em Sacavém antes da sua entrada em Lisboa.¹²⁰

Outra instituição da maior importância para o governo do país era o Erário Público que entretanto tinha absorvido a contabilidade e tesouraria da Casa de Bragança, da Casa das Rainhas e da Igreja Patriarcal, e que no tempo da primeira invasão francesa, passou a ser administrado directamente pelo exército ocupante na pessoa do comissário francês Herman.¹²¹ A Intendência Geral da Polícia, criada em 1760, tinha por finalidade concentrar a coordenação das funções exercidas pelos magistrados judiciais no âmbito da actividade policial. A partir de 1801 passou a ter ao seu serviço uma força própria com a designação de Guarda Real da Polícia. O seu âmbito de actuação alargava-se à concessão de licenças para casas de jogos, concessão de passaportes e controlo dos navios que pretendessem sair do porto. Também estava sob a sua alçada o controlo dos divertimentos públicos da cidade e, acima de tudo, a protecção e segurança de bens e pessoas através de rondas volantes em toda a cidade. O Intendente Geral Lucas Seabra da Silva, haveria de acolher Junot à sua entrada em Lisboa e com ele colaborar durante a primeira invasão francesa.

¹¹⁸ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 55.

¹¹⁹ Consta do Segundo Suplemento da *Gazeta de Lisboa*, n.º IX, 5 de Março de 1808.

¹²⁰ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 36.

¹²¹ A pedido expresso de Napoleão e em nome do Imperador dos franceses, mas através da Regência e da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o cônsul da França em Portugal, M. Herman (François Antoine), foi nomeado administrador-geral das finanças em Dezembro de 1807; responsável pelo Conselho da Fazenda e Erário Régio, actuando ainda como comissário francês na Regência.

De todas as instituições de carácter cultural, aquela com quem o general francês se relacionou mais de perto foi, certamente, a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1799, tendo como primeiro presidente D. João de Bragança, conde da Lafões, primo da rainha, e como secretário o Abade Correia da Serra. A Academia acabou por eleger Junot sócio honorário, embora recusando-se a nomeá-lo seu presidente, numa altura em que era secretário da Academia, Francisco de Borja Garção Stockler.

A polémica sobre a presumível oferta da presidência da Academia das Ciências a Junot chegou até 1815, quando o periódico *O Investigador Portuguez em Inglaterra* publicou uma carta de José Martins da Cunha Pessoa, repudiando o modo como Stockler, nos seus escritos publicados no Rio de Janeiro, se defende da acusação de traição que lhe faz Acúrcio das Neves, por o considerar responsável pela tentativa de nomeação de Junot como presidente da Academia. Nesse escrito, Stockler afirma que desempenhou o seu cargo de presidente da Academia com dignidade “porque longe de oferecer a sua Presidência ao General Junot, como afirma o Autor da Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, tivera a nobre resolução de recusar-lha sendo para isso induzida ou tendo-lhe sido feita essa proposta pelo infeliz Conde da Ega e outro socio que não nomeia”.¹²² Esclarece Cunha Pessoa que se pode provar que nunca foi feito, por parte da Academia das Ciências, o “oferecimento da sua Presidência a Junot, porque não consta das suas Actas; e sendo este o negócio o mais importante, e o de maior honra por ser o único que nomeia o seu Presidente, certamente se havia de lançar no livro das suas Actas; do mesmo modo que se praticou com a nomeação do mesmo Junot para Socio Honorário”.¹²³

Durante o período da primeira invasão francesa a vida da Academia foi bastante conturbada, apesar da presença tutelar do seu presidente, o duque de Lafões, em consequência da saída do Príncipe Regente e da Corte para o Brasil, que levou consigo ou mandou ir diverso material do Museu de História Natural para o novo museu que fundou no Rio de Janeiro. Também a presença das tropas francesas em Lisboa resultou na ida para França de uma colecção de peixes do Brasil e outros

¹²² *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario, Politico, &c.*, Londres, Impresso e publicado por T. C. Hansard, Numero XLIX, No. 1, Vol. XIII, Julho, 1815, p. 478.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 479.

exemplares do museu levados pelo naturalista Étienne Geoffroy Saint-Hilaire que tinha vindo de propósito a Lisboa para esse fim.¹²⁴ Durante o governo do invasor napoleónico Junot, que viria a ser recebido como académico na Academia das Ciências, como vimos acima, a instituição manteve a sua actividade.

“No intervalo dos meses de dezembro de 1807 até ao fim de agosto de 1808, não obstante a apurada crise do tempo nem um só dia pararam os trabalhos da oficina tipográfica da Academia. Posteriormente nos anos de 1808, 1809 e 1810 foram lidas muitas memórias interessantes sobre os recomendáveis assuntos da indústria, da agricultura, das ciências naturais, da literatura, trabalhos estes que abonam o ilustrado desvelo de um considerável número de sócios”¹²⁵

João Guilherme Christiano Müller, Secretário da Academia, diz que, durante “as calamidades do tempo mais desastroso”, isto é, “no intervalo dos meses de Dezembro de 1807 até o fim de Agosto do ano seguinte”, ou seja durante o tempo que durou a ocupação das tropas francesas em Lisboa, nem um só dia deixaram os académicos de apresentar as suas comunicações à Academia. Também não “*pararam os trabalhos da sua Oficina Tipográfica*”, dando como exemplo a edição do *Indice Chronologico Remissivo da nossa Legislação*, compilada pelo académico João Pedro Ribeiro que “não desmaiou de publicá-la à face do intruso Governo, sem deixar aterrorar-se pelas comparações que se faziam entre a Colecção das nossas Leis e o Código de Napoleão, em detrimento da primeira”.¹²⁶

Além da Academia Real das Ciências, outras instituições viram a luz do dia nessa época de que se destacam a Academia Real de Marinha, a Academia Real dos Guardas Marinhas e a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, como instituições de ensino científico para formação de futuros oficiais de marinha e do exército. Devem referir-se igualmente outras dedicadas às belas artes como a Real Academia das Belas Artes de Lisboa e também instituições de beneficência e ensino

¹²⁴ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal, nos successivos reinados da Monarchia*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1872, Tomo II, p. 290.

¹²⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 300.

¹²⁶ MÜLLER, João Guilherme Christiano, *Discurso historico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de Junho de 1812*, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, 1812, Tomo III, Primeira Série, pp. VIII-IX.

como a Casa Pia de Lisboa.¹²⁷ Tem de se adicionar a esta lista outras instituições de carácter diverso criadas nessa época, começando na área científica com o Curso de Cirurgia do Hospital Real de S José, o Observatório Astronómico de Marinha e, na área do ensino e da cultura, com a Real Biblioteca Pública da Corte que mais tarde dará origem à Biblioteca Nacional de Lisboa, a Aula de Diplomática no Arquivo da Torre do Tombo e, na entrada do novo século, o Colégio da Feitoria a que “sucede com uma organização bem ordenada o Real Colégio Militar, assente no edifício do Hospital Real de Nossa Senhora dos Prazeres no sítio da Luz”, que é uma das poucas instituições que irá chegar aos nossos dias na sua constituição original.¹²⁸ Para além destas instituições, criadas no reinado de D. Maria I, devem registar-se diversas outras vindas ainda do reinado de D. José I e que irão continuar até ao século seguinte, como sejam o Arquivo Real da Torre do Tombo, a Aula do Comércio, o Colégio dos Nobres e a Impressão Régia, mais tarde Imprensa Nacional de Lisboa.

¹²⁷ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal, nos successivos reinados da Monarchia*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1872, Tomo II, p. 145.

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. VIII.

2. Retirada da Corte para o Brasil. Entrada das tropas francesas

A entrada de Junot em Portugal com a missão de controlar, antes de mais, o bloqueio à navegação inglesa teve, entre outros, o efeito de apressar a partida da Corte para o Brasil escoltada pela marinha inglesa que continuava, apesar de tudo, a dominar a navegação marítima com o forte poder da sua armada. Embora em estudos mais recentes sobre a primeira invasão francesa se lhe reconheça uma visão mais alargada sobre os seus objectivos, a verdade é que, durante algum tempo, se deu primazia à ideia de que a ocupação de Portugal teria tido, exclusivamente, a intenção de dividir o país entre as nações signatárias do tratado ibérico, a França e a Espanha, segundo o que estava contemplado no Tratado de Fontainebleau.¹²⁹ Esta ideia deixava de lado aspectos relevantes da estratégia encetada por Napoleão contra o seu arqui-inimigo tradicional, que remetem antes de mais para a rigorosa imposição do bloqueio continental à Grã-Bretanha por parte de todos os países europeus que, como sabemos, teve pleno êxito na Europa mas não em Portugal. Com efeito, a única excepção a esse bloqueio na Europa foi justamente Portugal, cuja ligação ancestral à Grã-Bretanha e a sua extensa costa atlântica permitiram à navegação britânica manter as rotas marítimas. Os portos portugueses eram utilizados pela Grã-Bretanha para o comércio com os seus domínios, beneficiando ainda da fácil obtenção de matéria-prima para alimentar a sua indústria com produtos do Brasil reexportados através do porto de Lisboa. Neste sentido, a invasão de Junot deve ser vista como uma resposta à política adoptada por Portugal de não cumprimento do bloqueio, estando, portanto, mais destinada a garantir a imposição e posterior controlo do bloqueio e menos a de conquistar Portugal pelas armas e estabelecer a sua divisão territorial entre os países invasores. Deve entender-se que, ao manter-se ao lado da Grã-Bretanha cujo domínio económico mas também político sobre Portugal era antigo, teria a corte portuguesa de se conformar com as decisões do *Foreign Office* e aceitar quer a sua saída para o Brasil, quer a ajuda militar para defesa do seu território continental e dos seus domínios quer

¹²⁹ Diz Silva Dias que Junot, na sua correspondência com Bonaparte, exprime uma vontade de manter Portugal independente e indivisível, contrariando o estabelecido no Tratado de Fontainebleau. DIAS, Graça da Silva, DIAS, J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, Vol. I, Tomo II, p. 495.

ainda a concessão de facilidades especiais ao comércio com a sua mais importante colônia, o Brasil.

Existia, na época anterior à primeira invasão francesa, a ideia de que se Portugal fosse invadido e, em consequência, o trono fosse derrubado ou a Espanha intentasse anexar o país, a Grã-Bretanha iria de imediato apossar-se das colônias portuguesas, designadamente o Brasil.¹³⁰ A possibilidade de um novo reino no Brasil para o rei de Portugal era um projecto já de larga discussão desde os tempos dos ministros de D. João IV, chegando até ao Marquês de Pombal, que o tinha considerado na hipótese de uma guerra contra os espanhóis se, em caso de uma invasão geral, tal situação pusesse em risco a independência nacional.¹³¹ Na eminência da invasão do país pelas tropas napoleónicas e dando seguimento a um plano anteriormente traçado, o governo inglês, através do seu enviado especial a Lisboa, insistiu na transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, o que foi posteriormente negociado secretamente em Londres, entre D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal no Reino Unido e George Canning, secretário dos Negócios Estrangeiros inglês.¹³²

O Príncipe Regente e a corte portuguesa só tiveram conhecimento da invasão próxima dos exércitos franceses, enviados por Napoleão para ocupar Portugal, através do jornal oficial francês *Moniteur*, chegado a Lisboa através do embaixador inglês, que o mostrou ao Príncipe, contribuindo para que fosse de imediato tomada a decisão da saída do monarca, da família real e da corte portuguesa para o Brasil.¹³³ A partida para o Rio de Janeiro foi rodeada de grande alvoroço dada a premência em se realizar antes da entrada dos franceses em Lisboa, resultando que algumas das pessoas que se preparavam para acompanhar o príncipe regente tiveram de ficar em terra. De qualquer modo, tinha sido dado ordem aos comandantes dos navios que constituíam a armada real portuguesa para receberem a bordo todos os que desejassem embarcar,

¹³⁰ AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 459.

¹³¹ BARETTA, João Cabello, "Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot...", in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d'Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 341.

¹³² AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 461.

¹³³ MONTEIRO, Miguel C., "Junot em Portugal ou a lembrança de um exército em farrapos", in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2008, p. 69.

dando prioridade aos militares e suas famílias.¹³⁴ A esquadra fez-se então ao largo, levando consigo os membros da família real que acompanhavam o príncipe, mas também um vasto número de nobres, funcionários superiores da administração, magistrados, pessoal administrativo, comerciantes, acompanhados na sua maioria pelos familiares e pela criadagem pessoal, num total de perto de dez mil pessoas.¹³⁵ Entretanto o Príncipe Regente, imediatamente antes da partida da Corte para o Brasil, tinha emitido um decreto dando indicações para que os franceses fossem recebidos como amigos, recomendando “que as tropas do Imperador dos Franceses, Rei de Itália, sejam bem aquarteladas, e assistidas de tudo que lhes for preciso, enquanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto”.¹³⁶ Mas, após a partida da Corte para o Brasil, quando já era conhecida a previsível entrada do exército francês em Portugal, o Concelho de Regência em Lisboa contrariou a ordem do Príncipe e emitiu ordens para que população se sublevasse e combatesse os franceses por todos os meios possíveis. Esta ordem contudo não chegou às autoridades da Beira, razão pela qual Thiébault resume as acções das populações contra as tropas como sendo puros “assassinatos” e não acções com o objectivo de combater as forças militares francesas.¹³⁷

Como seria de esperar, o exílio da família real e da corte no Brasil provocou na população de Lisboa, especialmente nas suas camadas mais baixas, uma comoção quase maior do que a posterior entrada do exército francês em Portugal, reflectida na “sensação de desamparo intimamente sentida por Lisboa [...] não por que o invasor se avizinhasse das portas, mas por que à cabeça do Reino faltava o chefe e o pai”.¹³⁸ A crise profunda que adveio da ausência da Corte no Brasil, com as suas devastadoras repercussões na sociedade portuguesa e nas relações sócio-económicas entre os diferentes estratos sociais e destes com o Estado, iria ter reflexos no papel da

¹³⁴ MONTEIRO, Miguel C., “Junot em Portugal ou a lembrança de um exército em farrapos”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2008, p. 69.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 70.

¹³⁶ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CXCI.

¹³⁷ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D'Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L'Art Militaire, 1817, pp. 56-57.

¹³⁸ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 535.

burguesia mercantil na revolução liberal que tentará por fim ao absolutismo. A Revolução de 1820 seria de facto liderada por personalidades do Norte, dado o peso específico dessa região, em especial o Porto, na actividade comercial do país.¹³⁹ A crise iria dar origem a que nos meios jurídicos e militares se comesçasse a questionar o papel do Estado e da Coroa e se iniciassem as primeiras manifestações organizadas que suportaram o desejo de alteração da política de estado e da sua representação social.¹⁴⁰

A entrada em Portugal do exército francês comandado por Junot fez-se a 18 de Novembro. O exército compreendia um efectivo de pouco mais de 26 000 homens, dos quais 23 000 de infantaria, 2 000 de cavalaria, 700 de artilharia e cerca de 700 dos corpos auxiliares a que se juntaram nessa primeira invasão, cerca de 10 000 militares espanhóis, 8 000 de infantaria e um número superior a 2 000 cavaleiros.¹⁴¹ As tropas francesas após a sua entrada pela fronteira portuguesa deram início a uma penosa marcha até Lisboa, sem mantimentos, sem calçado e com o fardamento num estado deplorável, debaixo de uma chuva impiedosa por caminhos impraticáveis até para soldados experimentados.¹⁴² A entrada em Portugal fez-se pela Beira Baixa, onde se iniciaram as pilhagens por parte dos soldados franceses exaustos e esfomeados, dirigindo-se na direcção de Castelo Branco e em seguida de Abrantes, onde chegaram a 22 de Novembro.¹⁴³ A progressão do exército francês desde a fronteira de Espanha até Lisboa, para além das dificuldades inerentes à irregularidade do percurso e às intempéries que assolavam a região, não foi isenta de incidentes de carácter militar. As populações raianas e das Beiras não perderam tempo em vingar-se das violências e dos roubos perpetrados pelos soldados franceses atacando-os na primeira oportunidade, como é testemunhado por um general francês:

“Deux canonniers, pressés par la faim, eurent la témérité de s’écarter pour chercher des châtaignes dans le bois; ils y trouvèrent la mort; un troisième,

¹³⁹ VICENTE, António Pedro, “As Invasões Francesas e o seu impacto na economia e na sociedade”, in *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 49.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 50.

¹⁴¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, p. 20.

¹⁴² PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 237-239.

¹⁴³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, p. 21.

nommé Portebois, de Paris, allant seul d'une voiture à une autre, périt également d'un coup de feu tiré de derrière un arbre. Les paysans, aigris par le pillage, se vengeaient sur tous les Français ou Espagnol isolé qui s'offrait à leur coup".¹⁴⁴

Noutra etapa do percurso, tendo a força francesa de artilharia montado acampamento na localidade de Cardigos, a soldadesca não se conteve em saquear a vila exercendo as maiores violências sobre a população.¹⁴⁵ A partir daí todos os militares deixados para trás, perdidos ou doentes, sofreram a vingança dos camponeses e "les paysans ulcères étaient sans pitié; ils prenaient les armes de ces malheureuses victimes, se réunissaient par bandes, et attaquaient quando ils se croyaient les plus forts".¹⁴⁶ Como a fome continuasse a apertar, o comando da força francesa organizou um pequeno destacamento para ir procurar víveres nos arredores, mas também "ces canonniers furent assaillis par les bandes qui en tuèrent neuf. Les autres furent réduits à manger leurs chevaux de selle".¹⁴⁷

Aos excessos cometidos pelos franceses durante o percurso até Lisboa, em que "cometerem assaltos e atrocidades várias", respondeu a população através dos camponeses da região raiana que "reagiam e vingavam-se, não sendo poucos os soldados franceses que foram despenhados do alto da serra de Idanha sobre o Ponsul".¹⁴⁸ Eram os soldados franceses isolados das unidades os que mais sofriam os ataques "por parte dos camponeses que assim faziam pagar com a vida as violências, as extorsões de toda a ordem, os estupros e os abusos contra as mulheres, e os roubos de toda a natureza".¹⁴⁹ Descrevendo a entrada das tropas de Junot em Portugal, Thiebault relatou a passagem pela Beira Alta descrevendo destas forma as dificuldades encontradas ao longo do percurso das tropas:

¹⁴⁴ HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p. 215.

¹⁴⁵ Cardigos é uma vila que foi sede de concelho até ao início do século XIX, pertencente ao Distrito de Santarém, cuja localização bem no centro do país exigiria que por ela se passasse a caminho de Lisboa, na ligação entre Castelo Branco e Abrantes.

¹⁴⁶ HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p. 216.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 216.

¹⁴⁸ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CLXXXV.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. CLXXXVII.

“La pluie qui tomba par torrents, pendant toute cette marche, contribuait encore à la rendre plus horrible; et pour mettre le comble à ce qu’elle eut de désastreux, des paysans armés, suivirent constamment l’artillerie, assassinant tout ce qui s’écartait de la route, et tuant souvent des hommes dans la route même”.¹⁵⁰

As imensas dificuldades que tiveram de ser enfrentadas, começaram pela travessia de diversos cursos de água, cujos caudais alimentados pelas fortes chuvas, obrigavam os soldados a grande esforço que muitos não conseguiam ultrapassar. Durante esta difícil progressão “un grand nombres de soldats resta dans ces hideux déserts, image du chaos, en proie à la faim dévorante, à l’intempérie de la saison, au fer des assassins”, assassinos que não eram mais que camponeses que não poupavam os soldados encontrados sozinhos junto às povoações, em desforra pelas violências por estes cometidas.¹⁵¹ Os próprios oficiais franceses reconhecem que se verificaram diversos casos de acções contra as populações e pilhagens durante o percurso de entrada do exército napoleónico em Portugal, “quoique les troupes n’eussent plus de prétextes pour commettre de nouveaux (sic) désordres, quelques soldats pillèrent dans cette journée”.¹⁵²

Junot, na sua correspondência com Napoleão, tece várias considerações sobre o que foi o percurso dramático do exército francês a partir da passagem da fronteira portuguesa. Na carta de 25 de Novembro de 1807, informava que “alguns homens por causa da fadiga [...] retardatários e pilhantes, terão sido assassinados pelos habitantes aos quais, segundo o seu louvável costume (sic), tudo terão roubado e queimado na rectaguarda das colunas a pretexto de ir procurar pão e não poder acompanhá-las”, e sofreram deste modo as consequências do espírito de vingança das populações por onde passaram.¹⁵³

Tem sido algumas vezes trazido à colação que o exército francês poderia ter sido facilmente derrotado por uma pequena força do exército português, se não tivessem existido as circunstâncias que levaram o Príncipe Regente a determinar, antes

¹⁵⁰ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 254.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 41-42.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 65.

¹⁵³ JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 98.

da sua saída com destino ao Brasil, que os franceses fossem bem acolhidos.¹⁵⁴ Fala-se, por exemplo, na posição intransponível do desfiladeiro das Talhadas, na região da Beira Baixa, por onde os franceses passaram na sua entrada no país a caminho de Abrantes, e onde teria sido fácil rechaçá-los, tudo conjecturas que foram sendo desenvolvidas por diversos militares, desde o próprio momento dos acontecimentos.¹⁵⁵ Esta teoria levou um autor contemporâneo dos acontecimentos a afirmar que “se logo não foram rechaçados com aquela coragem, e bravura que é natural aos Portuguezes, aguilhada então pela saudade imensa que causou a ausência do nosso querido Príncipe e de toda a Real Família; foi porque S. A. R. antes de partir ordenou que os tratássemos como amigos”.¹⁵⁶ Sendo esta asserção feita como se pudesse ser dado como garantido que o exército português se encontrava em condições de fazer frente a um exército muito mais bem organizado. A verdade é que, à época da primeira invasão francesa, “o exército português, além de dividido e disperso em consequência das últimas disposições que S.A.R. lhe mandara tomar, estava tão diminuto, pela deserção, ocasionada principalmente na confusão do embarque da nossa corte, e pela falta dos que a acompanharam”.¹⁵⁷ A 27 de Novembro, Junot encontrava-se na Golegã preparando-se para prosseguir para Santarém e daí para o Cartaxo e Sacavém onde chegou no dia 29 com cerca de 1 500 soldados em muito más condições físicas que foram ali reforçados com tropas em melhor estado vindas de Torres Novas e de Santarém. A 30 de Novembro, o exército invasor francês entrava finalmente em Lisboa.¹⁵⁸

¹⁵⁴ CÉSAR, Vitoriano José, *Invasões Francesas em Portugal*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1903, p. 34.

¹⁵⁵ Thiébault refere-se à “formidable position de las Tailladas; et chacun fut frappé de l’idée que si deux mille hommes nous y avoient attendue, nous ne l’eussions point passé, et l’armée eût perdue”, THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 46.

¹⁵⁶ SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo I, p. 11.

¹⁵⁷ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 254.

¹⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, p. 22.

3. Entrada de Junot em Lisboa

Já perto de Lisboa, Junot recebeu a visita do emissário enviado pelo governo, o general José Oliveira Barreto que, além de lhe dar as boas vindas em nome da nação portuguesa, lhe ofereceu garantias de que não haveria resistência da parte portuguesa na sua marcha até Lisboa.¹⁵⁹ O general Barreto procurou então negociar a forma de o exército invasor não causar prejuízos, quer pessoais quer materiais, à população residente nos locais por onde a tropa tivesse de passar.¹⁶⁰ Respondendo às informações de Barreto, o general respondeu-lhe que “il venait fermer les ports du royaume à l’Angleterre, et même, au besoin, defendre le Portugal contre elle”.¹⁶¹ À chegada de Junot a Sacavém, uma primeira deputação de generais portugueses, enviados pelo Conselho de Regência, apresentou-lhe os seus cumprimentos em nome do governo e informou-o da partida do Príncipe e da Corte para o Brasil. Deu igualmente conhecimento ao general em chefe das tropas francesas que, por determinação do Príncipe, tinha sido constituído o referido conselho cujas ordens vinham garantir a manutenção da ordem e da tranquilidade em todo o país. Ainda em Sacavém, Junot recebeu uma segunda deputação, esta constituída por comerciantes e outros representantes da população de Lisboa que lhe apresentou igualmente cumprimentos.¹⁶²

Por essa altura, Junot redigiu uma proclamação ao povo de Lisboa, impressa em português e francês e mandada afixar pela cidade, anunciando que entraria na cidade à frente dos seus soldados no dia seguinte, 30 de Novembro. Nesse dia foi então recebido por uma força da polícia de Lisboa, tendo à frente o seu comandante, conde

¹⁵⁹ Aparentemente o general Barreto teria sido enviado a Abrantes para travar Junot na sua marcha para Lisboa, de modo a garantir a saída do Príncipe e da Corte para o Brasil.

¹⁶⁰ MONTEIRO, Miguel C., “Junot em Portugal ou a lembrança de um exército em farrapos”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2008, p. 70.

¹⁶¹ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 359-360.

¹⁶² Tratava-se da delegação que incorporava membros da Casa dos Vinte e Quatro. PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 288-289.

de Novion, que escoltou as tropas francesas na sua entrada na cidade.¹⁶³ Presume-se que terá sido justamente o conde de Novion, comandante da polícia de Lisboa, por quem o Príncipe Regente tinha a maior consideração que, traíndo essa confiança, imprimiu secretamente a proclamação – encontrando-se ainda o Príncipe e a Corte em Lisboa – com que Junot se apresentou à população de Lisboa antes da sua entrada na cidade.¹⁶⁴ A presença das tropas francesas em Lisboa levantou, desde logo, certa agitação entre alguns populares que não se eximiram de insultar e ameaçar de morte os soldados franceses nas ruas e nas tabernas, situação que se agravou quando, dias mais tarde, houve conhecimento do hastear da bandeira francesa no Castelo de S. Jorge.¹⁶⁵ Iniciava-se, desta forma, uma relação quase sempre conflituosa entre a população da cidade e as tropas francesas comandadas por Junot no próprio momento em que entraram em Lisboa. Junot pôde verificar que “a grande massa dos Portugueses, sem distinção de classes, não acompanhava a sua causa”.¹⁶⁶ Henri Carrion de Nisas, um aristocrata da alta nobreza francesa que tinha aderido ao Bonapartismo e que acompanhou Junot até Portugal integrado no seu estado-maior afirma, citado por Silva Dias, estar certo da “existência de uma fracção ideologicamente radical na nobreza e no clero – mas estava ciente de que os fidalgos, no seu conjunto, eram anti-franceses”.¹⁶⁷

O cenário de afrancesamento que tomou conta de Portugal a partir de 1807, com a chegada das tropas francesas e o consulado inicial relativamente brando de Junot, não foi apenas resultado de uma avaliação política da situação, por parte da aristocracia e da burguesia portuguesa. A questão está no facto de se ter entendido ser esta a melhor alternativa para a “verdadeira concordância da unidade nacional e da democracia na sociedade e no estado”.¹⁶⁸ Foi a partir dessa altura que “une source

¹⁶³ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 288-289.

¹⁶⁴ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 371.

¹⁶⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, p. 26.

¹⁶⁶ DIAS, Graça da Silva, DIAS, J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, Vol. I, Tomo II, p. 485.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 493.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 494.

fermentation agita la capitale et s'étendit aux provinces les plus éloignées”, dando-se deste modo os primeiros passos no sentido da insurreição que, só bastante mais tarde, viria a alastrar por todo o país.¹⁶⁹ É reconhecido que a maior parte da população portuguesa, designadamente os elementos do exército, não simpatizava com a causa napoleónica e por isso “Junot estava consciente de que o grosso da nação e das suas forças armadas não era favorável à causa napoleónica”.¹⁷⁰ Nesse sentido, apressou-se a reorganizar o exército, por determinação específica de Napoleão, de modo a que se procedesse ao “desarmamento completo do País” em conformidade com “quatro coisas fundamentais: a baixa substancial dos efectivos, a passagem à reserva de grande número de oficiais e sargentos, o enquadramento das tropas por graduados de linha franceses e, enfim, o envio desse resíduo militar para França”.¹⁷¹ Com efeito, Napoleão tinha dado ordens específicas e determinantes a Junot para que “mandasse para França a parte válida do exército português e que destruísse a parte restante, sem deixar qualquer possibilidade de se reconstituir”.¹⁷²

Retornando à entrada de Junot em Lisboa com o seu pequeno destacamento, os relatos da época dizem-nos que esta foi feita com grande aparato, mau grado o estado de miséria das tropas, mal fardadas, rotas, quase descalças e com o armamento em mau estado, sem artilharia e quase sem unidades de cavalaria, desfilando pelas ruas principais da cidade, à vista “d’un peuple immense abattu et affligé”, que mal adivinhava o que se iria seguir nos tempos mais próximos.¹⁷³ De entre os aposentos que lhe foram postos à disposição pelas autoridades portuguesas, entre os quais o palácio real da Bemposta, Junot escolheu para servir como sua residência oficial o palacete do barão de Quintela, propriedade de um dos mais abastados comerciantes de Lisboa, pela sua localização bem dentro da cidade e perto da sua zona mais nobre. Pode dizer-se que foi uma escolha acertada para os interesses de Junot, tendo em conta o seu gosto pela vida galante e pelo luxo que o barão lhe prodigalizou em

¹⁶⁹ [GAYANT, Paul], *Tableau des Guerres de la Révolution de 1792 A 1815*, Par P. G., Ancien élève de L'École Polytechnique, Paris, Paulin, 1842, p. 328.

¹⁷⁰ DIAS, Graça da Silva, DIAS, J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, Vol. I, Tomo II, p. 500.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 500.

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 500.

¹⁷³ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d'Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 371-372.

abundância, após o general Ihe ter ordenado que preparasse uma mesa bem sortida de comida para quarenta pessoas todos os dias.¹⁷⁴

A primeira impressão que o povo da cidade teve das tropas franceses foi o suficiente para sentirem vergonha pelo país ter sido conquistado “par une poignée d’hommes, contre lesquels les forces nationales été plus que suffisantes”.¹⁷⁵ A população de Lisboa só se deu verdadeiramente conta de qual seria o futuro do país quando se apercebeu que no palácio da Inquisição, bem defronte da praça do Rossio, a Regência do reino se reunia para emitir decretos em nome do Príncipe Regente e, a poucos metros, no gabinete do comissário francês Herman, eram expedidas ordens em nome do Imperador da França.¹⁷⁶ A chegada desta tropa faminta, mal fardada e sem artilharia que pudesse assustar a população, deixou uma impressão de impotência no pouco povo que a ela assistiu e, ao mesmo tempo, o sentimento de que, apesar disso, iria ficar sob o jugo de estrangeiros.

“Cette dépréciation des forces françaises, dans laquelle chacun se complut, en raison direct de la peur qu’il avait ressentie, laissa dans l’esprit du people, un germe de révolte que les événements ne devait pas tarder à développer”.¹⁷⁷

A chegada do exército francês a Lisboa fez com que fosse necessário encontrar alojamento para as tropas, tendo-se recorrido aos conventos “onde estavam os padres caetanos, dominicanos, carmelitas, trinitários, e o colégio dos inglesinhos, sendo muitos frades relegados para a província”.¹⁷⁸ Na impossibilidade de pilharem a cidade, que já tinha sido em parte despojada das riquezas que acompanhavam a corte para o Brasil, os oficiais franceses de baixa patente “montrèrent peu de respect pour les

¹⁷⁴ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 371-372 e LANDMANN, George Thomas, *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war by George Landmann*, London, printed for T. Cadell and W. Davies, 1818, vol. II, p. 24.

¹⁷⁵ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 372.

¹⁷⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 373-374.

¹⁷⁷ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 295.

¹⁷⁸ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CXCIV.

personnes et les propriétés” das casas onde se encontravam alojados.¹⁷⁹ Junto dos seus hóspedes, os oficiais procuravam retirar o máximo benefício possível do que havia, exigindo “à discrétion chez leurs hôtes”, comida e alojamento, contrariando ordens expressas de Junot.¹⁸⁰ Não nos podemos, no entanto, esquecer que a ocupação francesa do país e em particular de Lisboa, onde os exemplos das arbitrariedades cometidas pelo exército napoleónico eram constantes, teve o assentimento colaborante de muitos elementos da nobreza e de funcionários superiores com responsabilidades no governo da Regência. E também devemos ter em conta a posição cooperante dos mais altos prelados portugueses, a começar pelo próprio Cardeal Patriarca de Lisboa D. José Francisco Miguel António de Mendonça, do Inquisidor Mor e Bispo do Algarve D. José Maria de Melo e do Bispo de Porto, que tomaram posições públicas de apoio aos franceses.¹⁸¹ É verdade que esta posição da alta hierarquia da Igreja pode ser compreendida se tivermos em conta o efeito que a Concordata de 1801, entre Napoleão e o Papa Pio VII, produziu junto de todo o clero ao colocar a Igreja de Roma ao lado do Imperador dos franceses.¹⁸²

As primeiras medidas de Junot em Lisboa tiveram por objectivo garantir a segurança e a manutenção da ordem na cidade, controlar a polícia e organizar a emissão de passaportes, sem os quais ninguém estava autorizado a sair de Lisboa ou do Tejo. Numa segunda fase, o general em chefe procedeu à organização do exército de ocupação, com instalação de destacamentos e postos militares na cidade, guarnecidos por oficiais franceses assessorados por oficiais portugueses, e determinou a criação de patrulhas para percorrer as ruas da cidade em acções de vigilância.¹⁸³ A ocupação de Lisboa foi-se, entretanto, consolidando a partir de um conjunto de iniciativas que acabaram por colocar o país totalmente nas mãos de Junot, como

¹⁷⁹ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 375.

¹⁸⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 375.

¹⁸¹ Sendo Inquisidor Mor o Bispo do Algarve, D. José Maria de Melo, foi um dos escolhidos para se deslocar a Baiona com a deputação de altas personalidades que ali foi apresentar cumprimentos a Napoleão em nome do reino.

¹⁸² FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCXXIX.

¹⁸³ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 298.

directo representante de Napoleão. Com efeito, são dadas nesta altura as primeiras ordens para o desarmamento do país, começando os franceses por se apoderar dos “arsenais de terra e os depósitos de armas”, bem como do “arsenal real da marinha”.

¹⁸⁴ Na sequência destas medidas, foi sendo produzida diversa legislação em conformidade, designadamente o decreto de 4 de Dezembro que começava por “proibir o uso das armas de fogo, e o caçar sem licença (...) sob pena de ser considerado o infractor como vagabundo e matador de estradas, e como tal conduzido a uma comissão militar”. ¹⁸⁵

Prosseguia também a ordem para desmantelar o exército português, decretada em todo o reino e, nesse sentido, Junot mandou “dar baixa a todos os oficiais inferiores e soldados que tivessem mais de oito anos e despedir os que tivessem menos de seis meses de serviço: com a diferença que os despedidos (...) deixariam nos depósitos dos seus regimentos as barretinas, fardas, armas e capotes; e os que tinham mais de oito anos só deixariam armas e capotes”, sendo imposto a estes últimos a obrigação de irem residir nas suas províncias de origem. ¹⁸⁶ Posteriormente saíria o decreto que mandava licenciar compulsivamente e desarmar as Milícias, até aí a “principal força do país”, com entrega das suas armas no Arsenal de Lisboa pelo que, com esta decisão, se dava o desarmamento total do exército português. ¹⁸⁷ Aliás, o próprio Junot, em carta a Napoleão de Fevereiro de 1808, afirmava que “ao desarmar as milícias, desarme o país”, o que de certo modo correspondia à forma como a estrutura militar portuguesa estava organizada na altura. ¹⁸⁸ Na realidade, o plano de desmantelamento do exército português, com o licenciamento de oficiais subalternos e soldados, embora justificado oficialmente como medida para resolver o problema da desertificação humana no mundo rural, obedecia afinal à intenção de desarmar de facto as tropas de linha do exército português e fazer integrar os restantes militares no corpo do exército napoleónico. ¹⁸⁹ De qualquer modo, a situação do exército português era desastrosa não apenas porque a maioria das unidades militares tinha

¹⁸⁴ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 253.

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 253.

¹⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 287.

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 305.

¹⁸⁸ JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 142.

¹⁸⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, p. 33.

sido desmobilizada, mas também porque “le général Junot avait mis en sûreté tous les dépôts d’armes appartenant, soit aux troupes de ligne, soit aux régiments de milices, de manières qu’au moment, où les portugais s’insurgèrent contre les français, ils n’avaient ni troupes, ni moyen de les armer”.¹⁹⁰ Para melhor compreensão da situação militar portuguesa à época da primeira invasão, é interessante conhecer o que Wellesley, acabado de chegar a Portugal, escreveu ao seu ministério, dizendo que “l’insurrection des portugais lui semblait plus surprenante, parce que s’il restait encore aux espagnoles quelques troupes et tous leurs arsenaux, il n’en restait aux portugais aucun, qui en mérita le nom”.¹⁹¹

Entretanto, as ruas de Lisboa começaram a ser patrulhadas pelas forças francesas que tinham aumentado os seus efectivos, coadjuvadas pelo corpo de polícia comandado por Novion, tendo como principal preocupação impedir qualquer tipo de ajuntamentos na cidade.¹⁹² A esta medida seguiu-se uma outra para responder aos receios de que o confronto latente entre a população e as forças militares francesas degenerasse numa insurreição. Para esse efeito, foi decretado por Junot que “ninguém [...] use armas de fogo” e que “todas as armas dos paisanos, até chuços e espadas se recolham nos depósitos das comarcas”.¹⁹³ Quando se verificaram, logo no início de Dezembro, os primeiros movimentos de revolta da população contra a presença francesa, Junot “ordena novamente com gravíssimas penas que larguem todas as

¹⁹⁰ [COUTINHO, Domingos António de Sousa], *La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue ou lettre à Mr. l'Abbé F*** sur l'histoire de la dernière guerre...*, Bruxelles, chez Weissenbruch, imprimeur du Roi et de la Ville, 1819, p. 45. Segundo Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico*, Tomo II, p. 182, Domingos António de Sousa Coutinho, 1º Marquez do Funchal, escreveu em língua italiana esta obra, impressa em 1816 e mais tarde traduzida em francês pelo general Pamplona, com aquele título, em 1819.

¹⁹¹ Trata-se como é evidente de uma tradução do original inglês, a que não tivemos acesso, mas considerámos que, pela sua importância, se justificaria incluir o texto em francês. [COUTINHO, Domingos António de Sousa], *La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue ou lettre à Mr. l'Abbé F*** sur l'histoire de la dernière guerre...*, Bruxelles, chez Weissenbruch, imprimeur du Roi et de la Ville, 1819, p. 45.

¹⁹² NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 282.

¹⁹³ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 1ª Parte, fls. 49-50.

armas usadas pelo povo; que nem se use de paus altos e cajados nas mãos, mas sim de pequenos bordões, que por nenhum modo se tragam armas curtas, nem de fogo”.¹⁹⁴

A 23 de Dezembro, Napoleão emitiu um decreto sobre Portugal, com efeito imediato, exigindo “une contribution extraordinaire de guerre de cent millions de francs” a incidir sobre todas as propriedades particulares, repartida por províncias e por cidades, segundo as possibilidades de cada um. Ao mesmo tempo, mandava confiscar todos os bens pertencentes à Rainha e ao Príncipe Regente, bem como os dos que acompanharam os soberanos para o Brasil. O decreto exigia, ainda, que o soldo e as despesas com o exército português e o Corpo da Gironda fossem pagas pelas dotações do exército português “et qu’il serait donné à chaque homme de cette armée une bouteille de vin par jour” e, por fim, o exército comandado por Junot tomava o nome de *Armée de Portugal*.¹⁹⁵ Mas a constante preocupação com a presença da armada inglesa ao largo da costa portuguesa fez com que Junot, em carta ao Imperador a 21 de Dezembro, desse conhecimento que os ingleses “esperam encontrar os habitantes, se não dispostos a recebê-los, pelo menos a dar-lhes grande ajuda com uma sublevação”.¹⁹⁶ Isto nunca veio a acontecer em Lisboa mas acabou por ter lugar, alguns meses depois, no Porto.

As observações que Junot foi fazendo durante a sua permanência em Lisboa e a relação próxima que cultivava junto de alguns elementos da nobreza e de militares portugueses, levaram-no a aproveitar-se da sua correspondência com o Imperador para tecer considerações de ordem política, sempre direccionadas no sentido de convencer Napoleão, embora de forma subentendida, a oferecer-lhe o reino de Portugal. Numa dessas cartas, Junot deu-lhe conhecimento de estar a governar “por meio das autorizações locais ou por decreto”, apontando o facto de continuar a “reinar a irresolução e a incerteza, ninguém conhece os seus deveres”.¹⁹⁷ Numa outra carta, Junot recordava-lhe a notícia que corria sobre a partilha de Portugal e a entrega de algumas regiões “à coroa de Castela” para, finalmente, informar que em Portugal “o

¹⁹⁴ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 2ª Parte, fl. 4.

¹⁹⁵ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 337-338.

¹⁹⁶ JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 115-119.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 122.

brado geral, e verdadeiramente bem pronunciado, é ‘sejamos de um príncipe francês’, e eu creio dever repetir a V. M. que os portugueses têm maior receio de ser espanhóis que de morrer”.¹⁹⁸ A aproximação de Junot a alguma da alta sociedade de Lisboa foi imediatamente recebida com animosidade pela população da cidade que via os estratos superiores da sociedade, onde se incluíam a aristocracia, a burguesia mais abastada e alguns elementos da oficialidade portuguesa, a prestarem-se, com maior ou menor empenhamento, a colaborar com os ocupantes franceses, começando a tratá-los como aliados das forças intrusas e a partir daí “les dénominations de Liberales, de Afrancesados furent consacrées, et ceux à qui on les départissait, irrévocablement proscrits”.¹⁹⁹

Cumprindo as determinações que lhe tinham sido transmitidas por Napoleão, Junot tomou finalmente posse, em nome do Imperador, de todas as propriedades do Príncipe Regente, desde os cavalos às carruagens da corte, às pratas e aos móveis, deixando para si a maior parte das riquezas assim subtraídas e distribuindo o restante pelos seus generais. De igual modo, foram dadas ordens para que se considerassem os bens dos “emigrantes”, isto é, todos os portugueses que tinham acompanhado o Príncipe para o Rio de Janeiro, sujeitos às mesmas determinações que consistiam na perda total das suas propriedades para o governo francês. Também como tinha sido estabelecido se procedeu na altura ao confisco das propriedades e das mercadorias dos comerciantes ingleses que ainda se encontravam no país.²⁰⁰ O passo seguinte no processo de tomada do poder por Junot consistiu na dissolução da Regência nomeada pelo Príncipe Regente. Para isso, o general em chefe escoltado pelo seu estado-maior a cavalo, dirigiu-se, com grande pompa e aparato, ao Palácio da Inquisição, onde se encontravam os membros da Regência, dirigindo-lhes a palavra para comunicar a vontade do Imperador em nomeá-lo governador geral do reino. Para esse efeito, Junot anunciou a constituição de um governo provisório constituído por individualidades francesas e portuguesas em partes iguais, dos quais da parte portuguesa transitavam

¹⁹⁸ JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 122.

¹⁹⁹ [COUTINHO, Domingos António de Sousa], *La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue ou lettre à Mr. l'Abbé F*** sur l'histoire de la dernière guerre...*, Bruxelles, chez Weissenbruch, imprimeur du Roi et de la Ville, 1819, p. 26.

²⁰⁰ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 380-381.

do Conselho de Regência, nomeado pelo Príncipe, o marquês de Olhão D. Pedro de Melo, o conde de Sampaio e o principal Castro.²⁰¹

A 14 de Fevereiro de 1808, com quase três meses de ocupação do país pelo exército napoleónico, Junot escreveu numa carta ao Imperador dos Franceses que os “portugueses não conservam nenhum apego à casa de Bragança, nunca foram bem governados por ela”, sendo “unânime o brado contra o príncipe”.²⁰² Na realidade, nada fazia perceber que fosse esse o entendimento da população de Lisboa, para já não falar da população do resto do país, onde o arreigamento à coroa e aos seus representantes era um dos pilares da monarquia absolutista que governava Portugal. A menos que Junot estivesse deliberadamente a mentir, para obter algum apoio de Napoleão às suas ideias, o que se pode admitir é que estas opiniões tivessem vindo apenas do seu círculo de contactos portugueses, à frente das quais estaria o conde da Ega. Entretanto, Junot encontrava as maiores dificuldades em fazer cumprir as determinações de Napoleão relativamente às tropas portuguesas que deviam deslocar-se para França. Em carta de 16 de Março a Napoleão, Junot lamentava encontrar-se “num país onde a natureza das coisas e dos habitantes se opõe constantemente a qualquer acção e onde encontramos sempre contra nós a oposição de uma inércia pior que a má vontade deliberada”.²⁰³ Numa carta posterior, Junot voltava a queixar-se de não ter conseguido formar mais cedo o exército de Portugal que deveria juntar-se à *Grand Armée* porque como “há uma prodigiosa quantidade de desertores; [...] era impossível outra coisa num país onde os soldados não são militares e, principalmente, onde os oficiais são o que há de pior”.²⁰⁴ Mas finalmente, coincidindo com a saída do país da divisão espanhola comandada por Solano, marchava para França, em fins de Março, o exército português que iria ficar ao serviço de Napoleão. A Legião Portuguesa, nome por que passou a ser designado este corpo do exército português, tinha como comandante o marquês de Alorna e era constituído por cerca de seis mil homens de infantaria e quatro regimentos de cavalaria

²⁰¹ Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Menezes, 1º conde de Castro Marim e 1º marquês de Olhão, que recusou o cargo e se retirou-se para o Algarve; Manuel António de Sampaio Melo e Castro Moniz, conde de Sampaio e D. Francisco Rafael de Castro, principal Castro, deão principal da Sé de Lisboa, que colaborou com os ocupantes franceses, tendo sido ostracizado após a saída destes do país.

²⁰² JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 140.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 153.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 160.

incompletos, “tudo tropa escolhida”.²⁰⁵ Do corpo de oficiais que acompanhava o marquês faziam parte os membros da melhor nobreza portuguesa que tinha ficado no país, o que fazia com que este exército fosse enquadrado por “uma porção considerável da mocidade ilustre de Portugal”.²⁰⁶

Entretanto, a ocupação do país e da sua principal cidade pelo exército francês começava a colocar as principais figuras de Portugal à margem dos destinos imediatos do país. As tropas portuguesas, comandadas pelos oficiais que se encontravam ao serviço do exército de linha, “des généraux, des officiers supérieurs et autres qui appartenient à des familles puissantes, et dont on était bien aise de se débarrasser” eram enviados para França.²⁰⁷ As entidades civis de maior prestígio que incluíam representantes do clero, da nobreza e elementos do Senado da Câmara de Lisboa, iriam fazer parte da deputação nomeada por Junot para ir cumprimentar Napoleão em Baiona, sem poderem recusar essa incumbência. Foram, enfim, estas personalidades, que não chegaram a encontrar-se com Napoleão, que acabaram por ser mantidas à força durante um longo período de tempo em França, “la plupart négligés et presque sans moyens d’existence, objets innocents de la haine de leurs compatriotes et abandonnés par le gouvernement français qui les employa comme instruments d’oppression et les rejeta dès qu’ils lui devinrent inutiles”, até à queda de Napoleão.

208

Os ingleses que tinham sido objecto de expulsão do Reino, por força do estabelecido com o governo da França, e se mantinham mesmo assim em Lisboa, “todos os dias recebiam novos insultos (...) apreendendo-os e igualmente os seus bens, pelo que muitas famílias deixavam a capital, (...) transportavam-se para a armada inglesa que cruzava quase sobre os nossos portos, e comunicava sempre com os nossos barcos de pesca”, abandonando deste modo o país no que eram seguidos por

²⁰⁵ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo II, p. 372.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 372.

²⁰⁷ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 387-388.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp. 387-388.

muitos portugueses, também receosos das perseguições dos franceses.²⁰⁹ Mesmo pessoas que, sendo embora da Corte, não tinham seguido o Príncipe para o Brasil, mas temiam pelas suas vidas e pelos seus bens, planeavam agora a “saída deste país considerado como um vasto cárcere, e os vasos ingleses não tendo até aqui deixado de cruzar nas costas das duas barras de Lisboa e Setúbal, recebiam a seu bordo indistintamente todas as pessoas, (...) e de quase todos os portos de mar vizinhos a Lisboa partiam todos os dias e noites barcos com fugitivos para os ingleses”.²¹⁰ Esta decisão de fuga tomada por uma parte da população de maiores posses e poder levava a que, “em se lhes proporcionando ocasião, nobres, eclesiásticos, militares, e até famílias inteiras” buscassem nos navios ingleses uma solução para a sua saída do país.

211

Com os portos portugueses fechados pelo exército francês e o comércio marítimo reduzido pela presença da armada inglesa, começou a sentir-se que a miséria mais dura atingia Lisboa. A situação era ainda pior porque a ocupação francesa estava a ter consequências negativas não só para o comércio como também para a pesca e outras actividades indispensáveis ao alimento das populações, pondo em causa o normal abastecimento da cidade. A situação do país, com reflexos na cidade de Lisboa, é descrita por um dos contemporâneos dos acontecimentos desta forma:

“Lisboa morrendo de fome; os pescadores pálidos e com rugas no rosto pela fome; porque o tirano Junot impôs terríveis ordens aos barcos de pescar, e proibiu com graves penas saírem ao mar largo, cioso de que por este meio houvesse comunicação com os ingleses; soldados, oficiais militares a pedir esmolas com a maior vergonha no seu rosto (...) tantas famílias ricas feitas pobres, as pobres miseráveis, e as miseráveis lançadas na maior infelicidade”

212

O mal estar com a ocupação francesa na cidade entretanto alastrou e a população começou a reagir, embora sem pôr em risco a presença na cidade da tropa

²⁰⁹ SOUSA, Gonçalo José de Araújo e, *Memorias para a Historia Lusitania. Parte Primeira e Parte Segunda, Idea Geral. Das cousas de Portugal, e seu estado interno e externo até ao fim do Anno de 1807 e de 1808*, 2 vols., [Lisboa, 1808], Parte I, pp. 119-120.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, Parte II, pp. 15-16.

²¹¹ *Idem, ibidem*, Parte II, p. 16.

²¹² PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 2ª Parte, fl. 5.

francesa. Para evitar males maiores, Junot fez publicar e divulgar um decreto em que se declarava que “todo o ajuntamento de qualquer natureza que lhe seja é proibido. Todo o individuo que se encontrar armado em um ajuntamento será conduzido à Comissão Militar (...) para ser julgado e sentenciado a três meses de prisão (...) e no caso de ter feito uso delas contra quem quer que for, será condenado à morte”.²¹³ Por esta altura, não era só o povo anónimo que lutava com dificuldades de toda a ordem, mas igualmente os artesãos, os caixeiros e os pequenos comerciantes sentiam as dificuldades que a presença dos franceses lhes traziam para conseguirem algum ganho na sua actividade. Também o resto da população de Lisboa estava revoltada com a ocupação da cidade imposta pela força, desde os frades e clérigos descontentes com os actos dos herejes franceses, passando pelos magistrados e funcionários administrativos, até aos negociantes e oficiais de baixa patente.²¹⁴ Numa carta de 3 de Junho, cerca de dois meses e meio antes da batalha decisiva do Vimeiro, Junot voltava a queixar-se a Napoleão da falta de efectivos para debelar o mau relacionamento com as tropas espanholas. No seu entendimento, esta necessidade de guardar os militares espanhóis debilitava as suas forças porque “como eles só falam à populaça, já é fácil notar-se uma modificação no povo de Lisboa; e os galegos, que são espanhóis, favorecem igualmente os projectos da malevolência” da população de Lisboa que está cada vez mais descontente.²¹⁵

A partir deste primeiro momento, começaram a ouvir-se apelos à luta dos portugueses contra a presença francesa, provenientes das mais diversas origens, desde membros do clero a aristocratas, militares e outros, e até alguns vindos do estrangeiro. Um desses apelos, vindo justamente de Espanha, sem data nem assinatura, mas que se presume possa ser de meados de 1808, apresenta-se sob a

²¹³ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 2ª Parte, fl. 17.

²¹⁴ *Idem*, 3ª Parte, fl. 52.

²¹⁵ Os galegos por esta altura eram muito numerosos em Lisboa, recorrendo a população a eles para os trabalhos mais pesados, estando também muitos a trabalhar como aguadeiros, percorrendo as ruas da cidade. O facto de serem estrangeiros, conhecerem bem a cidade e terem ligações com as famílias nas suas terras de origem na Galiza, terão contribuído para a divulgação da insurreição contra os franceses que começava a tomar corpo naquela região espanhola. JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 178.

forma de uma *Proclamação aos Portugueses*.²¹⁶ Nele se faz referência aos heróis nacionais de todos os tempos como, entre outros, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, e se incita a população em geral para que, à semelhança dos Galegos, se revolte contra os franceses: “Tocai às armas, Valentes Portugueses, arrancai a espada, e jurai sobre a sua cruz, como os Espanhóis, não embainhá-la, sem haver recuperado a vossa Liberdade...”. Também um folheto de mais de sessenta páginas, traduzido do espanhol de autor anónimo mas que se presume português, circulou pelo país, tendo certamente inspirado muitos portugueses a seguir o seu apelo à luta contra o invasor francês.²¹⁷ Ali se diz que não é “tempo de estar de braços cruzados [...] A nossa preciosíssima liberdade está ameaçada, a Pátria corre perigo, e pede defensores: todos somos soldados natos, uns com a espada, e outros com a pena”.²¹⁸ O folheto termina com mais um apelo à luta “Alerta, leais e bravos compatriotas meus! Sentinelas sois todos contra os franceses...”.²¹⁹

A situação geral do país degradava-se também com o permanente sentimento de insegurança perante o futuro, o que contribuía para a decadência do comércio, fazendo da cidade de Lisboa uma terra em que faltava quase tudo para alimentar a população que começava a pressentir a miséria próxima.²²⁰ Os próprios comerciantes não pagavam aos seus empregados nem aos seus fornecedores, os oficiais não recebiam o soldo devido, os artesãos caíam no desemprego. Era este o quadro da população em geral que contrastava fortemente com o “luxe et de l’opulence des envahisseurs. Les chefs de l’armée se livraient, en général, à une rapacité révoltante;

²¹⁶ *Proclamação da Nação Espanhola aos Portugueses*, Porto, Na Typographia de Antonio Alvarez Ribeiro. Com licença do Intendente Geral da Polícia, Arquivo Histórico Militar, s/d, Cód.: PT/AHM/1//14/004/26/m0002. No Arquivo Histórico Militar o documento está arquivado como sendo do ano de 1807, possivelmente por erro.

²¹⁷ Trata-se do folheto *Sentinella contra francezes, traduzida do Hespanhol*, que foi impresso em Lisboa, em 1808. Embora não assinado, a sua autoria está atribuída a D. Antonio Capmany.

²¹⁸ *Sentinella contra francezes, traduzida do Hespanhol*, Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1808, p. 3.

²¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 60.

²²⁰ As dificuldades sentidas pelos comerciantes por falta de negócio, estão expressas num processo judicial em que a viúva de um lojista declara que “havendo seu marido José António Soares Mendes, negociante que era da Praça desta capital, matriculado na Real Junta de Comércio, ficou a casa da suplicante implicada com multiplicadas contas, do grande giro de comércio que nela havia, e mais implicada pelas actuais circunstâncias de estagnação do mesmo comércio”. As carências e dificuldades financeiras levavam as pessoas a endividarem-se ou a limitar as suas despesas, o que fazia com que o comércio comesse a definhar até ao encerramento dos estabelecimentos. Embora não haja dados sobre estas situações, é de imaginar o número elevado destes comércios que certamente encerraram as suas portas por quebra de vendas ou ainda por falta de mercadorias que não chegavam à cidade como anteriormente. ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, Provisões e Alvarás, Maço 279, Doc. 42.

ils se constituaient propriétaires de tout ce qui était à leur convenance”.²²¹ A cidade de Lisboa vivia, portanto, uma situação insustentável, mas isso não impedia que Junot continuasse a levar uma vida de grande fausto e uma actividade social intensa, o que lhe era aliás natural, mostrando-se quase todas as noites na ópera e oferecendo grandes recepções aos notáveis da cidade que incluíam não só os oficiais superiores do seu exército, mas também oficiais e altas individualidades portuguesas.²²²

A população do país e de Lisboa, que se tinha mantido relativamente sossegada durante uma parte da ocupação francesa, começava a dar mostras de não querer permitir, por mais tempo, que uma tropa ocupante lhe tirasse a comida da boca e que com a sua presença ameaçasse a paz e a tranquilidade. Thiébault, a propósito deste crescendo de insubmissão da população, escreveu nas suas memórias que “le peuple est sobre, fort brave, superstitieux, presque sauvage sur quelques points, et surtout dissimule, silencieux, discret; enfin, où il occupe le pays du monde le plus difficile pour toute armée étrangère, le plus propre à la guerre de peuple”.²²³ A ocupação estrangeira foi-se tornando cada vez mais gravosa para a cidade de Lisboa quando “todas as fontes de riqueza foram atingidas”, quando a sua limitada “agricultura não respondia às necessidades das populações”, além de que a crise também atingia a indústria e impedia a burguesia de se dedicar aos negócios perante as dificuldades impostas pela ocupação.²²⁴ O comércio interno era quase inexistente, não só devido às dificuldades de trânsito das mercadorias pelo tradicional mau estado das estradas, mas também por se ver limitado pela presença das tropas de ocupação. Finalmente, também o comércio marítimo estava paralisado nas suas ligações com o exterior “devido às movimentações da frota britânica, que substitui os nossos barcos e se assenhoreia do seu tráfico”.²²⁵ Enfim, se em Portugal “a burguesia dinâmica do fim do

²²¹ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 389-390.

²²² PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 309.

²²³ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, pp. 110-111.

²²⁴ BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 35-36.

²²⁵ *Idem, ibidem*, pp. 35-36.

século decaía, se o despovoamento se acelerava e se a agricultura não progredia”,²²⁶ o resultado só podia ser a miséria que atingia a população do país. A estratégia seguida pela Grã-Bretanha de opor ao bloqueio continental imposto pela França os mesmos meios utilizados pelo inimigo, estabelecendo um “contra bloqueio” com todo o poderio da sua frota naval, impediu de facto qualquer possibilidade de rompimento por parte dos franceses. Mas, por outro lado, obrigou Portugal a utilizar apenas a via terrestre para o seu comércio com o estrangeiro e deste modo durante “quase um ano, o País achou-se praticamente isolado, transaccionando sobretudo por terra. Não recebia matérias-primas, as ligações com os domínios estavam interrompidas e as exportações reduziam-se a uma ínfima fracção do que eram antes”,²²⁷

Por outro lado, as intrigas entre partidários e opositores de Junot, conduzidas pelos interesses e ambições de uns e outros, começavam a atingir um ponto de forte ebulição política com vista ao futuro governo do país. A *entourage* do general em chefe acarinhava a ideia de ter um rei de Portugal “de création impériale” e Junot apresentava-se como favorito para este alto cargo no parecer do Intendente Geral da Polícia Lagarde e do português conde da Ega. Para outros, especialmente dentro do exército, a alternativa seria entregar o trono português a alguém da família de Napoleão, como propunha o oficial de cavalaria Carrion de Nizas no que era secundado por M. Verdier, negociante de origem francesa naturalizado português, e ainda por Francisco Eduardo Coelho, antigo secretário de D. Lourenço de Lima.²²⁸ Quando Junot decidiu comemorar o aniversário de Napoleão a 15 de Agosto, a escassos dias das derradeiras batalhas da Roliça e do Vimeiro e da assinatura do armistício e da retirada da tropa francesa de Portugal, “uma delegação de conspícuos lisboetas lhe vai pedir um rei francês”, sendo a referida delegação constituída por importantes

²²⁶ BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 35-36.

²²⁷ PEDREIRA, Jorge, “Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural”, in *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987-3.º, p. 571.

²²⁸ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, ...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 394-395.

individualidades da cidade de que faziam parte o Principal Miranda, o conde da Ega, o chanceler-mor Negrão e o vice-presidente do Senado da Câmara, Faria Guião.²²⁹

Após a batalha do Vimeiro, Junot reuniu-se com os seus generais para conhecer a sua opinião sobre qual a estratégia a adoptar pelo exército francês perante o resultado das duas batalhas com o exército inglês. As alternativas apresentadas não foram de molde a deixar uma saída honrosa para o exército de Junot por se considerar que uma tentativa de fazer evacuar as tropas até à fronteira de Castelo Branco e depois tentar chegar a Salamanca significaria “se voir harceler continuellement, et sur tous les points, par les Portugais et les Espagnols”, obrigando a uma progressão penosa e com elevadas baixas.²³⁰ Mas foi, acima de tudo, o recente desastre do general Dupont em Bailén que acabou por convencer Junot a autorizar o general Kellermann “a se rendre au quartier-général des Anglais pour demander une suspension d'armes, en donnant à entendre qu'il désirait en venir à un accommodement pour l'évacuation du Portugal”.²³¹ Foi o que veio a ser estabelecido pela chamada “Convenção de Cintra”, assinada a 30 de Agosto de 1808, que concedia aos franceses a sua saída do país e a sua condução até França nos navios da armada inglesa. Esta decisão controversa do comando inglês no nosso país foi duramente criticada em Portugal, designadamente pelo Bispo do Porto, presidente da Junta, e foi objecto durante algum tempo de muita discussão no Parlamento inglês. A verdade é que a decisão da evacuação do exército francês “épargnait à Lisbonne les horreurs d'un siège”, que faria sofrer ainda mais a população de Lisboa, já de si muito castigada.

232

²²⁹ LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Lisboa, Vol. II, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 536.

²³⁰ SARRAZIN, Jean, *Histoire de la Guerre d'Espagne et de Portugal, de 1807 à 1814. Par M. Sarrazin Maréchal-de-Camp*, Paris, J. G. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1814, pp. 32-33.

²³¹ *Idem, ibidem*, pp. 32-33.

²³² *Idem, ibidem*, p. 35.

CAPÍTULO II – A POPULAÇÃO EM CONFRONTO COM O EXÉRCITO INVASOR

A segunda metade do século XVIII foi um período de forte dinamismo demográfico, tendo conseguido compensar as crises que se foram verificando com o terramoto de 1755, com cerca de seis a oito mil mortos, e a emigração para o Brasil. No século XIX, o recenseamento de 1801 indicava o número de 2 931 930 habitantes para Portugal continental, embora num período subsequente a contagem feita por dois engenheiros militares, João Manuel da Silva e João Carlos de Figueiredo, tivesse apontado para um número superior de 3 025 068 habitantes.²³³ Para o caso da cidade de Lisboa, o censo de 1801 apresentava o número de 165 506 habitantes, o que projectado para 1807, à época da entrada do exército francês na capital, poderá apontar para um número próximo das 200 000 almas, a que corresponderiam cerca de 44 000 fogos, ou seja cerca de 5 habitantes por fogo.²³⁴

Quem eram afinal os habitantes de Lisboa que Junot veio encontrar quando entrou na cidade nesta primeira década de Oitocentos? Em primeiro lugar, a nobreza de corte e a aristocracia que não acompanharam a família real para o Brasil e habitavam em permanência na cidade ou que, vivendo parte do ano nas suas propriedades na província, aqui vinham periodicamente passar algum tempo nas suas casas da cidade. Em seguida, o clero ainda numeroso que se ocupava das dezenas de igrejas de Lisboa ou vivia nos vários conventos dentro da cidade.²³⁵ Depois, os estratos intermédios que incluíam gente tão diversa como funcionários da administração,

²³³ No período abrangido pelas Invasões Francesas, de 1807 a 1811, a população portuguesa terá decrescido, como consequência da morte de cerca de 112 000 civis e de 50 000 soldados portugueses. FRANCO, António de Sousa, “A População de Portugal. Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa”, in *Separata do Boletim N.º 75/76*, Lisboa, Serviço de Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino, 1969, pp. 11-12.

²³⁴ As projecções da população de Lisboa, apresentadas por visitantes estrangeiros da cidade na transição do século, Hoffmansegg e Carrère, apontam para o número muito exagerado de 240 000 habitantes. LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 46-47 e RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano: A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 40.

²³⁵ Mesmo se considerarmos que o número de religiosos na capital diminuiu substancialmente entre meados do século XVIII e inícios do século XIX, ainda existiam na capital cerca de dois mil religiosos regulares, de ambos os sexos, nas diversas instituições da igreja, entre conventos e casas de recolhimento, e um número bastante inferior do clero paroquial que se dividia entre as distintas paróquias da cidade. LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 58.

magistrados, profissões liberais, médicos, militares, professores, artífices, comerciantes. Sendo na cidade de Lisboa que se concentravam praticamente todas as actividades administrativas do país, tribunais superiores, intendências, repartições, alfândegas e outras, o número de funcionários públicos constituía uma parte significativa da população da cidade, não apenas pelo seu número, mas pelo seu papel na sociedade da capital.²³⁶ Finalmente vai encontrar o povo com quem terá de se confrontar mais vezes, os pequenos lojistas, os criados, os vendedores de rua das mais variadas mercadorias – castanhas, melões, pão, mas também sapatos – os aguadeiros, as lavadeiras e muita outra gente indiferenciada, além também dos doentes, dos pedintes, dos contrabandistas e dos ladrões.²³⁷ Toda esta gente, circulando durante todo o dia pelas ruas, ruelas e travessas da cidade nos seus afazeres quotidianos que enchiam a cidade da vida e balbúrdia das grandes capitais.

Quando Junot entrou em Lisboa, parte da nobreza que não tinha seguido a Corte para o Brasil encontrava-se ausente nas suas propriedades, tendo demandado os seus solares no centro e no norte do país, mas a que se mantinha na cidade depressa se juntou alegremente ao invasor, deixando o povo que não simpatizava com os invasores entregue a si próprio.²³⁸ Talvez para mascarar o receio das possíveis consequências de qualquer atitude de revolta face ao poder dos franceses, alguns habitantes mais esclarecidos da cidade, burgueses e magistrados, conspiravam secretamente, sem outro fim que não fosse esperar que alguém, os ingleses, os viesse salvar.²³⁹ Grande parte da população de Lisboa era pobre, esmagada pela falta de alimentos e de todas as condições necessárias a uma vida aceitável, e pelas ruas “on

²³⁶ Maria Alexandre Lousada aponta para o número de 2 744 funcionários. LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 59.

²³⁷ Vasco Pulido Valente é muito claro quando refere que foi o povo, e apenas ele, que desde sempre opôs resistência à ocupação francesa, seguindo aliás o que já tinha sido escrito inúmeras vezes por Acúrsio das Neves na sua obra contemporânea dos acontecimentos, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. VALENTE, Vasco Pulido, “O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809”, in *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1.º, p. 7. O grande número de criados que as famílias dos estratos superiores mantinham foi sempre motivo de admiração para os estrangeiros que nos visitavam.

²³⁸ DIAS, Graça da Silva, DIAS, J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, Vol. I., Tomo II, p. 484.

²³⁹ Referimo-nos aos conspiradores que, reunidos no chamado Conselho Conservador de Lisboa, começaram a partir de Janeiro de 1808 a reunir-se secretamente para avançar com medidas contra a presença das tropas francesas em Portugal, sem que tivessem chegado a alguma intervenção concreta.

n’y voit que des visages pâles flétris décharnés des corps exténués languissants à peine vêtus couverts de haillons des enfants presque nus des mères dont le sein épuisé se refuse à fournir la subsistance à un enfant dont la bouche affamée l’appelle à grands cris”.²⁴⁰ Esta era a razão por que a cidade estava repleta de mendigos que surgiam de todo o lado e assediavam os transeuntes nas ruas, nas lojas, à porta das igrejas, chegando até a entrar nestas durante a missa e a interromper os fiéis nas suas orações para lhes pedir dinheiro ou alimento. Esta miséria, alimentada pela caridade, levava dezenas de homens e mulheres de todas as idades a fazer disto um modo de vida.

Neste início do século, nas zonas mais antigas da cidade onde predominavam as casas abarracadas que se foram construindo nas vertentes da maioria das suas sete colinas, viviam “ladrões, ciganos e mulheres de má fama” em comunhão com “marginais e desordeiros e todos os que vivem da economia do provisório” que vagueavam pelas ruas imundas e sombrias e que desciam à cidade à procura de alimento.²⁴¹ Eram também muito numerosos os estrangeiros que se podiam encontrar na cidade, atraídos pelo comércio que, com base em Lisboa, se estendia praticamente a todas as regiões do globo. Desses estrangeiros, os mais numerosos eram os ingleses e depois os holandeses que, juntamente com os primeiros, possuíam o melhor comércio com o estrangeiro, vindo em seguida os franceses e, em menor número, flamengos, suíços, alemães, italianos, e também naturais de regiões como Liège e o Brabante.²⁴² A população de Lisboa no virar do século dedicava-se predominantemente a actividades dependentes directamente dos diversos poderes instalados, quer do Estado quer das empregadoras industriais ou comerciais e daqueles a quem estes prestavam os seus serviços como fornecedores de bens. Neste sentido, a melhor definição que podemos encontrar para caracterizar a população de Lisboa no início de Oitocentos é dizer dela que era “tradicionalista e conservadora, inclinada na altura à defesa da monarquia absoluta”, acatando “pacificamente uma

²⁴⁰ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 187-188.

²⁴¹ MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 55.

²⁴² CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 61.

ordem social hierarquizada”, a que se juntava “um respeito reverencial à autoridade legítima”.²⁴³

Neste período conturbado das invasões francesas, tanto em Portugal como em Espanha, “a elite social e política deixara o povo à mercê do invasor”, porque ao “ausentar-se do reino a alta aristocracia e a grande burguesia”, as estruturas mais elevadas da sociedade abdicaram do seu papel de liderança, justificando o que tem sido apelidado de “decadentismo nacional” no dealbar do Antigo Regime.²⁴⁴ É por isso que, ao contrário do que durante muitos anos foi sendo a verdade histórica, foi a “arraia-miúda quem no momento decisivo compareceu no campo de batalha com o pouco que tinha para defender o trono e o altar”.²⁴⁵ Durante a ocupação francesa, a população da cidade já nada tinha a esperar e, salvo algumas raras exceções, quase ninguém se movia para além dos seus interesses mais imediatos, os poderosos para manter os seus privilégios e os seus bens, os burgueses para manter os seus empregos, o povo para manter aquilo com que mata a fome.

²⁴³ MARQUES, João Francisco, “O clero nortenho e as invasões francesas: patriotismo e resistência”, in *Revista de História*, vol. IX, Separata, Porto, CENPA, 1991, p. 69.

²⁴⁴ CANAVEIRA, Manuel Filipe, “A Culpa foi dos Franceses?”, in *Da Guerra Peninsular: Retratos e Representações*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010, p. 43.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 44.

1. A população de Lisboa

Os grandes de Portugal, que constituíam o estrato superior da nobreza, fundavam-se numa estrutura hierárquica muito rígida que definia a importância das casas nobres, embora nas palavras de um estrangeiro “ces grands ne sont grands ni par leurs richesses, ni par leur luxe, ni par leur magnificence, ni par leur représentation”, mas apenas por tradição social.²⁴⁶ A este propósito, convém lembrar que o juízo dos estrangeiros que nos visitavam nesta época era quase sempre muito negativo quando se referiam aos nobres e às pessoas de condição, chegando a afirmar que “les fidalgos, ou les grands de Portugal, sont très bornés dans leur éducation; orgueilleux et insolens, vivant dans la plus grande ignorance”, o que justificaria na sua opinião o estado em que o país se encontrava.²⁴⁷

Por tudo isto, a nobreza portuguesa de inícios de Oitocentos era uma nobreza em estado de fraqueza, vivendo na sua maior parte “sans crédit, ignorée, endettée et sans honneurs”, com quase todos os seus titulares em Lisboa, dependendo directamente da Coroa, que se “reconverteu” ao abandonar os negócios do comércio, passando a viver dos rendimentos da terra e aproximando-se do Estado a quem prestava serviços na administração central e no exército.²⁴⁸ Os herdeiros das grandes casas senhoriais da província e todos os que exerciam com sucesso cargos de elevado merecimento “podiam visar mais alto: servir a monarquia, chegar a Lisboa e ingressar nos círculos da corte”.²⁴⁹

A Igreja continuava a ser, no início de Oitocentos, uma das maiores e mais poderosas instituições em Portugal, possuindo consideráveis recursos na actividade agrícola de que beneficiavam as Ordens Monásticas, pese embora as restrições que

²⁴⁶ CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, p. 110-111.

²⁴⁷ BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour; ...par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre plénipotentiaire de la République française en Espagne, ...*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798), Tomo I, p. 71.

²⁴⁸ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCCLXVI*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., MDCCCLXVI, 1775, pp. 169-170, MONTEIRO, Nuno Gonçalves, “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2.º), 362-363 e SILBERT, Albert, “Portugal perante a política francesa”, in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 45.

²⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalves, “Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime”, in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2.º), 367.

sofreu neste período com a “intervenção do poder real nos assuntos eclesiásticos”.²⁵⁰ O Marquês de Pombal tinha tentado retirar algum peso ao clero, instituindo diversas limitações à intervenção das ordens religiosas, mas sem ter conseguido com isso diminuir a sua importância junto do povo. Esta Igreja possuía à cabeça o Patriarca Primaz de Portugal, com prerrogativas muito próximas às do Papa podendo, entre muitos outros benefícios, conceder indulgências. Por outro lado, a Inquisição tinha ficado reduzida nesta viragem do século a um papel de simples tribunal de polícia, quase só aplicado a membros do clero e “quelques Juifs imbéciles et quelques imposteurs sorciers ou sorcières”, cuja conduta fosse considerada ofensiva para a Igreja.²⁵¹

Com as invasões francesas o clero em geral fez-se paladino da luta contra os invasores, sendo possível encontrar com bastante frequência a mão de clérigos na imprensa anónima da época e nas dezenas de panfletos que circulavam pela cidade. Este papel do clero na imprensa clandestina só era comparável ao de alguns magistrados e bacharéis na divulgação de escritos patrióticos contra os franceses. Esta actividade por parte de muitos clérigos foi, a vários títulos, primordial na revolta popular de Junho de 1808 e na consequente resistência armada que conduziu em parte ao abandono do país pelos franceses.²⁵² Era, por isso, possível encontrar nos manuscritos ou impressos patrióticos afixados nas portas das igrejas, com indicação do autor ou anónimos, a autoria de um qualquer clérigo que os tinha escrito ou mandado imprimir, o que se justificava pelo facto de serem estes homens dos mais ilustrados de entre a população.²⁵³

É possível encontrar em Portugal em finais do século XVIII, muito por acção do Marquês de Pombal, uma “classe média esclarecida e liberal que tanto contrastava com o obscurantismo do baixo clero, o empirismo dos governantes e a crassa ignorância do grande povo”.²⁵⁴ Nesta transição do século, verificava-se também o

²⁵⁰ RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 11.

²⁵¹ DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., MDCCLXVI, 1775, pp. 188-193.

²⁵² MARQUES, João Francisco, “O clero nortenho e as invasões francesas: patriotismo e resistência”, in *Revista de História*, vol. IX, Separata, Porto, CENPA, 1991, p. 8.

²⁵³ *Idem, ibidem*, p. 10.

²⁵⁴ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. LXXII.

aparecimento de negociantes de sucesso ligados especialmente ao importante comércio com o Brasil e de gente ligada à indústria e ao comércio a retalho que irão constituir uma burguesia citadina, frequentadora dos meios sociais a que se poderá chamar a “classe média” de Lisboa, consciente do seu papel na sociedade.²⁵⁵ Mas é, obviamente, a grande burguesia que se apresenta com maior pujança nesta transição do século, graças à actividade comercial, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto, e cujos elementos começavam a organizar-se em grandes sociedades capitalistas que lhes permitiam, não só açambarcar praticamente o comércio colonial, como fazer grandes negócios com o Governo, sendo deste modo que “a burguesia cresce, como cresce o papel do funcionalismo, a importância das profissões liberais”.²⁵⁶

Para se ter uma ideia do povo de Lisboa nesta transição do século é impossível não se considerar como objecto de tratamento diferenciado o fenómeno da criadagem que existia na cidade. Com efeito, os nobres da cidade possuíam habitualmente para os servir dezenas de criados de ambos os sexos cujo número, na expressão curiosa de um viajante estrangeiro, daria para que “les domestiques peuplèrent un petit village”.²⁵⁷ Essa pequena multidão de criados tinha uma vasta panóplia de actividades mais ou menos especializadas, desde o mordomo a cozinheiros e moços de cozinha, moços de mesa e criadas graves.²⁵⁸ É preciso falar ainda dos boleiros ou cocheiros, postilhões e palafreiros que eram indispensáveis no que respeitava ao transporte do seu senhor e da família.²⁵⁹

²⁵⁵ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, Vol. II, pp. 228-229.

²⁵⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1980, p.12.

²⁵⁷ Não podemos deixar de referir que muitos destes criados, que enchiam as casas dos nobres de Lisboa, foram deixados para trás quando os seus senhores partiram para o Brasil, ficando numa trágica situação de desemprego e sem meios de subsistência que fez muitos deles entrarem na mendicidade.

²⁵⁸ Relativamente às criadas graves – criadas que estavam exclusivamente dedicadas ao serviço pessoal da senhora da casa – um visitante de Lisboa faz a seguinte descrição: “dont les unes sont femmes de chambre, les autres cousent, repassent, ou font les ouvrages délicats de leurs maîtresses: celles ci ne mangent, ni avec les domestiques, ni avec les autres servantes; elles ont leur table particulière; elles ont même des servantes pour les servir”. CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1776 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797, pp. 49-51.

²⁵⁹ Sendo o transporte em Lisboa uma questão importante para os estratos superiores da população, se nos lembrarmos que parte significativa da nobreza e até ricos negociantes possuíam as suas casas fora da cidade, havia necessidade para esse serviço de um conjunto alargado de criados que podiam incluir, para o transporte em coches ou seges, “boleiros, moços de tábua e moços de cavalição”, para as compras de víveres, abastecimento de água e lenha, “criados de escada abaixo e compradores” e,

2. Principais acontecimentos em Lisboa durante a 1ª Invasão Francesa

Como vimos, depois do apelo do Príncipe Regente, o exército francês comandado por Junot não encontrou qualquer resistência ao longo do seu percurso desde a fronteira espanhola até Lisboa. Esta aparente facilidade com que as tropas invasoras percorreram o país prenunciava que a ocupação de Lisboa fosse feita sem conflitos de maior. Não foi, no entanto, isso que veio a verificar-se porque rapidamente se percebeu que “nas ruas da capital a população se manifesta, insultando os franceses”, prenúncio de que poderia ser atribulada a permanência das tropas francesas em Lisboa.²⁶⁰ Na realidade, o que acabou por acontecer seriam afinal episódios menores e acções pontuais de revolta da população, que nunca chegaram verdadeiramente a pôr em causa a presença das tropas francesas.²⁶¹ De qualquer modo, a presença do exército francês em Lisboa acabaria por não ficar isenta de dificuldades. As ordens deixadas pelo Príncipe Regente e mais tarde os apelos feitos pelos altos dignatários da Igreja para que se acolhessem os franceses fraternalmente não evitaram que, desde muito cedo, se verificassem algumas escaramuças com a população. E como resultado das medidas duras impostas por Junot aos habitantes da cidade “des groupes de mécontents se réunirent; quelques soldats furent blessés et un officier tué”.²⁶² Como se verá depois “Junot, qui avait appris à Milan et au Caire comment Buonaparte réussissait à calmer les émeutes des grandes villes, fit faire feu sur les attroupements, et le calme fut rétabli”, embora não definitivamente.²⁶³

Nunca o exército de Junot conseguiu receber da parte do povo de Lisboa, ao longo da sua permanência na cidade, qualquer gesto de simpatia para com os soldados

finalmente, “pessoal de libré” para prestígio da casa. MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 85.

²⁶⁰ BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 26.

²⁶¹ O agravamento das tensões entre a população e a tropa francesa, a partir dos primeiros meses de 1808, tiveram certamente como causa, além de outras manifestações por parte dos franceses ofensivas para a religião católica, o aboletamento das tropas em conventos e outros edifícios religiosos, ultrajando com isso a dignidade da Igreja. ARAÚJO, Ana Cristina, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, 1985, p.34.

²⁶² SARRAZIN, Jean, *Histoire de la Guerre d'Espagne et de Portugal, de 1807 à 1814. Par M. Sarrazin Maréchal-de-Camp*, Paris, J. G. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1814, p. 14.

²⁶³ *Idem, ibidem*, p. 14.

franceses.²⁶⁴ Pelo contrário, viam-se mais facilmente os habitantes “sisudos e melancólicos, dissimulando astutos o rancor que na alma tinham às tropas francesas”, do que em confraternização com a tropa.²⁶⁵ Quando confrontados com as duras determinações do general em chefe “todos zombavam ufanos dos seus decretos e proclamações e eram arrancadas das esquinas e lugares públicos logo que apareciam; e em seu lugar se punham pasquins, tratando-o de ridículo e ladrão”.²⁶⁶ O que aconteceu durante a maior parte do tempo que durou a ocupação francesa da cidade foi que o povo de Lisboa “enquanto Junot a habitou sempre lhe mostrou aversão e rancor a ponto que nem o chapéu lhe tiravam”.²⁶⁷ E a população nunca deixou de lhe fazer frente quando a situação o justificava e sempre “se levantaram contra ele e sem dúvida lhe fariam um grande estrago se tivessem armas e não concorresse a tropa para os sossegar”.²⁶⁸

Era, portanto, apenas fictícia a tranquilidade que se vivia em Lisboa, como Junot veio a aperceber-se à medida que o tempo ia passando. Na aparência, o general em chefe das forças francesas poderia dizer nesses primeiros tempos que “Lisbonne pourtant semblait napoléonisée; sur les monuments publics, les aigles remplaçaient les “quinas”, les armoiries de Portugal; par ailleurs la recolte s’annonçait belle, point de famine en perspective”.²⁶⁹ Nessa altura o povo ainda não tinha sentido com tanta insistência as dificuldades de toda a ordem que a presença francesa e o bloqueio do principal porto do país lhe iriam causar.²⁷⁰ Só quando o exército invasor ocupou militarmente Lisboa com todas as suas unidades é que a população da cidade começou a sentir as suas prepotências e, mais que tudo, o seu desdém pela religião. Rapidamente se percebeu que “as tropas francesas comiam de gordo ainda nos dias de

²⁶⁴ Era nos bairros pobres e nos locais mais populares de Lisboa, Cais do Sodré, Alfama, Mouraria, Alcântara ou Bairro Alto, onde existiam mais tabernas, botequins e casas de prostitutas, que tinham lugar a maior parte dos motins que, com grande frequência, envolviam o povo e os militares franceses. ARAÚJO, Ana Cristina, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, 1985, p. 33.

²⁶⁵ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 1ª Parte, fl. 49.

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, fl. 49.

²⁶⁷ SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo II, pp. 23-24.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 23-24.

²⁶⁹ LUCAS-DUBRETON, J., *Junot dit “La Tempête”*, Paris, Gallimard, 1937, p. 129.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 129.

abstinência [...] não ouviam missa e até encontrando-se nas ruas com o Santíssimo Sacramento não tinham dado alguma demonstração de religião”.²⁷¹ Junot, ao tomar consciência do que isso representava de negativo para a maioria da população crente da cidade, prejudicando o entendimento entre a tropa e o povo, anunciou publicamente que Napoleão tinha feito um discurso em que afirmava querer proteger a Religião Católica.²⁷²

Junot nunca conseguiu apaziguar a má vontade das camadas populares de Lisboa contra o seu exército, nem conter o sentimento de ódio que lhe estava subjacente e assim “as rixas entre o povo e os soldados franceses eram constantes devido aos abusos e às violências dos militares”.²⁷³ Mas é preciso dizer que nem todos os estratos sociais da cidade perfilhavam deste sentimento anti-francês, sabendo-se como parte da nobreza e da alta burguesia da cidade era vista em clima de grande cumplicidade com o exército invasor e as “altas classes pactuavam inteiramente com o intruso general, convivendo com ele e com os seus oficiais”.²⁷⁴ Quando Napoleão tomou conhecimento das primeiras manifestações de hostilidade da população de Lisboa deu ordens a Junot para “désarmez les habitants; renvoyez toutes les troupes portugaises; faites des exemples sévères; maintenez-vous dans une situation de sévérité qui vous fasse craindre”.²⁷⁵ Esta ordem de Napoleão constituiu, no fundo, uma crítica às orientações tomadas por Junot, tendo acrescentado o Imperador não entender como “en conséquence de cette insurrection, vous n'avez désarmé la ville de Lisbonne, fait fusiller une soixantaine de personnes et pris les mesures convenables”, o que ele próprio já teria feito se estivesse no seu lugar.²⁷⁶ Dizia ainda Napoleão a Junot que as suas cartas “ont prédit ce qui commence à vous arriver et ce qui vous arrivera bientôt. Vous serez honteusement chassé de Lisbonne, aussitôt que les Anglais auront

²⁷¹ ROSSI, Camillo Luiz de, *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1944, p. 26.

²⁷² *Idem, ibidem*, p. 26.

²⁷³ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCXXX.

²⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. CCXXX.

²⁷⁵ LECESTRE, Léon, *La Guerre de la Péninsule (1807-1813) d'après la Correspondance inédite de Napoléon Ier*, par M. Léon Lecestre, Extrait de la Revue des Questions Historiques, Avril 1896, Paris, Bureaux de la Revue, 1896, p. 10.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 10.

opéré un débarquement, si vous continuez à agir avec cette mollesse. Vous avez perdu un temps précieux, mais vous êtes encore à temps”.²⁷⁷

Em meados de Abril, quando Junot deu ordens para que a população de Lisboa entregasse todas as armas que possuía, “o povo se indignou fortemente quando viu afixado pelas esquinas das ruas um Edital, ou Decreto, pelo qual todos os habitantes desta capital ficavam desarmados, sendo obrigados todos sem excepção a entregar quaisquer armas brancas ou de fogo ofensivas, ou defensivas no Arsenal da Marinha”, impedindo as camadas populares de continuar a caçar para complementar as necessidades em alimentos das suas famílias.²⁷⁸

A escassas duas semanas da entrada do exército francês em Lisboa, o general em chefe Junot deu ordens para “arborer le drapeau français sur les forts, les châteaux, les principales batteries de la cote, à la place du drapeau portugais”.²⁷⁹ Esta decisão, que marcava a definitiva ocupação do país pela França, deixou a população de Lisboa ainda mais frustrada e triste perante esta prepotência do ocupante francês. Entretanto, Junot tinha ordenado a realização de uma grande parada militar em plena praça do Rossio com todas as forças francesas estacionadas em Lisboa, em número de cerca de 6 000 homens de todas as armas, espectáculo que se previa impressionante e que iria obviamente atrair grande número de povo para assistir às movimentações da tropa.²⁸⁰ Com as tropas formadas na grande praça, Junot “étalant un luxe asiatique, parut, entouré de son état-major”, mandou então, perante o olhar silencioso do povo, que fosse içada no alto do Castelo de S. Jorge, ao som dos tiros de canhão das baterias aí postadas e de gritos de “vive l’empereur” a bandeira tricolor da França napoleónica.

281

²⁷⁷ LECESTRE, Léon, *La Guerre de la Péninsule (1807-1813) d'après la Correspondance inédite de Napoléon Ier*, par M. Léon Lecestre, Extrait de la Revue des Questions Historiques, Avril 1896, Paris, Bureaux de la Revue, 1896, p. 19.

²⁷⁸ AYRES, Christovam [de Magalhães Sepúlveda], *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, Vol. X, p. 313.

²⁷⁹ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, p. 317.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, pp. 317-320.

²⁸¹ Relativamente a este acontecimento, Acúrsio das Neves comenta que o povo tomou pela primeira vez consciência de que “a nação portuguesa tinha caído em poder das águias” NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 271. BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef

Nesse momento, também os soldados franceses formados na praça responderam com vivas ao nome de Napoleão, atirando os seus chapéus ao alto “mas ninguém dos portugueses lhe correspondeu, por mais vivas que repetiram os franceses; pelo contrário tais coisas afligiram o coração de todos”, perante mais este sinal de que o país se encontrava debaixo das garras francesas.²⁸² Foi então com espanto, e depois revolta, que os “milhares de espectadores que por curiosidade tinham concorrido” ao Rossio para assistir à parada, viram “arvorada no castelo a bandeira de três cores e suprimidas as reais quinas”.²⁸³ É verdade que as manifestações de regozijo por parte dos franceses que viram izar a sua bandeira no alto do castelo quase como uma vitória militar não tiveram qualquer adesão do povo que “apesar de todo o majestoso aparato e de mil vivas que os generais franceses faziam retumbar entre a tropa e imenso povo, nem uma pessoa correspondeu”, aos gritos de vivas dos franceses.²⁸⁴

Perante esta afronta feita à bandeira do país que tinha recebido o exército estrangeiro com deferência, o povo “não respondeu senão com um triste sussurro, assaz demonstrativo da raiva e indignação que agitavam todos os espíritos”.²⁸⁵ Mas após esse primeiro momento, o “stupeur que l’apparition du drapeau étranger avait jetée dans les esprits succédèrent d’abord des murmures confus sur l’injure faite à l’honneur national, et ensuite des imprécations contre les Français”, que provocou alguma agitação entre o povo ali presente.²⁸⁶ Entretanto, a massa popular que tinha assistido à parada e ia engrossando à volta da praça, começou a ganhar coragem e a fazer frente aos franceses que, perante este princípio de insurreição, reagiram de forma violenta disparando sobre o povo. Este não acalmou e a insurreição começou a tomar forma e a crescer em raiva terminando em gritos de “vive le Portugal! toujours

Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, p. 378.

²⁸² PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 1ª Parte, fl. 49.

²⁸³ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 271.

²⁸⁴ AYRES, Christovam [de Magalhães Sepúlveda], *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, Vol. X, p. 305.

²⁸⁵ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 271.

²⁸⁶ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d’Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 317-320.

le Portugal! vive le marquis d'Alorna".²⁸⁷ O próprio marquês estava presente ali na praça no meio da multidão e, quando o povo percebeu a sua presença, "le suivait et semblait le designer pour son chef, ignorant encore sa complicité avec les Français", mas depressa o entusiasmo popular se transformou em frustração ao perceberem a sua recusa em tomar essa perigosa decisão de chefiar a luta contra o invasor.²⁸⁸

Mas a ofensa à bandeira das quinas tinha ateado já um princípio de revolta popular e o desaire da recusa do marquês em assumir nesse momento a defesa da Pátria, colocando-se à frente do povo amotinado, não impediram que, rapidamente, recomeçassem nas ruas vizinhas manifestações de desgosto contra os franceses. Alguns populares mais afoitos e destemidos percorriam as ruas usando todos os meios para atacar o ocupante francês, começando com o arremesso de pedras contra os soldados e atacando algumas sentinelas que acabaram feridas ou mortas à punhalada. Entretanto, juntou-se muita gente ao pé do quartel do regimento de Peniche a pedir armas e apoio contra os franceses, o que lhes foi negado pelos oficiais ali presentes.²⁸⁹ As ruas e as praças continuavam cheias de povo, "les clameurs devenaient plus vives; la rumeur était générales, et les prêtres y prenaient une part active: les églises étaient assiégées par une foule de suppliants", e de entre a multidão começavam a ouvir-se vozes a anunciar a vinda próxima de D. Sebastião para exterminar os franceses.²⁹⁰

Ao longo desse dia foi-se assistindo a mais focos de agitação cujo "résultat fut que les Français isolés furent insultés, d'autres maltraités, quelques-uns assassinés", e quando a tropa abriu fogo sobre os revoltosos e acabou por impor a ordem isso não impediu que se continuassem a dar vivas a Portugal e a gritar morte aos franceses.²⁹¹ A multidão não se retirou senão quando as tropas francesas já reagrupadas se colocaram em formação e começaram a apontar os seus canhões contra a população que acabou por desmobilizar, com um sentimento de impotência perante o poder das armas francesas. Deste fracassado princípio de insurreição e do tumulto generalizado

²⁸⁷ BARETTA, João Cabello, "Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...", in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d'Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 377-378.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, pp. 377-378.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 378-379.

²⁹⁰ PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d'Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911, pp. 317-320.

²⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 320.

que se lhe seguiu, resultaram vários feridos e mortos pelas descargas da tropa, tudo gente do povo, incluindo mulheres e pessoas que nada tinham que ver com os acontecimentos, além dos vários soldados franceses mortos pela população em fúria.

292

Nesse dia, ao fim da tarde, com a bravata que lhe era habitual e para demonstrar a pouca importância que dava aos incidentes da manhã, Junot decidiu oferecer um banquete aos seus oficiais e a diversas individualidades portuguesas, com a presença de “grande parte da nobreza de Lisboa”.²⁹³ Mas os convidados não puderam deixar de se aperceber da revolta que ia engrossando nas ruas da cidade. Quando a ceia já ia avançada, Junot, esforçando-se por exibir a maior calma, foi finalmente obrigado a informar os seus convidados de que “o povo de Lisboa se tinha amotinado”.²⁹⁴ Nessa altura a insurreição na cidade tinha obrigado a artilharia francesa a disparar as suas peças para proteger o palácio onde se realizava o jantar.²⁹⁵ Entretanto, Junot e os seus convidados, com o ruído das conversas na sala e as entradas e saídas dos militares que constantemente traziam novas dos acontecimentos, conseguiam distinguir perfeitamente os clamores da multidão e os tiros das armas na rua. Após o jantar, o general em chefe, mantendo o sangue frio habitual, convidou todos os presentes a acompanhá-lo a assistir a uma ópera no Teatro de S. Carlos. Mas ali, ao som das fanfarras e da orquestra, percebia-se que “le sang coulait dans les rues de Lisbonne; on entendait de tous côtés la fusillade, le bruit du canon, qui atterraient les pacifiques habitants, et répandaient la destruction et la mort autour de l’édifice où tout respirait la mollesse et la joie”.²⁹⁶

A revolta contra os franceses, que continuou no dia seguinte, foi mencionada num relatório francês onde é dito que “le désordre recommença le lendemain à Midi sur la place du Rocio, où le peuple massacra deux français, dont un dragon”, tendo os

²⁹² FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCV.

²⁹³ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 272.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 273-274.

²⁹⁵ HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 188, p. 229.

²⁹⁶ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 379-380.

culpados sido imediatamente presos.²⁹⁷ As manifestações populares ainda continuaram em Lisboa por mais algum tempo, assistindo-se “à l’approche de la nuit, l’assassinat de quelques français”, pelos populares revoltados. Só ao final do dia é que a revolta cessou totalmente, depois do reforço das tropas e da presença de canhões prontos a disparar sobre a multidão, cujo ódio e desejo de vingança contra os franceses voltou a ser reprimido.²⁹⁸ Junot apressou-se a transmitir a Napoleão as notícias sobre os acontecimentos na cidade, dando conhecimento ao Imperador do “restabelecimento da tranquilidade na cidade de Lisboa. Uma parte da mais vil canalha que inunda as ruas desta capital tinha insultado alguns soldados e dizia não querer ver ondular a bandeira tricolor; alguns tiros de espingarda e uma comissão militar restabeleceram a calma”.²⁹⁹

Em Janeiro tinha chegado a Lisboa a notícia de que, não muito longe da cidade, em Mafra, o general Loison, mais conhecido como “Maneta”, tinha decretado uma sentença de morte contra um pobre homem, Jacinto Corrêa de seu nome, que ali tinha, aparentemente, dado vivas ao Príncipe Regente. Segundo se soube, por ordem do general Junot tinha sido em Mafra “fuzilado à pressa e sem prova legal, negando o réu, pela culpa de convidar à Restauração de Portugal os soldados do Regimento de Freire, o português Jacinto Corrêa”.³⁰⁰ Esta notícia não pôde deixar de provocar uma grande emoção entre os habitantes de Lisboa, ao saberem que o próprio general Loison se teria encarregado pessoalmente do comando do pelotão de fuzilamento.

O princípio de insurreição que tinha eclodido após o povo ter visto com desagrado o arrear da bandeira das quinas no Castelo de S. Jorge, fez com que tivessem sido, de imediato, tomadas medidas pelos franceses para estancar estas movimentações. Mas a verdade é que as medidas tomadas pelos franceses só vieram

²⁹⁷ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 88.

²⁹⁸ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 88 e BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 379-380.

²⁹⁹ JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 115-116.

³⁰⁰ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 2ª Parte, fl. 25.

acirrar ainda mais o povo contra a força de ocupação e um popular mais exaltado “avança a um soldado francês na Praça do Rossio e o lança por terra com uma grande pancada; um outro investe com um arrojo inaudito a um oficial da guarda do Terreiro do Paço e cai morto de um tiro”.³⁰¹ Estes actos isolados que se seguiram aos acontecimentos do dia anterior eram “sinais de um novo rompimento, que ainda perturbou a tranquilidade da capital” durante algum tempo.³⁰²

O sentimento de ira da população que perdurou depois da afronta que a nação tinha sofrido, continuou a alimentar a cólera que a reacção violenta das tropas francesas não tinha conseguido conter. É, por isso, que se voltou a verificar mais “um princípio de insurreição excitada pela imprudência, como se diz, de um marujo que levantou a sua voz na Praça vastíssima, dita do Comércio”.³⁰³ Com efeito, depois de terminada a parada militar tinha-se “conservado pelas ruas principais da cidade um concurso de gente maior que o ordinário”, quando mais tarde no Terreiro do Paço alguns populares “provocaram com gracejos a vários soldados franceses que passavam montados em cavalos estropiados”.³⁰⁴ A isso responderam os franceses com insultos e, na sequência da intervenção de um militar português, este acabou por ser preso e conduzido ao corpo da guarda, provocando a ira da população que “investe com paus e pedras: um oficial é ferido e está a pontos a guarda de ser desarmada”.³⁰⁵

Quando se soube que uma patrulha francesa tinha prendido um guarda da polícia portuguesa “tous les habitants coururent aux armes aux cris de “vive le Portugal! meurent les Français”.³⁰⁶ A amotinação cresceu ainda mais quando um francês espancou um português no Terreiro do Paço por razões desconhecidas e a população que tinha vindo para o defender correu sobre o francês e “deram sobre ele e o fustigaram, ao que acudindo a tropa francesa, foi logo varrida pelos ditos

³⁰¹ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 275.

³⁰² *Idem, ibidem*, p. 275.

³⁰³ ROSSI, Camillo Luiz de, *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1944, p. 19.

³⁰⁴ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, pp. 273-274.

³⁰⁴ *Idem, ibidem*, pp. 273-274.

³⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 273-274.

³⁰⁶ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 379-380.

portugueses, que matariam tudo, se as ordens do nosso Governo não acudissem depressa: Junot então até põe pena de morte sobre os amotinados”.³⁰⁷ Em consequência deste acto, os franceses prenderam cerca de duzentos homens com a intenção de os fuzilar por atentado contra a França, o que só não veio a acontecer por interferência de um membro da alta nobreza portuguesa que, ao advogar a causa dos presos em tribunal, lhes salvou a vida.³⁰⁸ A desordem estendeu-se depois a várias outras zonas da cidade, começando a juntar-se mais gente. “Homens, mulheres, rapazes, tudo gritava pelas ruas e praças: Viva Portugal, vivam as cinco chagas e morra a França”.³⁰⁹ A tropa francesa reagiu de imediato aprontando “algumas peças de campanha” com que começou a disparar sobre a multidão “de que resultou um pequeno número de mortos”, o que não fez diminuir o tumulto que continuou ao longo desse final do dia, ouvindo-se ainda muitas descargas em vários locais da cidade.

310

No mês de Junho realizava-se a tradicional procissão do Corpo de Deus, a mais imponente e magnificente procissão de Lisboa. Nela se incorporavam não só as diversas Ordens Religiosas da cidade, mas igualmente as associações socioprofissionais com relevo para a Casa dos Vinte e Quatro, além de autoridades civis e unidades militares. No cortejo avultava a figura de S. Jorge a cavalo que era também o santo da devoção dos ingleses. Quando a procissão solene que o próprio Junot tinha desejado que se realizasse, começou a percorrer as ruas da cidade cheias de gente “houve não sei que incidente que amotinou o povo; e fazendo-se bulha por toda a parte e opressão de gente, foi muito digno de notar-se que muitos dos soldados franceses temendo algum levantamento ou revolução, desampararam os postos, largaram as armas, e fugiram como tolos”.³¹¹ Foi exactamente no momento em que a custódia ia a sair da igreja que começou a ouvir-se um rumor vindo de longe que, ao chegar à

³⁰⁷ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 1ª Parte, fl. 50.

³⁰⁸ Frei Joaquim Soares diz ter sido D. Francisco d’Almeida. SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo II, p. 24.

³⁰⁹ NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo I, p. 274.

³¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 274.

³¹¹ AYRES, Christovam [de Magalhães Sepúlveda], *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, Vol. X, p. 318.

cabeça da procissão, provocou enorme agitação entre os fiéis. Rapidamente o povo, os soldados e os padres aterrados, largaram os seus chapéus, armas, velas, cruzes e bandeiras e correram a fugir por todos os lados. Este alvoroço, num momento particular da procissão em que se verificava grande aglomeração de povo, poderia ter sido aproveitado para um início de insurreição tivesse alguém aparecido para a chefiar, o que a acontecer teria tido certamente graves consequências para Junot que se encontrava no Palácio da Inquisição na praça do Rossio, à mercê dos insurrectos que, facilmente pelo seu número, poderiam ter invadido o edifício.³¹²

O que se verificou foi que, durante a procissão, a população, acreditando estar a sentir um tremor de terra, começou aos gritos acusando os franceses de todos os males e implorando pela chegada dos ingleses.³¹³ Confrontado com este incidente, Junot, desprezando o perigo, percorreu rapidamente a procissão, de onde já todos tinham debandado, entrou na igreja e obrigou o prelado que conduzia o Santo Sacramento a voltar a juntar toda a gente na procissão e a continuar o seu percurso sem medo. Segundo um relato posterior ao acontecimento, Junot “rallie les débris du cortège et fait recommencer la cérémonie; lentement, avec un air de componction, il suit le dais à pied escorté de son état-major” e, ao entrar no seu quartel general, ainda conseguiu ouvir vindo da multidão o grito de “Viva o duque de Abrantes!”.³¹⁴ A reacção da população a este acontecimento, caso ele se tenha realmente verificado, releva da impressão que o destemor do general e da sua preocupação em que a procissão se realizasse, deixaram no povo que assistia à cerimónia.

É preciso dizer que, além de Lisboa, também por quase todo o Norte do país o dia da festa do Corpo de Deus ficou marcado por diversas manifestações que prenunciavam a insurreição geral contra o exército francês. Thiébault refere que “ce jour même, une insurrection générale avait éclaté, fait prendre les armes contre nous à tous les habitants des provinces d’Oporto, du Tras-los-Montes, d’une partie du

³¹² HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d’artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, pp. 230-231.

³¹³ LUCAS-DUBRETON, J., *Junot dit “La Tempête”*, Paris, Gallimard, 1937, p. 132.

³¹⁴ Este relato é fornecido apenas por um único autor, justamente o que traça a biografia, embora nem sempre favorável, de Junot. LUCAS-DUBRETON, J., *Junot dit “La Tempête”*, Paris, Gallimard, 1937, p. 132.

Beira”.³¹⁵ É importante não esquecer que este acontecimento teve lugar quando as tropas espanholas se sublevaram e muitos soldados portugueses desertaram da Legião. Foi também nesta altura que a frota francesa de Cadiz se rendeu aos espanhóis e se começou a falar da próxima chegada a Portugal da esquadra inglesa transportando um exército sob o comando de Arthur Wellesley. Considerando tudo isto, é razoável pensar-se que poderá ter havido premeditação relativamente aos acontecimentos do Rossio.³¹⁶

A partir de Maio era cada vez maior o desagrado sentido pelo povo com a presença francesa em Lisboa, multiplicando-se as acções conspirativas nos cafés e botequins que se tornavam verdadeiros centros de rebelião. A esta actividade pré-revolucionária juntava-se também a proliferação de panfletos anti-napoleónicos que circulavam abundantemente pela cidade. Também a presença próxima da esquadra inglesa do Almirante Cotton contribuía para que alguns estratos da população comesçassem a aperceber-se de que a possível chegada dos ingleses poderia contribuir para que o país se libertasse da ocupação francesa.³¹⁷ Podemos considerar que as manifestações contra o ocupante francês, que começavam a ter lugar em Lisboa e por todo o país a partir deste mês de Maio, tiveram origem em diversas ordens de razão.³¹⁸ Antes de mais, a presença inglesa através dos navios da sua armada com quem, à distância, o país mantinha contacto. Em segundo lugar, a sublevação espanhola que, ao cortar as comunicações do exército de Junot com a França, impedia que a logística francesa funcionasse em condições. Depois a saída do exército espanhol do país, que passou de aliado a inimigo da França. Finalmente a derrota do exército francês comandado por Dupont na Andaluzia (Bailén) e a tomada da esquadra francesa em

³¹⁵ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D'Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L'Art Militaire, 1817, p. 124.

³¹⁶ A premeditação evocada por Hulot, refere-se à coincidência deste episódio com a “revolta” das divisões espanholas, a deserção das tropas portuguesas e, acima de tudo, com o aparecimento da frota inglesa à vista da costa e o desembarque do exército de lord Wellesley, associando a movimentação do povo com as “Vésperas sicilianas” - revolta popular contra a ocupação francesa, que teve lugar em Palermo, na Sicília, no século XIII, durante a qual o povo da ilha chacinou as tropas do rei francês Charles d'Anjou na segunda-feira de Páscoa, ao som dos sinos das vésperas – por instigação dos agentes do governo inglês. HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p.231

³¹⁷ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCXXXII.

³¹⁸ Coincidiram com a revolta em Espanha e os acontecimentos do “Dos de Mayo” em Madrid.

Cadiz.³¹⁹ Estes acontecimentos muito desfavoráveis para a França não deixaram de ter fortes reflexos no nosso país tendo como consequência “insurger le Portugal” cuja população era cada vez mais incentivada “par ses prêtres, par quelques fidalques, et par la presque totalité des officiers portugais, [...] excité au nom de son intérêt, de l’honneur national et de sa religion;[...] enhardi par la certitude que nous venions d’éprouver en Espagne un grand revers”.³²⁰ A partir de Junho, um crescente movimento insurrecional varreu a quase totalidade do território português, à excepção de partes da Estremadura, incluindo Lisboa e seus arredores.

O permanente estado de opressão que o ocupante francês continuava a exercer sobre a população fazia com que esta se mantivesse num estado latente de rebelião, pronta a aderir a qualquer revolta contra o invasor. Com efeito, Lisboa e todo o restante país não suportavam mais a presença das forças invasoras e o jugo insuportável das “extorsions de l’armée de Junot”.³²¹ Cada vez que um edital com uma proclamação do general em chefe era afixado, o povo encarregava-se de o rasgar ou cobrir de esterco, correndo riscos evidentes. Até a nobreza ou a alta burguesia que, em certo momento, se tinham relacionado de algum modo com os militares do exército de ocupação, ou tinham prestado serviços às autoridades francesas, começavam a limitar as suas relações ao mínimo indispensável.³²²

Era cada vez mais evidente que a ocupação de Lisboa pelas tropas francesas e as limitações de toda a ordem a que a sua população estava sujeita, fazia com que o povo “était voué à la famine”.³²³ A cidade dependia do peixe para a sua alimentação e consequentemente “celui qui force cette nation à rester en état de siège et de blocus est responsable de tous les maux qui viennent fondre sur elle”.³²⁴ Por outro lado, a miséria que se fazia sentir na cidade devia-se igualmente quer à necessidade de ter de alimentar a guarnição francesa, quer ao facto de as circunstâncias do bloqueio

³¹⁹ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 108.

³²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 109-110.

³²¹ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 390-391.

³²² *Idem, ibidem*, p. 400.

³²³ *Idem, ibidem*, pp. 392-393.

³²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 392-393.

causarem “la stagnation absolue du commerce” com consequências para a subsistência das famílias que viviam à míngua com os poucos alimentos que conseguiam obter. Nestas circunstâncias atrozes a miséria e a fome faziam com que “les pauvres périssaient journellement par centaine dans les rues de Lisbonne”.³²⁵ Esta situação insustentável levou a que o próprio Junot “se vit obligé d’envoyer lui même un pavillon de trêve avec une députation afin de supplier itérativement l’amiral Cotton de laisser entrer des provisions à Lisbonne sans quoi le peuple allait périr d’inanition”, o que não veio a conseguir por oposição do governo britânico.³²⁶

A sublevação que atingiu todo o Norte do país no mês de Junho, levou o chefe do Estado Maior, Thiébault, a referir que “Chaque jour de nouvelles villes levaient l’étendard, et dirigées, conduites par les prêtres, mettaient leurs habitants en campagne”.³²⁷ A situação especial que o país vivia, com o rei e a corte ausentes no Brasil, foi certamente uma das razões para que a insurreição em Portugal tivesse surgido mais tarde do que em Espanha, tendo-se a população portuguesa sublevado “à l’exemple de la nation espagnole toute entière, dans la noble attitude de defendre son honneur et son roi, eux, qui n’ont pas hésité de se soulever un peu plus tard au simple appel des Juntas particulières de Ciudad-Rodrigo, de Badajoz et d’Ayamonte”.³²⁸ Perante a situação que parecia fugir ao seu controlo, Junot convocou todos os seus oficiais gerais, com vista a tomar uma decisão, a que se seguiria nova reunião a partir da qual deveriam ser tomadas diversas disposições que permitiriam controlar a situação.³²⁹

³²⁵ BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot,...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824, pp. 392-393.

³²⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 392-393.

³²⁷ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 141.

³²⁸ As Juntas foram sendo organizadas em Espanha, a partir de Maio de 1808, na sequência dos acontecimentos em Madrid, conhecidos como o “Dos de Mayo”, e irão dar início às insurreições populares por toda a Espanha. [COUTINHO, Domingos António de Sousa], *La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue ou lettre à Mr. l’Abbé F*** sur l’histoire de la dernière guerre...*, Bruxelles, chez Weissenbruch, imprimeur du Roi et de la Ville, 1819, p. XXXV.

³²⁹ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, pp. 127-129.

Frei Joaquim Soares no seu *Compendio Historico*, fala-nos no dia 18 de Junho de 1808 como sendo o que “fará maior época nos fastos Lusitanos e maior admiração nas nações e idades do que o dia 1.º de Dezembro de 1640, foi o dia da Restauração do Porto e com este da de Portugal, e a aclamação do Senhor D. João VI Principe Regente será mais memorável que a do Senhor Rei D. João IV, pela triste situação em que se achava a Nação Portuguesa, sem armas, sem soldadesca, cheia de uma tropa cruel, opressora e inimiga, e de um grande partido Jacobino que reunido pelo crime com os franceses, provocam, como eles, o desprezo das leis, a destruição da honra e da fidelidade ao legítimo soberano”.³³⁰

Com o Norte de Portugal e o Algarve sublevados e feita a restauração do Reino a partir do Porto, a Estremadura era a única província onde o poder francês ainda se exercia “não por falta de bons desejos dos seus habitantes, mas por que estava toda ocupada pelas tropas francesas”.³³¹ A insurreição do Porto obrigou Junot a mandar afixar editais dando conta da sua indignação pelos acontecimentos naquela cidade, ordenando que “se devassasse de todos aqueles que fomentassem revolta contra Napoleão ou falassem contra ele”.³³² Mas a insurreição não iria parar e a população do Porto não tardou a tomar consciência de que podia expulsar os franceses da cidade e, em consequência disso, “rasgaram-se os editais, cresceu a fermentação e dispuseram-se todos para calcar seu jugo, logo que se pronunciasse o primeiro viva, que não tardou muito. Para isto concorreu muito uma Proclamação do Desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro que apareceu no dia do Corpo de Deus 16 de Junho (neste dia esteve para se fazer a Restauração) em que convidava o Clero, a Nobreza e o Povo a fazer esta acção”.³³³ Com a insurreição vitoriosa no Norte e mais tarde no Algarve e a luta que já se travava no Alentejo, “não restava já os

³³⁰ Frei Joaquim Soares atribui a este dia a data da restauração em que, nas palavras de Acúrsio das Neves, se obteve, na cidade do Porto, a “sanção de um numeroso congresso da câmara, clero, nobreza e povo”. SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo I, p. 28 e NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. II, Tomos III, p. 82.

³³¹ PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07, 3ª Parte, fl. 79.

³³² SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo I, p. 26.

³³³ *Idem, ibidem*, p. 26.

franceses mais que Lisboa, e parte da Estremadura: era a quanto estava reduzido o seu governo de Portugal”.³³⁴ Lisboa iria ficar até ao fim sem conhecer qualquer movimento insurrecional razão por que, entre outros motivos, foi possível “salvar a capital, e poupar-lhe todo o estrago e ruína”.³³⁵

A rebelião que se vivia no Norte do país reflectia o sentimento popular de revolta contra o intruso estrangeiro, e quando os militares retirados de serviço foram convocados para também participar juntando-se aos populares, uma “révolution militaire se serait produite durant les invasions françaises”.³³⁶ A notícia desta insurreição popular, que começava a tomar conta de todo o país, chegou a Lisboa onde, no entanto, a presença massiva da tropa francesa tolhia qualquer acção directa da população. Tratando da insurreição que grassava por todo o país, Thiebault escreveu no seu Relatório “qu’aucun pays n’a offert ce genre de difficultés au même degré que le Portugal. Cette circonstance, faite pour caractériser les Portugais, [...] montre combien est dangereux un peuple aussi discret que dissimule, constant dans ses projets, patient à attendre le moment favorable, et avec lequel il n’y a aucun intermédiaire, entre le calme le plus absolu et l’insurrection la plus effrénée”.³³⁷ O relato do chefe da polícia de Lisboa Lagarde, após a sublevação do Norte, refere que “l’agitation antifranaise revenait à la ‘basse classe’”. E, de facto, o povo alimentado por este sentimento anti-francês prosseguia imparavelmente num movimento patriótico que “reprend vigueur avec une volonté d’indépendance qui découle de la haine de l’étranger”.³³⁸ É preciso dizer que um pouco por toda a parte, mas com mais evidência em Lisboa, à medida que a presença do exército de ocupação se tornava mais dominadora e tirânica, mais frequentes eram as conspirações assistindo-se ao

³³⁴ SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo II, p. 24.

³³⁵ *Idem, ibidem*, p. 24.

³³⁶ SILBERT, Albert, “Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal, in *Revista de História das Ideias*, Vol. II (1978-1979), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 1979, pp. 242-243.

³³⁷ THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Relation de L’Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1er Corps D’Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L’Art Militaire, 1817, p. 140.

³³⁸ SILBERT, Albert, “Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal, in *Revista de História das Ideias*, Vol. II (1978-1979), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 1979, p. 242.

aparecimento de “núcleos de revolta [...] e referviam pelos cafés, pelos botequins e pelos passeios os boatos relativos à decadência da rebelião aqui e em Espanha”.³³⁹

Por esta altura, Agosto de 1808, apenas restava ao exército francês o domínio de Lisboa e parte da Estremadura onde ainda governavam, quando o exército inglês desembarcou na praia de Vagos junto à Figueira da Foz e iniciou uma progressão sobre Lisboa. Quando Junot teve conhecimento da aproximação da esquadra inglesa que trazia embarcado o exército inglês do comando de Wellesley, sentiu que ou lhe dava combate imediato, antes de qualquer progressão dos ingleses no terreno e da chegada de outras divisões que vinham em seu apoio, ou ficava numa situação muito difícil para conter os ingleses. Infelizmente para ele, a grande dispersão das suas tropas pelo país e “la nécessité de contenir Lisbonne”, não lhe deixou outra alternativa senão desistir de avançar em superioridade numérica, acabando por ser batido nas batalhas de Roliça e Vimeiro.³⁴⁰ O resultado só não foi a completa derrota do exército comandado por Junot porque este preferiu a capitulação “que se lhe aceitou por não pôr Lisboa em perigo”.³⁴¹ As acções que a população tomou contra os franceses nem sempre tiveram grande impacto mas isso não impediu a sua eficácia, como sucedeu com a participação activa do povo da região de Torres Vedras por altura da batalha da Roliça. O facto, pouco conhecido, foi relatado pelo barão Hulot que comandava a 2ª bateria de granadeiros que formavam a reserva do exército francês. Relata este general que, à aproximação do exército francês, “les habitants, au fur et à mesure que nous avançons, mettaient le feu aux sèches et hautes herbes que nous avions à traverser”, retardando deste modo a progressão das tropas francesas.³⁴²

Na *Gazeta de Lisboa* de 2 de Agosto de 1808, 2º Suplemento, um jornal que até aí se apresentava como órgão oficioso do governo francês e cujo editor era o próprio Intendente Geral da Polícia, Pierre Lagarde, foi inserida uma proclamação anónima aos habitantes de Lisboa em que se incitava a população a “quebrar os ferros, que vos prendem, e a vingar com o sangue, e com a morte dos vossos tiranos opressores a

³³⁹ FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCXXXI.

³⁴⁰ [GAYANT, Paul], *Tableau des Guerres de la Révolution de 1792 A 1815*, Par P. G., Ancien élève de L'École Polytechnique, Paris, Paulin, 1842, p. 329.

³⁴¹ SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808, Tomo II, p. 24.

³⁴² HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p. 233.

afronta que eles fizeram à Nação, e ao Príncipe adorado”.³⁴³ O incitamento à revolta continuava com o “grito” “Às armas, habitantes de Lisboa, arrancai-as das mãos aos franceses, e tintas no seu sangue, dai-lhes com elas a morte que merecem” e mais adiante pedia-se “vingai as injúrias feitas à religião, e ao Príncipe, à Pátria” para que se expulse até ao último francês.³⁴⁴ Como sabemos, os habitantes de Lisboa estavam demasiado receosos, como sempre tinham estado, pela presença em força das tropas francesas na cidade, com os seus canhões apontados do alto do Castelo de S. Jorge, e não levantaram nessa ocasião um braço para expulsar os franceses. Foi preciso esperar pela derrota do Vimeiro e pela capitulação do exército de Junot para que os lisboetas se vissem finalmente libertos da ocupação da sua cidade.

Nas suas Memórias, Thiébault reconhece que, para além da derrota do exército francês pelas tropas de Wellesley no Vimeiro, o estado de espírito das populações insurrectas impediu que a guarnição francesa de Lisboa tivesse saído em auxílio das forças do general Delaborde.³⁴⁵ Com a entrada das tropas inglesas em Lisboa os presos espanhóis, entretanto soltos, começaram a juntar-se ao povo revoltado e a avançarem enfurecidos contra os franceses que teriam sido mortos ali onde se encontravam se um regimento de cavalaria inglesa não tivesse vindo em seu auxílio. Mas muitos soldados franceses acabaram por morrer às mãos da população que os massacravam nas ruas por onde fugiam.³⁴⁶ Até nos últimos momentos antes do embarque das tropas do exército napoleónico nos navios ingleses que as haviam de levar para França, os soldados franceses continuavam a sentir o medo que lhes inspirava o grande número de gente armada que circulava por Lisboa e aquela que chegava do Alentejo trazendo pregado nos seus chapéus uma tira com as palavras “morte aos franceses”.³⁴⁷

³⁴³ Pierre Lagarde exercia o cargo de Intendente Geral da Polícia desde Março de 1808, por indicação pessoal de Napoleão, tendo passado a ser ao tempo o redactor “oficial” da *Gazeta de Lisboa*, a partir do número de 5 de Abril de 1808. Em nota manuscrita abaixo do texto da proclamação escreve-se que o “Autor deste folheto foi o Deão da Sé de Braga, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, filho natural da Casa do Visconde de Barbacena”.

³⁴⁴ *Gazeta de Lisboa*, Nº 29, 2º Suplemento de 2 de Agosto de 1808.

³⁴⁵ AYRES, Christovam [de Magalhães Sepúlveda], *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, Vol. X, p. 177.

³⁴⁶ HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p. 241.

³⁴⁷ Frase em português no original. HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886, p. 241.

CAPÍTULO III – PERIÓDICOS E PANFLETOS NA PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA

A imprensa portuguesa até finais do Antigo Regime estava confinada a um círculo muito restrito de letrados das “elites esclarecidas”, situação agravada pelo elevado analfabetismo entre a população do país. Só o aparecimento, especialmente na cidade de Lisboa, a partir de meados de Setecentos, de locais públicos de convívio social, como os cafés, tabernas, botequins e bilhares, permitiu alargar a outros estratos sociais, através dos periódicos, a informação sobre os acontecimentos do país e do estrangeiro.³⁴⁸ Era esse o caso da *Gazeta de Lisboa* que publicava notícias de natureza política, lidas em voz alta nesses locais privilegiados de socialização, para satisfação da pequena burguesia, dos funcionários e artesãos mais instruídos que debatiam e discutiam os acontecimentos mais importantes.³⁴⁹ Também nas *assembleias* – à semelhança dos clubes ingleses – se liam e discutiam as notícias que vinham publicadas nesses periódicos.³⁵⁰ Ao contrário do que se verificava anteriormente, com a feroz repressão imposta pela censura da época, primeiro pelo Marquês de Pombal, depois pelo Intendente Pina Manique, só a partir de 1808 “a imprensa passou a ter uma considerável importância tanto do ponto de vista da circulação das ideias como da informação concreta dos factos”.³⁵¹ E foi só depois da primeira invasão francesa que a apetência dos leitores pela informação política e pelo conhecimento dos assuntos nacionais, colocou a imprensa mais centrada num jornalismo político-noticioso que valorizava de igual modo o debate de ideias.

A imprensa portuguesa foi, portanto, perdendo importância ao longo dos finais do século XVIII, consequência do papel da censura que se revelava mais dura e eficaz perante os novos ideais surgidos da Revolução Francesa, tudo isto agravado pela estagnação da tipografia, praticamente nas mãos da imprensa régia.³⁵² Nos inícios do século XIX, as únicas publicações existentes com carácter periódico, além da *Gazeta de*

³⁴⁸ TENGARRINHA, José, *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Edições Minerva, 2006, p. 13.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 13.

³⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 13.

³⁵¹ LIMA, Péricles Pedrosa, *A corte no Brasil e os periódicos portugueses: 1808-1821*, Tese de doutoramento, Repositório da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2013, p. 53.

³⁵² A acção do Marquês de Pombal foi determinante na imposição da censura e de várias outras medidas que passaram a limitar o acesso à informação, como foi o caso da suspensão da publicação da *Gazeta de Lisboa*.

Lisboa, eram as editadas pela Academia Real das Ciências, as *Ephemerides Nauticas*, que começaram a publicar-se em 1788, e as *Memorias*, com início em 1789, mas que se destinavam a um público muito específico de gente letrada, o *Correio Mercantil e Economico de Portugal* e *O Viajante Universal ou Noticia do Mundo Antigo e Moderno. Obra recopilada dos melhores viajantes*, publicado a partir de 1798 e cujo tomo XLI chegou a 1807.

O período que mediou entre a Revolução de 1789 e as Invasões Francesas foi fértil na divulgação de textos políticos, por via, quer da entrada no país de literatura estrangeira de carácter panfletário ou localmente traduzida, quer através da imprensa vinda do exterior, cujos textos políticos eram avidamente lidos e comentados pela burguesia intelectual nacional. E se, durante a primeira década de Oitocentos, a imprensa portuguesa pouco se distinguiu, a verdade é que, passado o primeiro momento da ocupação do país pelo exército francês, o patriotismo nascente veio a produzir, após a retirada dos franceses comandados por Junot, uma imprensa pujante que foi sempre em crescendo a partir daí. Muita da importância que o periodismo atingiu a partir do início de Oitocentos, radica no facto de a população “que até aí não se apercebera do mundo da política, mas que os novos e inacreditáveis acontecimentos da Europa empurram a ler e a informar-se sobre o que se passa”.³⁵³ Com a Guerra Peninsular que chega a Portugal, cresce o interesse pela “coisa política” e, com toda a carga de sentimentos contraditórios que afligem o país, provocados por acontecimentos tão dramáticos como a transferência da corte para o Brasil ou a entrada das tropas francesas e espanholas no país, a população mostra-se agora ávida de notícias que vai discutindo na rua ou lendo nos jornais.³⁵⁴ Joel Serrão esboça uma síntese da imprensa portuguesa no fim do século XVIII afirmando que à medida que se “avançava no último quartel do século XVIII crescia a fermentação revolucionária, que mais se agravou após a Revolução Francesa. Como meio de agitação e esclarecimento das ideias, a literatura panfletária assumia grande importância. Por isso sofria sucessivos e duros golpes da repressão (...) Mas a vigilância, por muito apertada que

³⁵³ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 162.

³⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 164.

fosse não podia abafar o influxo das ideias revolucionárias e o poder e o interesse crescente da imprensa pelos problemas da governação pública”.³⁵⁵

É por isso de realçar o importante papel da imprensa surgida neste período para o esclarecimento e compreensão da população, contribuindo para o despertar de uma consciência nacional que iria conduzir o país na luta contra as forças militares estrangeiras, ao longo dos quase três anos de presença do exército napoleónico em Portugal. A partir do final da primeira invasão, o número de novos periódicos surgidos quer em Lisboa, quer no Porto e em Coimbra foi surpreendente, tendo chegado aos quinze títulos num período de seis anos, reflectindo o que era a apetência pela informação, numa situação de grande perturbação pública pela ocupação francesa do país e pelos acontecimentos de que se ouvia falar pela Europa, com a marcha vencedora das tropas napoleónicas em todas as direcções.³⁵⁶ Não é possível estabelecer quais os periódicos que tiveram maior impacto sobre a população, quais os mais lidos ou mais apreciados, pelo facto de não existirem dados sobre tiragens e índices de leitura. É, de qualquer modo, possível entender que os periódicos que relatavam os acontecimentos políticos e militares e os que simultaneamente apelavam ao espírito patriótico nacional, seriam aqueles que estariam em melhores condições de beneficiar do interesse do público. O que constituía verdadeiramente um fenómeno novo era o facto de uma parte desta imprensa se assumir como parte activa no conjunto da participação da sociedade na luta contra o ocupante francês. Estes “jornalistas” perceberam que era necessário lutar contra os inimigos da nação e usurpadores do trono português através da pena, mais poderosa do que a espada perante o poder absoluto das armas francesas. Durante os anos da Guerra Peninsular, a imprensa, que se foi expandindo em múltiplos periódicos, encontrava nos temas e

³⁵⁵ SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III, verbete “Imprensa”, p.251.

³⁵⁶ Periódicos publicados entre finais de 1808 e 1814: *O Telegrafo Portuguez ou Gazeta para depois de jantar* (1808); *O Leal Portuguez: com autoridade do Governo* (1808); *Minerva Lusitana* (1808); *Abelha do Meio Dia* (1809); *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* (1809); *Correio da Tarde* (1809); *Diario Lisbonense* (1809); *Jornal de Lisboa, ou folha diária* (1809); *Novo Diario de Lisboa* (1809); *O Mensageiro* (1809); *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811); *Jornal de Coimbra* (1812); *O Espelho Político e Moral* (1813); *Microscopio de Verdades ou Oculo Singular* (1814); *O Portuguez, ou Mercurio Político, Commercial e Litterario* (1814).

nas notícias políticas uma fonte de interesse para os leitores, com quem também começava a partilhar as suas opiniões e comentários.³⁵⁷

O primeiro e mais importante periódico português a referir é a *Gazeta de Lisboa*, que começou a publicar-se em 1715, no reinado de D. João V, e cuja publicação atravessou um século até 1820, com algumas vicissitudes pelo meio, como quando foi proibida durante cerca de quinze anos pelo futuro Marquês de Pombal. No ano de 1808, o jornal tornou-se no órgão oficial do exército de ocupação, noticiando, quase exclusivamente, o que lhe era ditado pelo Intendente Lagarde sobre as actividades francesas.³⁵⁸ Entre os periódicos já existentes ou que começaram a ser impressos em Lisboa nos anos de 1807 e 1808, ou seja no período abrangido pela ocupação de Lisboa pelo exército napoleónico, temos o *Jornal Encyclopedico ou Diario Universal das Sciencias e Artes*, cujo primeiro número é ainda de 1806, mas cuja publicação se prolongou até 1837. Publicados a partir de 1807 apareceram o *Arquivo de Peças Divertidas e Científicas*, de existência efémera, com somente dois números publicados nesse ano, e o *Correio das Modas* que se resumiu a um número.

Antes do aparecimento generalizado de periódicos na cidade de Lisboa, a partir dos finais da primeira década de Oitocentos, coincidindo com as invasões francesas, já circulavam pela cidade muitas *folhas volantes* ou *relações e notícias avulsas*, de publicação irregular, noticiando de preferência acontecimentos de grande impacto vindos do estrangeiro, mas que satisfaziam as necessidades de informação por parte da população mais instruída. A venda dessas folhas volantes era um “monopólio” da Irmandade da antiga paroquial de S. Jorge de Arroios, cujos irmãos cegos, os *cegos papelistas*, eram os únicos que estavam autorizados a vender essas *folhas*.³⁵⁹

A primeira década de Oitocentos assistiu, como vimos, ao que podemos designar por “uma explosão jornalística”, em consequência de um conjunto de circunstâncias que vão desde os importantes acontecimentos políticos que se verificam na Europa, aos avanços técnicos que permitiram desenvolver a actividade

³⁵⁷ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 177.

³⁵⁸ Refira-se que no tempo da primeira Invasão Francesa, era o Intendente Geral da Polícia, Pierre Lagarde, quem dirigia a *Gazeta de Lisboa*, ditando em francês os artigos que eram depois traduzidos por oficiais portugueses às suas ordens. Foi ele igualmente quem mandou retirar as armas reais portuguesas do cabeçalho do jornal.

³⁵⁹ BESSA, Alberto, *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias...*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904, pp. 150-151.

gráfica. Com efeito, se por um lado os ecos da Revolução Francesa e da guerra travada entre a França e a Inglaterra, de cujas consequências resultaram as invasões francesas, determinaram uma necessidade crescente de informação por parte dos leitores, também as novas técnicas de impressão, entre as quais se encontrava o uso de fibras vegetais no fabrico do papel, tornaram mais fácil e menos onerosa a impressão e, consequentemente, a publicação de jornais com melhor qualidade e a custo mais baixo.³⁶⁰ Por esta altura, Portugal sofria uma forte influência francesa, cujos ecos chegavam ao nosso país através da imprensa gaulesa, como era o caso do *Le Moniteur*, muito lido em Lisboa pela alta burguesia ao serviço do Estado. O periódico possuía características que faziam dele um mensageiro das orientações do governo e serviam “como forma de controlo da opinião pública, desmentindo boatos e procurando manter a estabilidade social”.³⁶¹ A deterioração da situação político-militar na Europa, cujas notícias só chegavam através da imprensa “oficial” existente, ia deixando de satisfazer os leitores ávidos de informação mais política, levando ao aparecimento de um “jornalismo panfletário que se foi desenvolvendo à medida que a situação política se degradava”.³⁶²

Como é referido muitas vezes pelos historiadores que se dedicaram ao estudo da imprensa portuguesa ao longo dos últimos anos, só nas primeiras décadas do século XIX “o jornalismo português seria abertamente político e de combate, tendo sido contra as invasões francesas a sua primeira reacção violenta”.³⁶³ A partir do primeiro momento de confronto com o invasor que vinha ocupar o país, a população mais instruída nunca mais deixou de se interessar pelas notícias do país e do estrangeiro que transmitiam o evoluir da situação da Europa sob Napoleão, levando ao aparecimento, a partir de finais de 1808, de uma pujante imprensa político-noticiosa que impôs um estilo ao longo do século XIX.³⁶⁴ O sentimento de frustração que envolveu a população de Lisboa, aquando da saída do Regente e da Corte para o Brasil

³⁶⁰ SOUSA, José Manuel Motta de, VELOSO, Lúcia Maria Mariano, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987, p. 30.

³⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 32.

³⁶² *Idem, ibidem*, p. 32.

³⁶³ Podem referir-se, entre alguns mais, Alberto Bessa, Alfredo da Cunha, Nuno Daupias d’Alcochete, José Tengarrinha, António Pedro Vicente ou António Ventura. SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III, verbete “Imprensa”, p.251.

³⁶⁴ FONTES, Susana de Fátima Póvoa Alves, *Gazeta de Lisboa: Estudo Informático-Linguístico*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013, p. 26.

e da entrada do exército de Junot em Portugal, advindo da ignorância sobre o seu futuro e do clima de insegurança instaurado pela ocupação francesa, era propício à necessidade de informação fidedigna que os boatos e rumores iam substituindo. As notícias eram escassas e tinham apenas origem em panfletos e folhas impressas que circulavam pela cidade ou eram coladas nas paredes, não havendo outros jornais à excepção do órgão oficial do governo, a *Gazeta de Lisboa*.³⁶⁵

Um pequeno folheto da autoria de José Daniel Rodrigues da Costa, intitulado *Conversação nocturna das esquinas do Rocio de Lisboa*, retrata com graça o fenómeno, com origem ainda nos primeiros anos de Oitocentos, de mandar afixar nas esquinas das ruas notícias que eram depois lidas por alguns e transmitidas depois a quem não sabia ler. O governo da cidade, no tempo de Junot, usou e abusou deste tipo de informação pública, que deu depois início a um hábito que ficou pelos anos adentro, utilizando principalmente as esquinas do Largo de S. Domingos e das ruas circunvizinhas. No folheto, uma “esquina” (como se fosse um personagem) vem dizer que “hoje vejo-me sufocada com o peso enorme de notícias de quantos papéis se compõem e imprimem na capital” e outra “esquina” lamenta-se que “já durante o intruso governo francês sofremos à boca fechada que nos carregassem de proclamações, decretos, editais e boletins, qual deles mais injuriosos à honra e brio da nossa nação”, para outra “esquina” terminar esclarecendo que “suportei nesse tempo por muitas vezes mãos cheias de lama e de outras coisas piores que punham os papeis que mal se podiam ler”.³⁶⁶

Os periódicos que se publicavam em Lisboa, no período que coincide com a ocupação francesa, tinham uma tiragem modesta, dado o pequeno número de pessoas letradas interessadas em acompanhar os acontecimentos do dia a dia. Contudo, isto não significa que as notícias não circulassem entre uma parte da população da cidade que frequentava as casas de pasto, cafés ou bilhares, cujos donos, assinantes dos

³⁶⁵ CORREIA, Rita, “Invasões Francesas: o esgrimir das penas e os papéis incendiários”, Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, Lisboa, 1.ª Conferência da Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007, p. 2.

³⁶⁶ COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Conversação nocturna das esquinas do Rocio de Lisboa*, Lisboa, Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1812.

periódicos, os punham à disposição dos clientes, sendo muitas vezes lidos em voz alta para quem queria saber notícias.³⁶⁷

A preocupação francesa em garantir aquilo a que se poderá chamar hoje em dia “contra informação”, levou a que o exército napoleónico procurasse, em todas os territórios e nações que ocupava, assegurar o controlo da informação, isto é, da imprensa local, para efeitos propagandísticos.³⁶⁸ Foi isso que também viria a acontecer logo que o exército comandado por Junot entrou em Lisboa, com a imposição ao principal periódico da cidade, a *Gazeta de Lisboa*, de um severo controlo pelas autoridades francesas sob a autoridade de Lagarde.³⁶⁹ Apenas quatro dias após a entrada do exército francês, a 4 de Dezembro, a *Gazeta de Lisboa* foi obrigada a substituir as armas reais portuguesas que encabeçavam o periódico pela águia francesa. A partir daí o jornal, agora totalmente ao serviço das forças de ocupação, passou a publicar todo o tipo de notícias “fabricadas” sobre os sucessos da presença francesa no país, enaltecendo em particular a tranquilidade pública que se verificava em Lisboa, mas que era desmentida quase diariamente pelos conflitos permanentes entre a população e a soldadesca francesa, cuja arrogância e violência desagradava a todos. O facto de os acontecimentos que se podiam presenciar nas ruas desmentir o que era publicado na *Gazeta*, desvalorizou desde logo o seu conteúdo noticioso e levou a que o periódico passasse a gozar de “muito pouca credulidade pelo facciosismo e parcialidade do seu noticiário”.³⁷⁰

Entre o início de Abril de 1808 e finais de Agosto desse ano, a *Gazeta de Lisboa*, transformada, como vimos, no órgão informativo da causa napoleónica em Portugal,³⁷¹ publicava notícias falsas para iludir a população dos seus objectivos verdadeiros. Foi esse o caso da proclamação inserida no nº XX da *Gazeta* que dava nota da

³⁶⁷ CORREIA, Rita, “Invasões Francesas: o esgrimir das penas e os papéis incendiários”, Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, Lisboa, 1.ª Conferência da Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007, p. 4.

³⁶⁸ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, p. 175.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 171.

³⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 176.

³⁷¹ Napoleão tinha como prática tomar “posse” dos periódicos dos países conquistados e ocupados, como Tulard refere: “Napoléon entend y faire collaborer tous ces journaux de son Empire, voir tous ceux du continent. Cette ambition est, en quelque sort, institutionnalisée para l’interdiction, signifiée en 1807 aux publications locales, de ne pas reproduire d’autres nouvelles politiques que celles déjà insérées dans Le Moniteur”. TULARD, Jean, *Dictionnaire Napoléon*, Paris, Fayard, 2011, Tome II, p. 582.

tranquilidade que se vivia na cidade sob o governo das forças francesas, quando se sabia que eram quase diários os conflitos entre a tropa e a população. Disso mesmo é prova o que Acúrsio das Neves descreve na sua obra.

“Lagarde, que ao emprego de Intendente geral da polícia reunia o de conselheiro do governo, arvorou-se em redactor da Gazeta de Lisboa: ainda existem muitos dos originais escritos pela sua própria letra, e é admirável a fluidez com que os fazia. Muitas vezes estava com gente, e dando expedição a outros negócios; mas continuando sempre a escrever rapidamente, improvisava gazetas, e transmitia ao público o que a sua imaginação inventava. Causavam umas vezes riso, e outras indignação, as reflexões, e os coloridos, com que enfeitava e dispunha os factos, segundo convinha ao seu partido; não cessava de inspirar terror; mas o ridículo e a impostura manifestavam-se a cada passo”.³⁷²

Esta evidente mistificação da verdade, que foi sempre uma característica da *Gazeta de Lisboa*, rapidamente deu azo a que a população deixasse de se rever nas notícias do periódico e, pelo contrário, procurasse encontrar a verdade por outros meios que contrariassem as notícias ali propaladas. Assim se deu origem ao aparecimento de diversos periódicos que, a começar ainda no período da ocupação francesas de Lisboa, procuraram desmistificar a propaganda francesa com notícias, muitas vezes em tom jocoso, que transmitissem a realidade dos factos. A compreensão, por parte da população, sobre a verdadeira natureza da ocupação francesa e das intenções de Junot e dos seus oficiais, veiculada em parte por estes periódicos anti-franceses, contribuiu em muito para a consciencialização do povo de Lisboa e para a sua contribuição na expulsão dos franceses, ao manter a guarnição francesa da cidade em permanente estado de alerta, impedindo-a de ir reforçar as forças que procuravam sustentar a marcha dos ingleses na direcção da cidade. Ao longo do período das invasões, a propaganda anti-napoleónica, através quer da imprensa, quer das folhas e panfletos que circulavam por todo o país, foi decisiva para manter um clima hostil contra os franceses que culminaria na sua expulsão ou derrota. Tem de se reconhecer que esta propaganda ou contra-informação foi, em grande medida,

³⁷² NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomo II, p. 403.

resultado das acções que vinham sendo desenvolvidas na Grã-Bretanha contra a França napoleónica. Com efeito, são conhecidas as múltiplas “plaquetes” contendo gravuras com as respectivas legendas, em que são ridicularizados os franceses e, antes dos demais, o próprio Imperador, que circularam em Portugal e terão inspirado muitas das folhas e até periódicos publicados no país.

O ano de 1808 ficou marcado pela publicação de numerosos periódicos, todos eles saídos já após ter estalado no Norte do país a insurreição popular. Destaca-se a *Gazeta do Rocio*, cuja data não constava do cabeçalho mas que terá iniciado possivelmente a sua publicação a partir de Junho desse ano, num total de 14 números em 1808, mas continuando em 1809.³⁷³ O *Correio Braziliense ou armazem literário*, impresso em Londres a partir de Junho de 1808 por Hipólito José da Costa e que se manteve em publicação até 1822.³⁷⁴ Também o *Semanário Patriótico*, que começou a sair a partir de Julho de 1808, traduzido do periódico espanhol com o mesmo nome, tendo-se publicado até Setembro desse ano.³⁷⁵ E ainda a *Gazeta de Almada* que saiu entre Agosto e Dezembro de 1808, num total de 12 números manuscritos. Outro periódico que também se notabilizou pelos seus ataques virulentos contra os franceses foi *O Lagarde Português ou gazeta para depois de jantar*, cujos primeiros números apareceram em Novembro, após a retirada das tropas francesas do país, terminando logo em Dezembro seguinte.³⁷⁶ A este periódico sucedeu outro com o título de *O*

³⁷³ A *Gazeta do Rocio* apresentava no seu cabeçalho uma vinheta com uma águia de pernas para o ar – escarnecendo dessa forma da águia napoleónica – dizendo-se publicada “Com o privilégio do Desgoverno”. Alguns aspectos gráficos da apresentação da *Gazeta do Rocio* assemelham-se aos do *Lagarde Portuguez*, no que respeita, por exemplo, ao tipo de letra e composição do título e à própria apresentação dos textos. Por outro lado o tom jocoso das notícias é praticamente igual ao do outro periódico. Não foi possível confirmar a relação entre os dois títulos no que respeita aos redactores, editores e outros.

³⁷⁴ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, de seu nome completo, o redactor do *Correio Braziliense* nasceu na Colónia do Sacramento, no Brasil, filho de brasileiros, tendo feito os primeiros estudos em Porto Alegre e de seguida ido para Coimbra onde se tornou bacharel em Filosofia e doutor em leis. Hipólito José da Costa foi preso em Lisboa em 1802 acusado de pertencer à maçonaria, tendo escapado em 1805, muito possivelmente ajudado pelo duque de Sussex, irmão do soberano inglês que se encontrava em Lisboa nessa época e teve papel preponderante na reestruturação da maçonaria portuguesa, indo exilar-se em Inglaterra onde viveu até ao fim dos seus dias.

³⁷⁵ O fundador do *Semanário Patriótico* em 1808 foi o político e homem de letras espanhol Manuel José Quintana. O periódico começou por ser publicado primeiro em Madrid e depois em Cádiz, tendo passado depois a ser traduzido em português, para ser publicado semanalmente em Portugal. O periódico não apresentava nos seus exemplares a data da publicação, sendo no entanto certamente posterior a Agosto de 1808, como se entende por uma notícia que refere a data de 16 de Julho, inserida a páginas 39 do Número I, bem como pelas referências à rendição dos franceses.

³⁷⁶ Embora publicação anónima, sem apresentar o nome do seu redactor nos números do periódico, sabe-se por Inocêncio da Silva que o seu nome é Luiz de Sequeira Oliva e Sousa Cabral, O periódico saía

Telégrafo Português ou Gazeta para depois de Jantar, cujo primeiro número é de Dezembro desse ano e se publicou até ao número 105 no ano de 1814, tendo como redactor Luís de Sequeira Oliva.³⁷⁷ Resta fazer referência a mais dois periódicos mas estes publicados fora de Lisboa, um impresso no Porto a partir de Junho de 1808 até Janeiro de 1809 tendo como título *O Leal Portuguez* e outro publicado em Coimbra, a *Minerva Lusitana*, entre Julho de 1808 e Dezembro de 1809.

Como iremos ver, a característica dominante dos periódicos que começaram a sair a público no ano de 1808, durante ou imediatamente após a primeira invasão francesa, foi o seu pendor satírico, como era o caso da *Gazeta do Rocio*, da *Gazeta de Almada* ou de *O Lagarde Portuguez*. As únicas excepções a esta circunstância foram o *Observador Portuguez*, o *Semanario Patriotico* e o *Correio Braziliense*, de orientação mais política e noticiosa e, por isso, mais dirigidos para os estratos superiores da sociedade. Não é exequível, face à inexistência de elementos nas fontes consultadas, conhecer as tiragens dos periódicos referidos, nem o número de leitores de cada exemplar, embora saibamos que a sua divulgação excedia certamente a tiragem de cada um deles, dado a sua leitura ser disponibilizada, como vimos acima, nos cafés e casas de pasto da cidade.

O primeiro dos novos periódicos a aparecer em Lisboa, na fase em que já eram notórias as dificuldades dos franceses em manter o seu domínio no país, foi a *Gazeta do Rocio*, cujo nome se inspirava claramente no local da cidade mais emblemático na luta contra a presença das forças napoleónicas. Tendo como redactor António Maria do Couto, o periódico glosava a *Gazeta de Lisboa*, aproveitando para desmistificar as notícias que aquele inseria, até no próprio cabeçalho que era encimado por uma águia de pernas para o ar, junto com o indicativo jocoso “Com Privilégio do Desgoverno”, em substituição do habitual “Com Privilégio Real”.³⁷⁸ O noticiário anti-francês relatava

duas vezes por semana, às Segundas e Quintas e era constituído habitualmente por apenas duas folhas (quatro páginas) sendo vendido directamente em algumas lojas de Lisboa ou entregue em casa dos seus assinantes. O periódico tinha como título o nome do Intendente da Polícia Lagarde, troçando deste modo de quem durante a ocupação francesa se ocupava pessoalmente das notícias que iam sendo publicadas na *Gazeta de Lisboa*, tornado órgão oficioso do governo francês.

³⁷⁷ Os números 26 a 48 saíram com o título *Telegrafo portuguez, ou gazeta anti-franceza*.

³⁷⁸ Embora o nome do redactor não venha indicado no corpo do jornal, Tengarrinha aponta como sendo seu responsável António Maria do Couto, professor de Grego e autor de variadíssimos folhetos publicados durante as Invasões Francesas. Inocêncio da Silva também confirma o seu nome no Dicionário Bibliográfico. TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*,

acontecimentos, por vezes ficcionados, que contribuíssem para ridicularizar a presença francesa, tendo na sua origem factos retirados da situação das forças francesas em Espanha ou das notícias vindas da Europa napoleónica que se tivessem saldado por fracassos ou derrotas.³⁷⁹ Outro dos periódicos que circulavam na cidade de Lisboa, incitando a população, designadamente os militares e funcionários do governo, a reagir e a revoltarem-se contra o invasor, começado a publicar-se ainda no tempo dos franceses, foi a *Gazeta de Almada*, que circulava manuscrito em pequenas tiragens, cujo primeiro número é de 25 de Agosto de 1808, publicando-se até 6 de Dezembro de 1808, tendo como redactor José Anastácio Falcão.³⁸⁰ O periódico seguia a linha da *Gazeta do Rocio*, procurando igualmente ridicularizar os franceses, através de comentários zombeteiros que desmentiam as notícias que eram dadas pela *Gazeta de Lisboa*.³⁸¹

Foram estes os únicos periódicos que viram a luz do dia ainda durante a ocupação francesa, já que os seguintes começaram a ser publicados já após a Convenção de Sintra, embora ainda em 1808, e tendo como proposta o comentário e a análise dos acontecimentos vividos em Lisboa durante os últimos meses desse ano, como é o caso de *O Lagarde Português*, a que se seguiu do mesmo redactor, Luiz de Sequeira Oliva, *O Telégrafo Portuguez*.³⁸² Existe ainda um último periódico no ano de 1808, o *Mentor da Moda ou Educação à Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos Dias*, com apenas dois números, tendo como autor António Manuel Policarpo da Silva, que utiliza o mesmo tom galhofeiro dos anteriores periódicos para, sob a forma de diálogo, mostrar a sua aversão aos franceses.³⁸³ Só em 1809 se irão encontrar finalmente jornais já com claras preocupações de natureza política, tendo como orientação a transmissão de

Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, p. 160; SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Coimbra, Na Imprensa Nacional, 1858, T. (I-198), (VIII-244).

³⁷⁹ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, pp. 160-161.

³⁸⁰ Inocêncio da Silva confirma, no seu Dicionário Bibliográfico, o nome de José Anastácio Falcão como redactor da *Gazeta de Almada*.

³⁸¹ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, p. 161.

³⁸² *Idem, ibidem*, pp. 162-163.

³⁸³ *Idem, ibidem*, p. 164.

notícias sobre os acontecimentos mais notáveis verificados no país e no estrangeiro, com redactores que viriam a ser os verdadeiros pioneiros da imprensa portuguesa.³⁸⁴

O facto de não ser possível aos periódicos portugueses contarem com correspondentes no estrangeiro fez com que, ainda em 1808, começassem a circular em Lisboa periódicos estrangeiros, designadamente espanhóis, traduzidos ou mesmo na língua original, que iam preenchendo a “curiosidade pública pelos acontecimentos militares e políticos da Europa em que Portugal se encontrava também directamente envolvido”.³⁸⁵ Entre esses periódicos encontrava-se o *Semanário Patriótico*, traduzido do espanhol, que começou a publicar-se em Portugal em Julho de 1808, num total de 12 números.³⁸⁶ À semelhança do original, o periódico constava de duas partes, uma noticiosa de carácter político e outra literária. O noticiário tinha origem noutros jornais espanhóis e ingleses, relatando acontecimentos de Espanha ou da Europa napoleónica. Desta forma, os leitores portugueses podiam seguir o que se passava em Espanha, neste período particularmente efervescente da luta contra a presença francesa, tomando conhecimento das medidas que iam sendo tomadas pelas autoridades locais. A parte literária continha informação sobre livros publicados, quer espanhóis quer de outras nacionalidades, além de informações de carácter geral relacionadas com as artes e a cultura.³⁸⁷ Mas não eram apenas os jornais espanhóis de carácter periódico que circulavam em Lisboa, dado que também se podiam encontrar numerosas folhas impressas avulsas, traduzidas de periódicos estrangeiros.³⁸⁸

³⁸⁴ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, p. 164.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 169.

³⁸⁶ O fundador do *Semanário Patriótico* em 1808 foi o político e homem de letras espanhol Manuel José Quintana. O periódico começou por ser publicado em Madrid e depois em Cádiz. A publicação em português, sem indicação de data, foi certamente anterior a Julho de 1808, como se entende por uma notícia que refere a data de 16 de Julho, inserida a páginas 39 do Número I, bem como as referências à rendição dos franceses. Segundo Alfredo da Cunha, terá tido como tradutor para português, Tomás Ferreira de Castro, embora o Dicionário Bibliográfico não refira o seu nome.

³⁸⁷ TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013, p. 170.

³⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 171.

1. Periódicos

A imprensa portuguesa neste período crítico para o país, ocupado e dominado por forças estrangeiras, caracterizou-se pelo número diminuto dos títulos publicados, mesmo esses de curta duração, a que acrescia a reduzida tiragem, por força da baixa literacia da sociedade portuguesa.³⁸⁹ Com excepção da *Gazeta de Lisboa* e do *Correio Braziliense*, mais nenhum dos periódicos que viram a luz do dia durante a ocupação de Lisboa pelas tropas de Junot, ultrapassou os cinco meses de publicação. Deve ser dito, no entanto, que durante este período de nove meses, com a população em convulsão perante a presença do exército francês, a imprensa em Portugal começou finalmente a mudar a percepção quanto ao seu papel na sociedade, concedendo cada vez maior importância aos temas de interesse nacional, voltando-se para o debate de ideias e para a análise dos acontecimentos em curso no país. A imprensa entrava assim no caminho da informação, através da difusão de notícias de carácter político e social.

Como vimos antes, a *Gazeta de Lisboa* começou a ser publicada ainda no início do século XVIII, sob um lema saído directamente do Iluminismo, propondo-se levar aos leitores a “*História Anual Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa*”, frase que encimava a primeira folha do periódico. Era pois intenção dos seus redactores publicar no periódico notícias provenientes de países estrangeiros, a par de notícias do Reino, o que rapidamente fez dele o periódico oficial do governo da altura. A *Gazeta* foi dirigida, a partir do seu lançamento, por José Freire de Monterroio Mascarenhas, que se manteve durante 45 anos como seu redactor, até à sua morte em 1760. Assumiram depois a sua redacção, até finais de 1808, sucessivamente, Correia Garção, Félix António Castrioto, Frei Fortunato de S. Boaventura, José Agostinho Macedo, Pierre Lagarde, este no período da ocupação de Lisboa pelo exército francês e Francisco Soares Franco, já após a saída dos franceses de Portugal. Durante a sua existência, o periódico passou por algumas alterações de nome e de conteúdo e por vicissitudes várias entre a sua fundação e 1820, ano em que suspendeu a publicação. Os factos mais importantes da sua longa vida de um século terão sido a proibição a que foi sujeita pelo Marquês de Pombal entre 1762 e 1777 e a sua utilização pelas autoridades francesas de ocupação durante a primeira invasão.

³⁸⁹ Falamos de apenas 6 títulos existentes no período entre Junho e Agosto de 1808.

A *Gazeta de Lisboa* era “o mais divulgado órgão de leitura política”, tendo como conteúdo informações sobre as guerras em curso na Europa e sobre as cortes onde essas guerras eram concebidas e comandadas.³⁹⁰ Para esse efeito, a *Gazeta* publicava notícias com origem noutros periódicos estrangeiros, predominantemente europeus, ou com proveniência em materiais impressos que circulassem nas principais capitais europeias, já que não possuía correspondentes nessas cidades. Nos inícios do século XIX, podem encontrar-se notícias com origem nas capitais de países tão diversos como a Rússia, a Turquia, a Alemanha, a Saxónia ou a Itália, só para mencionar alguns. A publicação da *Gazeta* passava assim por um conjunto de fases que exigiam uma diversidade de meios, que iam desde o recebimento dos jornais estrangeiros, passando pela selecção e tradução das notícias, até à redacção e posterior composição das notícias para a impressão. Além das notícias do estrangeiro, a *Gazeta* publicava igualmente notícias locais, dando especial relevo aos acontecimentos relacionados com a corte ou com a nobreza. Faziam ainda parte do noticiário da *Gazeta* informações sobre a edição e venda de livros em Portugal ou mesmo no estrangeiro. Vale a pena lembrar a finalizar a importância no periódico da secção de *Avisos*, feitos geralmente a pedido dos leitores, relativos a assuntos tão diversos como a venda de imóveis ou a oferta de aulas particulares para jovens.

Durante a ocupação de Portugal pelas tropas napoleónicas na primeira invasão, Junot usou prodigamente o periódico para fazer propaganda junto dos portugueses, com vista a apaziguar o descontentamento do povo de Lisboa perante os desmandos das tropas, preocupando-se por outro lado em enaltecer a “protecção” que os franceses vinham oferecer ao país. No seu número de 14 de Novembro de 1807, apenas duas semanas antes da entrada do exército francês em Lisboa, a *Gazeta* noticiava que “Partiu hoje daquele reino (Espanha) o general em chefe (Junot), com todo o seu Estado Maior”³⁹¹ No primeiro dia de Dezembro de 1807 ainda era publicado no periódico um decreto do Príncipe Regente que seria o último documento oficial da Coroa, mas a partir do número 6 de 9 de Fevereiro, o jornal deixou de apresentar no seu cabeçalho as armas reais portuguesas, passando a publicar apenas

³⁹⁰ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 160.

³⁹¹ *Gazeta de Lisboa*, Nº XLV, 14 de Novembro de 1807, Segundo Suplemento.

os decretos de Junot, editais ou notícias por ele autorizadas.³⁹² Por essa altura, já era o Intendente Geral da Polícia Lagarde quem dirigia a *Gazeta*, publicando as notícias que melhor se adequavam aos interesses franceses, tendo por missão publicar todo o expediente militar e civil do governo francês, colocando-se, deste modo, ao serviço das forças invasoras no que respeitava até às notícias que interessavam ao comércio ou a outras actividades da cidade.

No dia seguinte à largada definitiva da armada que conduzia a corte para o Brasil, a 1 de Dezembro de 1807, a *Gazeta de Lisboa* publicou um decreto do Príncipe Regente, o último que o periódico iria inserir da responsabilidade do governo legítimo do país, porque, logo em 8 de Dezembro, começou a publicar os decretos e demais notificações do general em chefe Junot. Estava assim consumada a intenção de fazer deste periódico o jornal oficial do governo francês, que passava a “noticiar a ocupação francesa como um facto normal, publicando sucessivas ordens do dia ou decretos assinados por Junot como expediente político, diplomático e militar rotineiro”.³⁹³ A *Gazeta de Lisboa* passou a estar ao serviço do invasor francês que dispunha dela para dar notícia da sua governação à população, inserindo editais e decretos que procuravam manter a tranquilidade e a ordem na cidade.³⁹⁴

As notícias mais importantes que a *Gazeta* transmitia acabavam por ser aquelas que interessavam predominantemente aos ocupantes franceses, como a notícia que informava a população de que a Regência nomeada pelo Príncipe Regente antes da sua partida para o Brasil tinha sido dissolvida por ordem de Junot, em nome do Imperador, ou outra que noticiava que a Casa de Bragança tinha deixado de governar em Portugal. Outras notícias veiculadas pelo jornal neste período anunciavam, por exemplo, que

³⁹² A *Gazeta de Lisboa*, durante o período da ocupação francesa, publicou dezenas de decretos e editais de Junot, a começar na sua edição de 4 de Dezembro, em que no Suplemento é publicado o edital com que Junot se apresentava à população de Lisboa. Nos números de 29 de Dezembro de 1807 e 9 de Janeiro de 1808 a *Gazeta de Lisboa* incluiu os editais dos comandantes dos corpos de exército espanhol que vinham em reforço do exército francês, respectivamente o general D. Francisco de Taranco e Lhano, na cidade do Porto, dirigida a todos os habitantes de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e de D. Francisco Maria Solano, (Marquez del Socorro), general em chefe do Exército da Província do Alentejo e Reino dos Algarves.

³⁹³ À semelhança do que se passava com os periódicos locais, nos diversos territórios ocupados pelo exército napoleónico. LIMA, Péricles Pedrosa, *A corte no Brasil e os periódicos portugueses: 1808-1821*, Tese de doutoramento, Repositório da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2013, p. 58.

³⁹⁴ LIMA, Péricles Pedrosa, *A corte no Brasil e os periódicos portugueses: 1808-1821*, Tese de doutoramento, Repositório da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2013, p. 58.

Napoleão tinha concedido a Junot o título de duque de Abrantes, que todos os regimentos de milícia tinham sido licenciados – como parte da política de desmembramento do exército português – ou que Junot tinha participado, juntamente com as autoridades eclesiásticas e civis de Lisboa, nas celebrações da Semana Santa. Todas estas notícias tinham como finalidade, na óptica do governo de ocupação, dar a entender à população de Lisboa que a cidade vivia em perfeita harmonia e tranquilidade, sem quaisquer rumores dos confrontos frequentes entre a população e os invasores. Também mereceu uma extensa notícia na *Gazeta* a recepção de Napoleão à delegação portuguesa que tinha ido a Baiona apresentar-lhe cumprimentos. A notícia punha em evidência que esta delegação era constituída pelos mais altos membros da aristocracia e da administração portuguesa, dando, deste modo, a entender à população a falta de razão da sua animosidade contra os franceses.

Em Maio a *Gazeta* voltou a noticiar a calma e a tranquilidade em Lisboa e, na edição seguinte, publicou a carta dos deputados que tinham sido enviados a Baiona, com o título de “Memória da Delegação Portuguesa”, que tecia fortes encómios a Napoleão, enaltecendo a sua bondade e sabedoria. Esta “Memória” acabou por ser ainda objecto de várias outras utilizações propagandísticas, desde a sua afixação por ordem de Junot por todo o reino, até à referência a manifestações de júbilo da população que era obrigada a ouvi-la ler durante a missa. No mês seguinte a *Gazeta* incluiu uma proclamação de Junot a alertar a população sobre o sentido das movimentações insurreccionais no Norte que teriam como objectivo desmembrar o país, acusando os espanhóis dessa intenção, deixando contudo a mensagem de que continuaria a proteger o povo português, não permitindo que nada de mal acontecesse ao país. Com o alastramento da revolta contra os franceses, do Norte de Espanha para o Norte de Portugal, o órgão oficial iniciou uma campanha de apaziguamento da população portuguesa, oferecendo garantias de que a iria proteger com o seu exército. Continuaram durante aquele mês, através dos editais que iam sendo publicados na *Gazeta*, os alertas do general em chefe para o risco de invasão espanhola, com o consequente desmembramento do país pela Espanha e a sua integração como província espanhola.

No final de Junho, as notícias da *Gazeta* começaram a trazer informações sobre as movimentações no Norte do país, com alertas de Junot contra as “manobras” dos espanhóis, garantindo, uma vez mais, que a França iria continuar a defender Portugal da cobiça espanhola. A partir daqui, a preocupação do periódico foi sempre no sentido de acalmar a população, avisando-a sobre o risco de se verificarem desordens que obrigassem à intervenção do exército, culminando com a publicação do edital de Junot em que este se dirigia directamente ao povo exclamando: “Que delírio é o vosso? Em que abismo de males quereis vós ficar sepultados?”. A *Gazeta* ainda publicou em meados de Agosto uma notícia que dava conta da saída de Junot de Lisboa à frente do exército francês que ia ao encontro dos ingleses, mas esta foi uma das últimas notícias sob a tutela francesa. A 16 de Setembro de 1808, a *Gazeta de Lisboa* tornou a ostentar no cabeçalho as armas reais de Portugal, voltando a ser o órgão oficial do governo português.

Acúrsio das Neves teve oportunidade de reflectir sobre o papel dos periódicos e dos impressos pró-franceses em Portugal, durante a primeira invasão de Junot, debruçando-se designadamente sobre a *Gazeta de Lisboa*, transformada em jornal oficial do ocupante francês. No seu *Manifesto da Razão*, Acúrsio das Neves não deixa de ir directo à questão da propaganda francesa conduzida pela *Gazeta*, denunciando o objectivo principal dos seus redactores em procurar “intoxicar” a opinião pública, deturpando os acontecimentos para os colocar ao serviço da propaganda francesa. Diz o autor da primeira história das Invasões Francesas:

“O bloqueio dos nossos portos, outra consequência da invasão francesa, e as grandíssimas extorsões a título de licenças para as saídas dos navios [...] trouxeram consigo privações imensas, e principalmente a do pão, primeira base do sustento dos povos; e quando mais se experimentavam faltas tão sensíveis, Junot e Lagarde publicavam em nome do gazeteiro de Lisboa grandes abundâncias de todos os géneros por preços cómodos e anunciavam esta cidade devastada como uma habitação de delícias.”

“Pobre gazeteiro, a quantas imposturas, a quantas velhacadas não fizeram aqueles monstros prestar o teu nome! Quantas vezes te não obrigaram eles a dizer o contrário do que pensavas e do que vias? Quantas injúrias não vomitaram pela tua boca contra o nosso amabilíssimo Príncipe e o seu Conselho? Quantas

vezes não suprimiram as próprias gazetas que tinham formado, para em outras de novo formarem novas tramas? E com que desaforo o não faziam? Não chegaram eles a mandar suprimir e suplantar por outra a de 17 de Julho deste ano de 1808, depois de publicada, vendida e distribuída pelos assinantes? E para quê? Para mentirem à-vontade sobre os públicos sucessos acontecidos no centro da Capital à hora do meio-dia, na Procissão do Corpo de Deus, para taparem os olhos do Povo de Lisboa e enganarem o resto da Nação. Quando te faziam copiar, adicionar e variar de mil maneiras as mentiras do Monitor e do Diário do Império, aumentar e diminuir cifras, publicar revoluções na Inglaterra, perdas de esquadras e quanto lhes fazia conta, não conhecias tu a falsidade e o fim fraudulento de semelhantes contos. [...] Quando tantas vezes te fizeram repetir os evidentes testemunhos de amor e afecto que todo o Povo de Lisboa professava ao nosso Governo, e ao intruso Governador de Portugal, não presenciavas tu que Governo e Governador eram geralmente olhados com a execração que merecem as suas máximas tirânicas; que toda a indústria e todas as manhas de Junot não puderam ainda procurar-lhe um sinal de alegria da parte do Povo Português? Quando te faziam preconizar tantos bens e tantas vantagens aos povos que viviam debaixo de tal governo, deixavas tu de presenciar o abatimento, a opressão, a miséria de todo o Portugal, e especialmente da própria Lisboa, onde se publicavam tais imposturas? Não sabias que todo o Norte de Portugal e todo o Algarve estavam em armas, para sacudir o jugo da tirania, quando ainda te faziam dizer que todo o Reino estava tranquilo? [...] Não conhecias a inverosimilhança, a incoerência e o ridículo de imposturas tão grosseiras?”

“O usurpador francês, para destruir monarquias e roubar nações aliadas serve-se das intrigas, dos enganos, das compras, das gazetas e de quantas baixezas lhe ministra a sua imaginação fecunda”.³⁹⁵

Referiu-se acima o nome de outro periódico que se começou a publicar em 1808, a *Gazeta do Rocio*, cujo título completo era, efectivamente, *Collecção das*

³⁹⁵ NEVES, José Acúrsio das, “Manifesto da Razão contra as usurpações francesas. Oferecido à Nação Portuguesa. Aos Soberanos e aos Povos” [1808], in *Obras Completas de José Acúrsio das Neves, “Escritos Patrióticos/Entretenimentos Cosmológicos, Geográficos e Históricos”*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. 5, pp. 23-24.

Celebres Gazetas do Rocio, que para seu desenfado compôz certo patusca, o qual andava à pesca de todas as imposturas, que o intruso Ministerio Francez fazia imprimir no Diario Portuguez. Deste periódico saíram 21 números, sem datas de publicação, divididos em três Partes, sendo a última já publicada em 1809.³⁹⁶ O carácter jocoso do periódico esteve sempre patente desde o primeiro número, em que se dá conta da retirada do general francês Maurin, comandante das tropas francesas no Algarve, dizendo dele que, na sequência da insurreição que ali tivera lugar, apanhou “algumas lambadas”, tendo o seu exército sido “corrido a pau segundo o costume camponês”.

Esta veia zombeteira irá manter-se em todos os números, utilizando sempre, como objecto de troça, as personagens francesas mais conhecidas dos portugueses, desde o comandante em chefe Junot a alguns dos seus generais. Num dos textos, em forma de edital, ridicularizavam-se declarações feitas pelo duque de Abrantes, apelando o periódico, de modo irónico, a que se deixassem em sossego as localidades que maltratassem os soldados franceses.³⁹⁷ Num outro texto, a propósito de uma operação conduzida pela tropa francesa em Peso da Régua, o redactor inverteu os papéis entre militares franceses e insurrectos portugueses, ironizando com o facto de em Celorico os franceses terem tido a “consolação de só ter duzentos homens mortos a cajado”.³⁹⁸ Noutros números ainda, fazia-se um aviso para quem “quiser arrematar todo o coiro, e sebo dos Franceses vá dar o seu lanço ao campo do Vimeiro”, ou que “de Inglaterra acaba de chegar uma Deputação numerosa de mais de 30 mil homens: crê-se que vêm implorar a clemência dos Vencedores da Europa” ou, finalmente, o relato do incidente com o general Loison em Mesão Frio, quando as suas tropas perderam as bagagens ao serem atacadas por populares e, no meio delas, se veio a encontrar a farda do general.³⁹⁹

Num dos números seguintes, o redactor abandonou por momentos a sua veia sarcástica para lamentar que a cidade de Lisboa, desde a sua ocupação pelo exército napoleónico, se apresentasse tão triste aos olhos de todos, porque “os dias são baços, os sinos não tangem, os homens andam convertidos, as mulheres compungidas, os

³⁹⁶ A data de publicação do primeiro número não pode ser anterior a Junho, por uma das notícias do periódico dizer respeito a um acontecimento verificado no Algarve em meados daquele mês.

³⁹⁷ *Collecção das Celebres Gazetas do Rocio, ...*, Lisboa, Na Typographia Lacerdina, 1808 (Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço), Número 3.

³⁹⁸ *Idem*, Número 4.

³⁹⁹ *Idem*, Números 5, 7 e 12.

elementos em desordem [...] dizem muitos velhos que esta cena não é inteiramente nova, pois que Lisboa oferece o mesmo teatro lastimoso que viu no ano de 1755, por efeito de um terramoto, com a diferença que aquele foi físico, e este é moral”.⁴⁰⁰

Outro periódico que viu a luz do dia durante o ano de 1808 foi o *Observador Portuguez Historico e Politico de Lisboa*, cujo sugestivo nome se aplica, neste caso, a um repositório de observações que o redactor ia transcrevendo sobre os factos que presenciava ou de que tomava conhecimento ao longo do tempo.⁴⁰¹ O periódico foi publicado sem nome de autor mas, segundo o *Dicionário Bibliográfico*, terá sido seu redactor Benevenuto António Caetano Campos, embora também apareça por vezes mencionado, como seu autor, Estevão Brocard, que foi quem mandou imprimir a obra, conforme se encontra registado na Imprensa Nacional. Inocêncio da Silva diz da obra que os acontecimentos ali relatados parecem ser exactos, e estão em concordância com os relatos do general Foy, que certamente o terá utilizado para a sua obra *Histoire de la guerre de l’Espagne e du Portugal*.⁴⁰²

Relativamente a este periódico, tem de se reconhecer que, embora tenha tido a sua publicação dividida ao longo de três meses, apresentando-se sob a forma de folheto, como refere o autor na nota introdutória, não se trata apenas de um periódico, mas antes de um “diário” que acompanha quase dia a dia os acontecimentos relevantes acontecidos em Lisboa, desde a entrada dos franceses em 30 de Novembro de 1807, até à sua saída a 15 de Setembro. Juntamente com a Obra de Acúrsio das Neves, Frei Joaquim Soares e Frei António Pacheco, este *Observador Português* é um dos relatos coevos, e dos mais fidedignos, dos acontecimentos que tiveram lugar durante a primeira Invasão Francesa, mesmo se tivermos em conta os possíveis “desvios” que sempre se verificam com a proximidade do autor aos acontecimentos e a circunstância de ser parte interessada neles. O periódico tomou depois a forma de um grosso volume de mais de quinhentas páginas, onde estão contidos os acontecimentos observados pelo redactor durante esse período de mais

⁴⁰⁰ *Collecção das Celebres Gazetas do Rocio, ...*, Lisboa, Na Typographia Lacerdina, 1808 (Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço), Número 13.

⁴⁰¹ O título completo do periódico é *Observador Portuguez Historico, e Politico de Lisboa, Desde o Dia 27 de Novembro do Anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos Francezes neste Reino, até o dia 15 de Setembro de 1808, em que foram expulsos, etc.*

⁴⁰² SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Coimbra, 1858, (T. VI p. 319).

de nove meses, que os transcreve indicando a respectiva data, tornando assim a obra particularmente valiosa como fonte para a investigação deste período da história portuguesa. O *Observador Portuguez* foi continuado pelo *Diário Lisbonense* que se publicou entre 1809 e 1810, sendo atribuído ao mesmo autor.

O redactor do periódico começa por assumir no primeiro “folheto” que não pensava publicar este trabalho, mas considerou-o útil por assim permitir ao público conhecer os factos que se verificaram durante a invasão francesa de 1807-1808, ficando os leitores portugueses na posse de informações que poderão servir no futuro para a nação se proteger contra as agressões dos inimigos da pátria.⁴⁰³ Esta é a razão por que o *Observador Portuguez*, ao invés dos seus congéneres, se apresenta com uma aura de seriedade, valorizando acima de tudo o noticiário, mas não enjeitando a crítica e o comentário político que, muitas vezes, acompanha o relato dos acontecimentos, extraíndo deles ensinamentos para o futuro do país. Como acontecia com toda a imprensa da época, o objecto da crítica do redactor do *Observador* era o ocupante francês que merecia todo o tipo de comentários críticos, referindo-se ao exército invasor como “tiranos com capa de protectores”, que chegavam como “benfeitores mas se comportavam como carrascos”, ou mencionando a população que “sofia ao ver que os conventos eram transformados em quartéis”.

O sofrimento e a revolta da população esteve sempre presente entre as preocupações do redactor do *Observador Portuguez*, que nunca deixou de dar testemunho disso, referindo-se por exemplo a episódios em que o povo começou “a atirar pedras e paus contra os postos de sentinela” franceses, ou quando “com armas brancas, arremeteram contra os soldados”, ou ainda à “revolta que só parou com os disparos das armas dos soldados franceses”. O clima de pré-insurreição da cidade é relatado quando se viu “muito povo a atacar os soldados franceses” ou quando “os tumultos se mantiveram até à noite, com muito povo armado de paus, pedras e facas”. Há também relatos dos confrontos com os militares franceses numa “desordem no bairro da Mouraria, entre um soldado português da Guarda Real da Polícia e três soldados franceses, de que resultou ter sido morto o soldado da Polícia” e que “um português matou um soldado francês e feriu outro durante uma alteração na Ribeira

⁴⁰³ *Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1809. Com licença, p. 5.

Velha”, ou quando, devido a um desacato, “todas as baiucas, tabernas e casas de pasto das referidas ruas foram mandadas fechar”. Mas a população também sofria com as prepotências dos franceses, como “o dono da casa de bebidas que não recebeu o pagamento devido” e quando as “lojas dos sapateiros e dos fanqueiros da cidade foram obrigadas pela violência a disponibilizar todo o calçado e cobertores e panos de linho que tinham nos seus respectivos estabelecimentos para fornecer o exército francês”. As difíceis circunstâncias em que vivia a população da cidade foram objecto de referência, com relatos sobre “comerciantes e outros, que põem fim à vida por dificuldades financeiras ou outras, sempre resultantes das desgraças que a ocupação francesa causa à população de Lisboa” e, por isso, muitos habitantes “fugiam da cidade em navios sob bandeira neutra e dirigiam-se para o Brasil”. O periódico também dava conta da falta de meios de subsistência que afectava uma parte da população, que a administração francesa tinha despedido “sem direito a nenhum benefício, o que veio aumentar o número de funcionários régios que, não dispondo de qualquer rendimento, estavam reduzidos à miséria mais extrema”, enquanto eram passados “à situação de reforma a maior parte dos funcionários das contadorias com uma pequena pensão”

Apesar desta preocupação em dar conhecimento, com algum detalhe, dos movimentos de revolta da população, é interessante verificar que o redactor do *Observador Portuguez*, ao relatar, nos seus textos, episódios da confrontação entre a população e os militares franceses, manifesta alguma reserva quanto a estes movimentos populares espontâneos, chegando a elogiar a Guarda Real da Policia que, na sua actividade de patrulhamento das ruas, impedia que as manifestações populares tivessem continuidade. Nas palavras do autor, este papel repressivo da polícia tinha o efeito de “restituir à cidade o sossego e pôr a coberto os seus honrados moradores de tumultos arbitrários sem ordem, tendo por chefe a confusão”. Embora esta opinião possa mostrar bom senso por parte do redactor, dado o previsível resultado inconsequente da insurreição, face às circunstâncias existentes na cidade, totalmente controlada por um forte dispositivo militar, o autor não deixa de, desta forma,

manifestar algum menosprezo pelos que ousavam revoltar-se contra os odiados invasores franceses.⁴⁰⁴

O testemunho sobre o comportamento impiedoso dos chefes militares, e do próprio exército francês em geral, é também relatado pelo autor do *Observador Portuguez*, ao referir-se aos “abusos dos oficiais franceses” sobre os “proprietários das casas onde se encontravam hospedados”, à crueldade que levou a que a “tropa francesa tivesse disparado contra a igreja”, à proibição da realização da “habitual missa na véspera de Natal, de modo a que não pudesse haver ajuntamento de povo”, ficando “as igrejas fechadas neste dia até ao amanhecer”. Mas, por outro lado, o redactor não deixa de dar a conhecer como os estratos superiores da população portuguesa convivia com o invasor francês, dando testemunho de portugueses que, fascinados pelos convites para “banquetes e bailes e as promessas de protecção, auxilio e felicidade”, acompanhavam o general Junot nas suas festas, apreciando tanto esses “convites que não se inibem de confraternizar com os ocupantes do seu próprio país”, nos passeios à quinta real do Ramalhão, nas ceias no Teatro de S. Carlos ou nos almoços a bordo dos navios ancorados no Tejo. Diz por fim o redactor que havia sempre “muitas personalidades portuguesas, civis e militares de Lisboa, que não perdiam a oportunidade de lisonjear os inimigos da nação”. As últimas notícias do *Observador* diziam já respeito à situação de sublevação no Norte do país, que vieram fazer “esmorecer os Franceses, e reanimar os moradores de Lisboa, e suas vizinhanças”.⁴⁰⁵ O periódico informava por último que, embora Junot já estivesse a par da situação de guerra em que se encontrava o país, designadamente que o exército inglês já estava acantonado perto das Caldas da Rainha, continuava com “o seu génio ligeiro” a divertir-se com bailes e ceias, como a que tinha organizado para comemorar o aniversário do Imperador. Nessa noite, no entanto, a festa não chegou ao fim porque Junot foi obrigado a sair “repentinamente com a chegada de um correio, enviado pelo general Delaborde”, deslocando-se para Vila Franca com o seu Estado-Maior.⁴⁰⁶

O *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, publicado em Londres em Junho de 1808, mas lido em Portugal, tinha uma periodicidade mensal e apresentava-se em

⁴⁰⁴ *Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1809. Com licença, p. 42.

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 308.

⁴⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 406.

cadernos com um elevado número de páginas que podiam chegar a mais de duas centenas. Foi seu editor e redactor Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, um bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, nascido no Brasil que, tendo aderido à maçonaria e sido preso por esse motivo, acabou por se refugiar em Londres. Hipólito da Costa, personalidade com uma concepção iluminista do conhecimento, estabeleceu logo na introdução ao primeiro número do periódico quais os objectivos que iriam nortear o jornal, assumindo que, além das notícias políticas, literárias e da sociedade, pretendia dar uma atenção especial aos últimos avanços na área das ciências e das artes. O domínio da língua inglesa e as boas relações que mantinha com diversos membros da maçonaria inglesa, permitiam-lhe recorrer a uma panóplia da abundante imprensa britânica, designadamente dos periódicos generalistas de grande divulgação.

Mais do que um jornal noticioso *O Correio Braziliense* era, acima de tudo, uma publicação de carácter doutrinário, tendo a publicação do seu primeiro número coincidido, como se viu, com o início das revoltas do Norte de Portugal contra o domínio francês. O periódico era impresso em Londres onde o seu director, Hipólito da Costa, fugido de Portugal acusado de jacobino, escrevia todos os textos que, por sua vez, se encontravam divididos em secções com os títulos de “Política”, “Comércio e Artes”, “Literatura e Ciências”, “Miscelânea” e “Correspondência”, embora os principais assuntos tratados se encontrassem nas secções de “Política” e, principalmente, “Miscelânea”, correspondendo a quase metade de todo o periódico. Na introdução que escreveu no primeiro número, Hipólito da Costa estabelecia um objectivo e um programa de trabalho para o seu jornal, consubstanciado na afirmação de que “Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro” E a finalizar a introdução dizia por que se propunha encetar estes trabalhos: “Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos políticos, civis, e literários da Europa, empreendi este projecto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico”, declarando ser seu único desejo “acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as

minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus”.⁴⁰⁷

Para além dos textos programáticos do seu autor, o periódico preocupava-se em dar notícias da Europa, especialmente de Espanha, procurando traçar o que de importante se ia passando nos diferentes países, extraindo daí orientações para o futuro de Portugal. Outra das preocupações do periódico era reproduzir fielmente todos os decretos e editais que iam sendo produzidos pelo governo francês do general Junot, transcrevendo os documentos oficiais relativos a Portugal e Espanha, emitidos desde a entrada das tropas francesas nos dois países. A propósito da deputação portuguesa enviada a Napoleão a pedir um rei para Portugal, Hipólito da Costa produziu um texto de grande acutilância, questionando “porque se chamam Deputados aqueles Portugueses, que foram a Baiona? E se são Deputados; quem os deputou, quem os mandou lá?”, e como podiam ter ido “requerer cousa alguma a bem dos Portugueses, e muito menos têm eles poder de dispor da forma do Governo da Nação; direito inalienável, que pertence exclusivamente ao Povo em comum [...] Ninguém pode duvidar, que a forma de Governo, em Portugal, foi estabelecida pelo Povo em cortes”.⁴⁰⁸

O *Semanario Patriotico* que se publicou em Lisboa em meados de 1808, foi um periódico traduzido da publicação espanhola com o mesmo nome, que se caracterizava por uma orientação mais noticiosa que política, apesar de lhe estar subjacente o ódio aos franceses. Logo no primeiro número, o periódico refere a aliança entre os dois povos ibéricos e a Grã-Bretanha, para a expulsão dos franceses da Península, anotando o facto de o general Junot ter passado pela vergonha de se ter sujeitado a render-se a um almirante inglês, depois de ter despojado Portugal das suas riquezas.⁴⁰⁹ A ideia transmitida pelo periódico de que os franceses eram homens impiedosos, e por isso indignos de qualquer simpatia, é expressa no relato de um episódio desconhecido – que pode merecer alguma desconfiança, por não se conhecer a origem – em que Junot, após a batalha do Vimeiro, terá dado ordens aos cirurgiões do seu exército para que, relativamente aos soldados feridos na batalha, “acabassem

⁴⁰⁷ *Correio Braziliense ou armazem literário*, V. 1, n.º 1 (Jun. 1808), Londres, Impresso por W. Lewis, 1808, p. 4.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 131

⁴⁰⁹ *Semanario Patriotico*, Número I, s/d

de matar os que não dessem esperanças de vida, ou ficado de tal sorte estropiados, que não pudessem servir ao Estado”.⁴¹⁰

Nos primeiros números do periódico, as notícias diziam principalmente respeito aos acontecimentos em Espanha, como se compreende por serem os textos traduzidos directamente do exemplar espanhol. Entre essas notícias encontram-se, por exemplo, a vitória espanhola em Baylen, sendo contudo Godoy o principal objecto de muitos dos textos nos quais eram fortemente criticadas as suas políticas e o que elas representavam para os dois países ibéricos.⁴¹¹ O jornal acusava impiedosamente Godoy de ter sido o instigador da invasão de Portugal pelas tropas francesas e de, simultaneamente, atraiçoar o seu Rei e o seu país, falso Príncipe da Paz, “imagem da mais vil intriga e da fraqueza: digno instrumento de tirania”.⁴¹² No campo político eram apresentados textos que abordavam as novas orientações dos estados modernos, sendo dado o exemplo do Reino de Aragão, onde desde os tempos antigos existia uma separação entre o poder legislativo do rei e do povo, através das cortes; o poder executivo que competia ao Rei e o poder judicial dos Tribunais Reais, com poder para fiscalizar e castigar os não cumpridores.⁴¹³ O pensamento do tradutor destes escritos era certamente alguém com o espírito mais aberto às ideias do Iluminismo e pronto a aceitar os novos ideais. É essa a razão por que não avança numa concordância total com o que traduz, e tece considerações mais próprias dos novos tempos, quando diz por exemplo que “A Revolução da França, pelo seu resultado, é uma lição de subordinação e de quitação para todos os Povos; o Evangelho, que nos manda sujeitar aos Príncipes, ainda quando são maus, teve certamente em vista a nossa mesma felicidade temporal”.⁴¹⁴

A *Gazeta de Almada*, também conhecida como *Gazeta d’Almada* ou o *Telescópio Portuguez* foi uma publicação distribuída clandestinamente em cópias manuscritas, iniciada em Agosto de 1808 e que se prolongou até 1810, tendo como único objectivo, segundo Nuno Daupíás D’Alcochete, “semer la confusion parmi les

⁴¹⁰ *Semanario Patriotico*, Número VI, s/d

⁴¹¹ *idem*, Número IV, s/d

⁴¹² *idem*, Número IX, s/d.

⁴¹³ *idem*, Número X, s/d.

⁴¹⁴ *idem*, Número X, s/d.

amis des Français, les ‘Franchipanas’, selon une expression populaire”.⁴¹⁵ O primeiro número da *Gazeta de Almada*, com data de 15 de Agosto de 1808, insere notícias, sobre a batalha da Roliça, referindo a derrota francesa e a reacção de Junot ao ter conhecimento dela em Lisboa. A descrição da batalha pelo redactor é toda feita no sentido de ridicularizar Junot e o seu exército, usando de ironia para mostrar a derrota perante os ingleses, com frases como “As tropas do grande Junot acometeram tão denodadamente os redutos dos amendrontados ingleses...” para acabarem por debandar rapidamente.⁴¹⁶ Neste mesmo número foi colocado um “Aviso” que pede a quem “achasse algumas águias desde a Lourinhã até Lisboa, as deve apresentar no Palácio da Intendência no Rocio”.⁴¹⁷ O periódico seguinte, com data de 4 de Setembro, segue uma linha de reprovação da Convenção estabelecida entre ingleses e franceses, em que se percebe o desagrado do redactor com esta decisão, que irá permitir a saída do exército francês do país sem restrições, dizendo que “para execução deste projecto o Sr. Duque de Abrantes é obrigado a deixar Portugal [...] ele tem vigilantemente provido tudo quanto é necessário para o seu governo...”.⁴¹⁸ Com data de 8 de Setembro, correspondente ao exemplar número 3, o periódico avança com a informação de que o exército francês, a aguardar o seu transporte para Inglaterra (sic), “está aquartelado em todas as praças públicas de Lisboa, [...] é tal a disposição das barracas interiores que imitam o variado bairro de Alfama”.⁴¹⁹ O redactor faz ainda um historial do que foram os meses do governo francês, usando novamente a ironia, descrevendo a “indústria protegida com o gravame dos empréstimos forçados, das contribuições violentas, a liberdade garantida pelas sábias providências do modesto Lagarde, fatal inventor da nova Inquisição”.⁴²⁰

O periódico do dia 12 de Setembro, está repleto de diatribes contra os franceses, usando o redactor de metáforas para inverter o sentido dos acontecimentos relatados, satirizando os desastres do exército francês e dos seus generais, como no caso das batalhas da Roliça e do Vimeiro, transformando-os em improváveis sucessos.

⁴¹⁵ ALCOCHETE, Nuno Daupias D’, *Les Pamphlets portugais anti-napoleóniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Separata especial do vol. XI dos Arquivos do Centro Cultural Português, 1978, p. 11.

⁴¹⁶ *Gazeta de Almada*, Número 1, 25 de Agosto de 1808.

⁴¹⁷ *Idem*, Número 2, 4 de Setembro de 1808.

⁴¹⁸ *Idem*, Número 2, 4 de Setembro de 1808.

⁴¹⁹ *Idem*, Número 3, 8 de Setembro de 1808.

⁴²⁰ *Idem*, Número 3, 8 de Setembro de 1808.

⁴²¹ Fazendo, uma vez mais, uso de sarcasmo no tratamento de hipotéticas notícias sobre os franceses, o periódico de 16 de Setembro diz, a propósito das indisposições dos militares franceses nas vésperas do embarque rumo a França, que o “General Loison é o que se acha mais indisposto, e se julga que ele deverá experimentar alguma sangria nas jugulares”. ⁴²² No exemplar de 21 de Setembro é feito o relato do embarque de Junot e da maior parte do exército francês nos navios da esquadra inglesa, com destino a França, acrescentado o redactor que “esta famosa expedição tem aqui causado o maior júbilo [...] os grandes e pequenos, os ricos e os pobres, todos porfiam desejar mostrar o seu contentamento”. ⁴²³ Nos exemplares dos dias 27 de Setembro ⁴²⁴ e 4 de Outubro ⁴²⁵ são dadas notícias de Espanha e de França, sempre com um “segundo sentido” de ridicularizar o Imperador e os franceses, encontrando-se no segundo um extenso texto dedicado à sessão do Senado francês em que o Imperador foi homenageado, reproduzindo-se o discurso do presidente do Senado de louvor a Napoleão Bonaparte. ⁴²⁶ O periódico termina a sua publicação no N.º 12 de 6 de Dezembro de 1808.

Em termos comparativos, tal como em Lisboa, a imprensa madrilena de inícios de Oitocentos assistiu a uma profunda alteração, a partir da presença das tropas napoleónicas na cidade, com o aparecimento de numerosas publicações, caracterizadas por orientações ideológicas muito definidas, que iam desde os periódicos oficiais do governo bonapartista, até aos periódicos claramente anti-napoleónicos, passando por uma imprensa liberal que contudo se definia como patriótica e anti-francesa. Não considerando as publicações de carácter exclusivamente cultural ou económico, as publicações que se liam em Madrid em inícios de Oitocentos, eram os “periódicos oficiais” *Diario de Madrid* e *Gazeta de Madrid*, dependentes do governo da época, a *Minerva*, que era exclusivamente noticioso, a *Gazeta del Infierno*, uma publicação satírica anti-francesa e o *Semanario Patriotico* que, como o nome indica, tinha objectivos claros de mobilização popular contra a presença francesa.

⁴²¹ *Gazeta de Almada*, Número 4, 12 de Setembro de 1808.

⁴²² *Idem*, Número 5, 16 de Setembro de 1808.

⁴²³ *Idem*, Número 6, 20 de Setembro de 1808.

⁴²⁴ *Idem*, Número 7, 27 de Setembro de 1808.

⁴²⁵ *Idem*, Número 8, 4 de Outubro de 1808.

⁴²⁶ *Idem*, Números de 27 de Setembro e 4 Outubro de 1808.

O *Diário de Madrid*, fundado em 1758 e que se publicou até 1825, com o propósito de “despertar la aplicación y el gusto por el estudio de todas las clases de ciudadanos”, como se pode ler no prólogo de um dos seus números, esteve sempre próximo dos governos que se sucederam ao longo da sua história, o que faz dele um periódico “eminentemente oficialista”, sendo a única publicação que não sofreu nenhuma suspensão na transição do Antigo Regime para os períodos constitucionalistas do início do século XIX. O periódico manterá esse mesmo carácter “oficial” quando é obrigado, à semelhança da *Gazeta de Madrid*, a servir os interesses da causa napoleónica, depois da entrada das tropas francesas em Madrid, quando passa a ficar dependente do “governo intruso”, embora conseguindo fazer a distinção que o caracterizava desde sempre, entre opinião e informação. A estrutura do periódico faz dele um exemplo da imprensa vocacionada para o leitor comum, mais interessado em informação geral e notícias “anódinas”, com as suas secções de curiosidades, mas também de cultura e comércio, destacando-se ainda uma secção de “classificados” com anúncios de vendas, alugueres e avisos variados. O *Diário de Madrid* que, a partir de Maio de 1808, passou a ser publicado pelo “usurpador” governo francês, com periodicidade diária e impresso a duas colunas, manteve-se por alguns anos, consoante as circunstâncias políticas do momento.⁴²⁷ Na altura em que se tornou “oficial”, o *Diario de Madrid* publicou uma declaração afirmando que “una época en que la Europa y la historia fixan la vista sobre nosotros [...] há de revelársenos la suerte venturosa que el genio y la victoria han ido preparando al nuevo como el antiguo mundo”, mostrando o enfeudamento do periódico à estratégia napoleónica de incluir Espanha no território imperial francês, no momento em que o país “ya se levanta y va à recobrar su alto puesto y antigua dignidad, nada puede ser mas importante que la discussion de nuestros verdaderos intereses” que serão os do ocupante francês no “quadro politico, filosófico y literário de la regeneracion de un pueblo héroico que Napoleon sabe apreciar, y cuya gloria quiere reproducir”.⁴²⁸ Mas o mais antigo periódico de Madrid era a *Gazeta de Madrid*, que iniciou a sua publicação em 1661, embora com títulos diversos, até estabilizar no nome por que ficou

⁴²⁷ IMAZ, Manuel Gómez, *Los periódicos durante la Guerra de la Independencia (1808-1814)*, Madrid, Tipografía de la Revista de Arch. Bibl. Y Museos, 1910, pp. 108-109.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 110-111.

conhecido, já em finais de Seiscentos. A partir de Dezembro de 1808 passou definitivamente a órgão oficial do “governo intruso”. Durante o período revolucionário iniciado em 1807, a *Gazeta* manteve a sua publicação, continuando “afrancesada” ao atravessar os períodos alternados de “governo intruso” e de governo legítimo.⁴²⁹

A *Minerva* o *El Revisor general* foi um periódico com uma vida relativamente longa, publicando-se ente 1805 e 1818, embora com uma interrupção a partir de Maio de 1808 e durante todo o período da invasão napoleónica até 1817. O seu redactor foi Pedro Maria de Olive, tendo o periódico como sub-título *Quadro político y militar de las principales potencias de Europa, según su estado actual*, sendo este tipo de noticiário revelado pelo destaque noticioso que era dado aos sucessos da França, e das conquistas napoleónicas, embora também se pudessem encontrar informações mais variadas sobre a indústria ou o comércio, a ciência ou a literatura, além de análises e críticas sobre obras espanholas e estrangeiras acabadas de publicar.⁴³⁰ Em Maio de 1808 a publicação foi suspensa por circunstâncias políticas, só voltando a sair por pouco tempo em 1817. Outro dos periódicos de Madrid foi a *Gazeta del Infierno*, periódico patriótico e anti-napoleónico, redigido em tom satírico, muito do agrado dos leitores a quem se dirigia.⁴³¹ O periódico publicou-se, pelo menos, entre os meses de Junho e Agosto de 1808, sendo desconhecido o seu redactor, embora esteja assinado com as iniciais T. de la V., indicando ter sido impresso “com las licencias necesarias” por m.s.g. del c.. Alguns especialistas têm levantado dúvidas sobre se era impresso em Madrid ou em Cádiz, por as notícias estarem datadas de diversas cidades espanholas, o que dificulta o estabelecimento da sua origem.⁴³²

Em finais de 1808 começou a ser publicado em Madrid um dos mais interessantes periódicos daquela época com o sugestivo título de *Semanario Patriótico*, defendendo ideias liberais e fazendo propaganda a reformas políticas no Estado. A sua publicação terminou em 1812, depois de, por motivos de ordem política, a redacção ter sido obrigada a deslocar-se, primeiro para Sevilha e depois para Cádiz. O seu redactor principal foi Manuel José Quintana, que fundou o periódico a partir da

⁴²⁹ IMAZ, Manuel Gómez, *Los periódicos durante la Guerra de la Independencia (1808-1814)*, Madrid, Tipografía de la Revista de Arch. Bibl. Y Museos, 1910, p. 160.

⁴³⁰ *Idem, Ibidem*, p. 208.

⁴³¹ *Idem, Ibidem*, p. 159.

⁴³² *Idem, Ibidem*, p. 159.

tertúlia literária que dinamizava em Madrid, onde se reuniam intelectuais desafectos das correntes literárias da época.⁴³³ Embora a tertúlia se dedicasse maioritariamente à cultura, “no dejábase de murmurar en aquella tertulia del Principe de la Paz y de la Corte, ni de leerse y comentar papeles extrajeros, principalmente franceses, impregnados de ideas revolucionarias”.⁴³⁴ A maioria dos elementos da tertúlia que defendiam ideias políticas próximas das ideias da Revolução Francesa, mantiveram-se “acérrimos defensores de la independencia y alentaram al pueblo” e, depois do “Dos de Mayo”, deram provas abundantes de serem “patriotas excelentes”.⁴³⁵

⁴³³ Manuel José Quintana y Lorenzo foi um poeta madrileno, um dos representantes máximos do período de transição do Romantismo, tendo desde sempre manifestado posições políticas liberais, o que o levou a militar no grupo liberal espanhol e ocupado cargos políticos na resistência anti-napoleónica que lhe concederam a fama de patriota, de que o *Semanario Patriótico* é um dos maiores exemplos.

⁴³⁴ IMAZ, Manuel Gómez, *Los periódicos durante la Guerra de la Independencia (1808-1814)*, Madrid, Tipografía de la Revista de Arch. Bibl. Y Museos, 1910, p. 262.

⁴³⁵ *Idem, Ibidem* p. 262.

2. Panfletos

Os panfletos anti-franceses tornaram-se nos finais da ocupação francesa um dos fenómenos sócio-culturais mais interessantes para o estudo do comportamento da sociedade portuguesa neste período ou, no neste caso, dos habitantes de Lisboa. Com efeito, a proliferação de escritos de todo o género, desde simples textos manuscritos a folhetos mais elaborados, passando por poesias e gravuras, atingiu, por essa altura, números da ordem das centenas.⁴³⁶ Este surto panfletário corresponde a um fenómeno que pode entender-se como de reacção “belicista” por parte dos portugueses que deram finalmente expressão ao seu sentimento anti-francês, abafado durante o tempo em que as tropas francesas opunham pela força quaisquer veleidades de manifestações de repúdio pela sua presença, e que lutavam agora “não apenas com armas mas também com tinta e papel”.⁴³⁷ Os panfletos anti-franceses que circulavam de mão em mão apresentam-se como o “escrito satírico e violento, o libelo difamatório acusador, o opúsculo de carácter agressivo que explode em torrestes para caricaturar o inimigo”, que dão largas finalmente ao desejo de libertação da opressão francesa.⁴³⁸ Muitos dos panfletistas era gente conservadora, absolutista, anti-liberal, ferozmente anti-francesa pelo seu desprezo pela religião que, através dos seus folhetos, tentava mobilizar os portugueses contra os invasores com um discurso patriótico, muitas vezes chocarreiro e jocoso, encontrando-se, entre os mais conhecidos, o padre José Agostinho de Macedo ou José Daniel Rodrigues da Costa. Também José Acúrsio das Neves, o autor da primeira história das Invasões Francesas,

⁴³⁶ Daupias estima que entre 1808 e 1815 “près de trois mille pamphlets ont été publiés, y compris des proclamations officielles ayant rapport quelconque avec la lutte idéologique menée contre l’envahisseur” ALCOCHETE, Nuno Daupias D’, *Les Pamphlets portugais anti-napoleóniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Separata especial do vol. XI dos Arquivos do Centro Cultural Português, 1978, p. 10. António Pedro Vicente indica por sua vez ter analisado pessoalmente 251 espécies de panfletos com origem na Imprensa Régia de Lisboa, na Academia das Ciências de Lisboa e na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, embora só na primeira destas imprensas tenham sido editados cerca de 700 panfletos. VICENTE, António Pedro, “Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade Editorial da Real Imprensa da Universidade”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, Coimbra, 1999, p. 109.

⁴³⁷ VENTURA, António, “Os panfletos anti-franceses: subsídios para a sua História”, Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, Lisboa, 1.ª Conferência da Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007, pp. 5-6

⁴³⁸ VICENTE, António Pedro, “Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade Editorial da Real Imprensa da Universidade”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, Coimbra, 1999, p. 107.

se encontra entre os que, logo em 1808, escreveram folhetos, verdadeiros libelos contra os franceses, apelando ao patriotismo da população para libertar a nação do invasor. Estão neste caso dois extensos folhetos em que o autor se congratula pelo levantamento da insurreição no Norte do país, num deles lembrando que Portugal “foi sempre pátria de heróis, sempre os portugueses se elevaram acima do vulgar por um patriotismo sem exemplo, pelo valor, com que souberam em todas as idades repelir a opressão, e por uma fidelidade incorrupta aos seus legítimos Soberanos”.⁴³⁹ Noutro folheto, depois de lembrar todo o infortúnio dos portugueses às mãos do “usurpador”, desde a sua entrada no país, congratula-se com o movimento que “não tardou um momento em alçar a voz da independência. Um povo abatido, e desarmado por um governo tirânico, mas de que o valor, e a fidelidade foram sempre inseparáveis, retoma enfim a sua energia”.⁴⁴⁰

Com uma imprensa periódica escassa e acessível apenas a uma parte da população, as notícias, e especialmente a propaganda anti-francesa, vão circular através de panfletos e folhas volantes que incluem proclamações e manifestos de toda a ordem, num número que atinge muitas centenas. Isto explica-se pela acessibilidade do panfleto, de preço reduzido e pequeno número de páginas, que permite a sua circulação em grande escala e que, deixando de ser apenas lido por alguns, passa para o resto da população analfabeta de “boca a ouvido”, especialmente quando o seu conteúdo possui carácter anedótico e crítica mordaz.⁴⁴¹ Com grande facilidade, o panfletismo tornou-se rapidamente um “instrumento de combate e mobilização contra o invasor” que, ao transmitir-se à população a faz sentir cada vez mais unida em torno de um objectivo comum, a expulsão do invasor francês, consolidando deste modo “a noção de pátria como um espaço político, e que destacam o conceito de nação do de reino e de poder real”.⁴⁴²

Se é possível identificar muitos destes escritos como sendo dirigidos à presença do exército francês em geral, muitos outros tinham como objecto de repúdio personagens que iam desde o próprio Napoleão, passando pelos diversos generais

⁴³⁹ NEVES, José Acúrsio das, *A Voz do Patriotismo na Restauração de Portugal, e Hespanha, por José Accursio das Neves*, Lisboa, Na Of. De Simão Thaddeo Ferreira, 1808, pp. 13-14.

⁴⁴⁰ *Idem, Ibidem* p. 38.

⁴⁴¹ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 164-165.

⁴⁴² *Idem, Ibidem* p. 175.

franceses que eram atacados com particular virulência, como o general em chefe do exército Junot, o general Loison, detestado pela sua ferocidade, o Intendente Geral da Polícia Lagarde ou o recebedor geral das contribuições Berthelou.⁴⁴³ É curioso verificar como, de uma maneira geral, os epítetos com que os textos se lhes referiam possuíam na sua génese uma componente religiosa muito acentuada, utilizando designações como “anti-cristo”, “demónio” ou “besta do apocalipse” (neste caso aplicados a Napoleão) ou outras da mesma natureza.

Entre os panfletos publicados vamos encontrar, por exemplo, a *Protecção à francesa* (1808), em que se ironizava com a proclamação do general de que vinha proteger o país dos ingleses, ou ainda o *Testamento de Junot* (1809) que apresentava o duque de Abrantes a desculpar-se perante Napoleão por não ter conseguido “apanhar” o Príncipe Regente. Também Loison foi objecto de ataque no folheto *Viagem de Loison ao Inferno*, onde se relatava a sua descida ao inferno para expor ao Príncipe das Trevas os crimes que tinha cometido.⁴⁴⁴ Um dos mais interessantes panfletistas deste período foi José Daniel Rodrigues da Costa, um autor prolífero de quem existem numerosos panfletos e folhetos, quase todos em verso, que revelam a sua veia jocosa e crítica de que dá largas nos seus escritos. Entre os seus trabalhos mais conhecidos estão a *Protecção á Franceza* e o *Embarque dos Apaixonados dos Francezes para o Hospital do Mundo, ou Segunda Parte da Protecção à Franceza*, ambos impressos em Lisboa na “Offic. de Simão Thaddeo Ferreira” em 1808. O segundo folheto referido contém um extenso poema, intercalado com décimas, sonetos e glosas, seguido de um conto alegórico, também em verso.

Como vimos, se os panfletos que circulavam em Lisboa tinham o objectivo muito imediatista de apelar à acção da população mais rude, os folhetos, mais elaborados, extensos e formais que os panfletos, continham uma forte componente de apelo patriótico. Um desses folhetos, de autor anónimo, que chegou até nós é o *Severo Exame do Procedimento dos Portuguezes*, que, como o nome indica, retratava o comportamento da população portuguesa e insultava Napoleão e Junot pelo que

⁴⁴³ Daupias distingue quatro tipos diferentes de panfletos durante o período das invasões: os anti-franceses, os anti-napoleónicos, os anti-afrancesados e os apenas patrióticos. O próprio comportamento social de Junot foi também objecto de chacota, com referências aos seus casos amorosos e às amantes que teve enquanto viveu em Lisboa.

⁴⁴⁴ ALCOCHETE, Nuno Daupias D', *Les Pamphlets portugais anti-napoleóniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Separata especial do vol. XI dos Arquivos do Centro Cultural Português, 1978, p. 12.

fizeram a Portugal.⁴⁴⁵ No começo, referia o exílio do Príncipe no Brasil e com isso “desarmados os corações, e os braços, chegou a desgraça de perder a presença do seu legítimo Soberano”.⁴⁴⁶ Mas que podiam fazer os portugueses contra o poder francês? Na cidade “pesavam quase sempre 10, ou 12 mil franceses”, espreitava nas esquinas “uma Policia vigilante”, mas “começaram alguns Portugueses a tratar da insurreição; adquiriram toda a força militar [...] instituíram para seu regime um Conselho, intitulado ‘Conselho Conservador de Lisboa’”.⁴⁴⁷ Sabemos que este selecto conjunto de burgueses “não mexeu um dedo” para expulsar os franceses após as ocorrências de 20 de Agosto. Mas o autor do folheto referia que se Lisboa “não sofreu um saque; se não viu fuzilar portugueses distintos; se os templos não foram profanados, se as famílias não foram vítimas da torpeza [...] tudo isto se deve às medidas, e operações políticas do Conselho”.⁴⁴⁸

Alguns dos folhetos conhecidos representam fielmente o estilo que enformava estes impressos no tempo da ocupação francesa, mesmo que alguns deles tenham circulado já após a derrota francesa, ou mesmo a retirada de Portugal do exército francês. O primeiro destes folhetos tem o título de *Cathecismo civil, e breve compendio das obrigações do Hespanhol; conhecimento pratico da sua liberdade, e explicação do seu inimigo: mui util nas actuaes circunstancias; posto em forma de dialogo*, e é traduzido do espanhol, como se informa na última página em que está escrito “Traduzido fielmente do Impresso em Hespanhol”.⁴⁴⁹ O texto apresenta-se sob a forma de um diálogo em sete capítulos, tal como nos livros da Catequese, e contém perguntas acerca da França e dos franceses e respostas que “esclarecem” o que são e como devem ser tratados os franceses: “Perg. De quem procede Napoleão / Resp. Do Inferno, e do pecado [...] Perg. Que atributos tem o primeiro (Napoleão) / Resp. A Soberba, a Maldade, e o Despotismo [...] Perg. Quem são os Franceses / Resp. Os antigos Cristãos, e os hereges novos [...] Perg. Quem é a nossa Pátria / Resp. O ajuntamento, ou congregação de muitos povos regidos por ElRei, e governados por

⁴⁴⁵ *Severo Exame do Procedimento dos Portuguezes, Depois do dia 29 de Novembro de 1807 até 30 de Setembro de 1808*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1808.

⁴⁴⁶ *Idem, Ibidem* p. 3.

⁴⁴⁷ *Idem, Ibidem* p. 7.

⁴⁴⁸ *Idem, Ibidem* p. 7.

⁴⁴⁹ *Cathecismo civil, e breve compendio das obrigações do Hespanhol; conhecimento pratico da sua liberdade, e explicação do seu inimigo: mui util nas actuaes circunstancias; posto em forma de dialogo*, Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1808.

umas mesmas leis [...] Perg. Será pecado matar franceses / Resp. Sim, Senhor, porém não aos que estão debaixo das bandeiras de Napoleão”. A *Representação dirigida ao ex-intendente Lagarde* trata da “representação dos cães” de Lisboa ao “ex-Intendente” Lagarde – presumindo-se que tenha sido escrita já depois da saída do exército napoleónico – trazendo subjacente a célebre e muito falada ordem de Junot para que fossem mortos os cães da cidade que não tivessem dono.⁴⁵⁰ Os suplicantes (ou seja os representantes dos cães) pedem clemência a Lagarde com alegações jocosas, argumentando que “se ladraram à tropa francesa foi por se equivocarem tomando por ‘esfola-cavalos’ os heróis de Marengo, costume antigo que praticam com todos os farroupilhas”. Um outro folheto toma a forma de uma carta escrita, presumidamente, por um oficial francês do exército monárquico, com o título justamente de *Carta de hum General Francez escrita a Napoleão*, em que este se queixa de ter sido injustiçado pelo Imperador e, por isso, vem expor-lhe os seus sentimentos de amargura por ver que “Entrou em muitos da Nação, bem como em vós, a reinar o espírito de ambição, no que mais astuciosamente vos distinguistes”.⁴⁵¹ E o general continua “Mas ah! Quanto me pejo de proferir estas palavras na presença do Imperador dos Franceses, e Rei de Itália? Em que acção, ou em que momento tendes, Senhor, mostrado que amaste a virtude calcando aos pés o vício? Assim é que muitas vezes o tendes fingido, mas os povos andam já com os olhos tão abertos, que é mais o que veem, e conhecem, que o que se lhes oculta”. Continua o general “Tendes acaso desempenhado as promessas, que missionariamente semeaste nessas miseráveis Nações, de que injustamente vos tendes apoderado, e haveis tiranizado?” Na parte final da carta o general responsabiliza Napoleão por aprovar a condenação à morte de Luis XVI, atitude que acha vergonhosa.

O folheto intitulado *Análise da Proclamação de Mr. Junot de 16 de Agosto de 1808* é um texto anónimo que remete para a proclamação de Junot aos habitantes de Lisboa, em que ele se lhes dirige, exclamando “Habitantes de Lisboa: Eu me separo de vós por três ou quatro dias”, feito na data em que saiu de Lisboa à frente do seu

⁴⁵⁰ *Representação dirigida ao ex-intendente Lagarde: feito pelo podengo, lettrado, que os cães nomearão, para obterem contramandado á pena geral de morte que tiveram*, Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, Lisboa, Na Typografia Lacerdina, Anno 1808.

⁴⁵¹ *Carta de hum General Francez escrita a Napoleão*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1808.

exército para combater o exército inglês.⁴⁵² Troçando de Junot, diz o folheto “Ora faça muito boa jornada, mas venha logo, que há muita gente, que diz, que vai separar-se de nós para sempre”, referindo-se depois à substituição de Junot no governo da cidade, avisa o folheto que “a regra geral é, que estes Protectores furtam, quanto podem, logo me lembrou, que não havia de degenerar do grande de Laborde, que em licenças para caçar fez mais dinheiro, do que os Intendentes de Polícia em passaportes”. A zombaria continua, lembrando a recomendação inicial de Junot para que os habitantes de Lisboa “vivessem sossegados em suas casas, para poder roubá-los a seu salvo, agora é necessário o mesmo sossego, para que lhe não tirem os furtos”. O compromisso que Junot assumiu quando entrou em Lisboa de reformar a administração, conservar a religião e instituir escolas, além de todas as outras promessas feitas, “não pôde ainda cumprir no curto espaço de seis meses, porque tem estado muito ocupado [...] em arrecadar a prata, e o ouro de nossas igrejas, e todo o nosso dinheiro, joias, e riquezas, que nos roubou, para que melhor conhecêssemos qual era a protecção do Grande Napoleão”. O folheto termina com o autor a falar “na linguagem da honra, da fidelidade, e do patriotismo” para fazer esta Proclamação: “Habitantes de Lisboa, evitai, afastai de vós as terríveis calamidade, que um traidor desumano vos faz sofrer. O momento não pode ser mais oportuno, nem mais vantajoso. [...] Correi, voai a cobrir-vos de gloria, empenhando o vosso valor, e o vosso sangue em defesa da vossa Pátria, da vossa Religião, e do Trono do vosso Soberano”. Termina o folheto a apelar para que “não fique um só francês, que não sofra o castigo de seus delitos. Habitantes de Lisboa Vencer, ou Morrer”.

Um outro folheto bem conhecido é o *Dialogo entre as principais Personagens Francezas, no Banquete dado a bordo da Amavel por Junot, no dia 17 de Setembro de 1808, acrescentado nesta segunda edição com hum novo prato de palhitos, e alguns talheres*, com mais de 40 páginas, de autor anónimo que assina L. S. O., em que o redactor convoca todos os personagens franceses mais conhecidos dos portugueses para uma “representação”, cujo diálogo é objecto de segundos sentidos em que são satirizadas as actuações desses personagens em Portugal durante a primeira invasão.

⁴⁵² *Análise da Proclamação de Mr. Junot de 16 de Agosto de 1808, por ...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808.

⁴⁵³ O texto está carregado de ironia, parodiando os oficiais do exército francês, entre eles os conhecidos Junot, Loison, Delaborde, Kellermann, Lagarde, Thiébault, e muitos outros – entre os quais se encontram igualmente duas senhoras, M.^{me} Foy e M.^{me} Troussé – durante um banquete, realizado pouco antes de serem conduzidos a França sem glória, que irá servir de justificação para ridicularizar os seus comportamentos e os seus fracassos. A ementa é copiosa e os “comensais” vão mostrando as suas misérias e fraquezas de forma caricatural, através das observações que vão fazendo sobre a comida e o ambiente geral da refeição, tornando-se finalmente ridícula a sua presença no repasto. O final é de grande excitação, atravessado pelos impropérios que dirigem uns aos outros, e que por pouco não se transforma num conflito sangrento, em que os convidados estão quase a ponto de se baterem à espada. A *Protecção á francesa* é outro dos folhetos mais conhecidos de um dos mais prolíferos autores destes panfletos humorísticos, José Daniel Rodrigues da Costa, que circulavam por Lisboa neste período, composto em verso com direito a refrão, para agrado da maioria da população da cidade, e que descreve em rima a história da entrada e ocupação de Lisboa pelo exército napoleónico. ⁴⁵⁴ A primeira estrofe responde ao que vêm os franceses “Que vem a ser ter entrado / Dias antes do Natal / Tropa estranha em Portugal / Mal calçada, e mal vestida, Esfaimada, e entorpecida / De cansaço, ou de fraqueza? / É protecção à Francesa”; outra estrofe mais à frente questiona “Roubar os Templos Sagrados, / Roubar a Casa Real, Entrar na Patriarcal / Em nove meses um dia! / Portugal, quem tal diria! / Mas este mal, que te lesa / É protecção à Francesa.”; diz depois o autor sobre a imprensa ao serviço dos ocupantes “Podia-se bem compor / Um Catálogo de petas / Dos Editais, e gazetas / Destes nossos protectores; / Mas serem uns impostores, / Com capa de singeleza, / É protecção à Francesa”. Este folheto, escrito em verso, em tom chocarreiro e satírico, é o exemplo do tipo de folhetos que eram vendidos ou lidos nas ruas pelos “cegos cantadores”. ⁴⁵⁵

⁴⁵³ *Dialogo entre as principais Personagens Francezas, no Banquete dado a bordo da Amavel por Junot, no dia 17 de Setembro de 1808, acrescentado nesta segunda edição com hum novo prato de palhitos, e alguns talheres. Escrito por L. S. O. Portuguez*, Lisboa, Na Typografia Lacerdina, 1808. Inocêncio da Silva diz que o seu autor é Luis Sequeira Oliva e Sousa Cabral.

⁴⁵⁴ COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Protecção á francesa*, Lisboa, na Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1808.

⁴⁵⁵ FELGUEIRAS, Guilherme, “A invasão francesa e os cegos cantadores” in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, Lisboa, Série II, n.º 24-25 (Mai-Dez 1950)), pp. 188-189.

Os folhetos, quando escritos em verso, podiam muitas vezes ser ditos em voz alta, cantados pelos “cegos cantadores” que os vendiam nas ruas, para que o povo os ouvisse e ficasse a saber as notícias sobre os principais acontecimentos da cidade e do país, especialmente quando diziam respeito aos insucessos das tropas francesas. Esta espécie de “pregoeiros” percorria os bairros populares de Lisboa, parando normalmente junto às tabernas e casas de pasto, onde sabiam encontrar ouvintes que apreciavam os versos que diziam, cujas rimas davam maior ênfase às notícias, tornando-as acessíveis a muita gente que, com o elevado analfabetismo existente entre a população, não tinham outro modo de as ficar a conhecer.

Em Espanha, durante o período da guerra da independência, o esforço da propaganda, por parte de todos os contendores, alcançou uma dimensão extraordinária até se tornar na arma principal do conflito entre franceses e espanhóis.⁴⁵⁶ Se por um lado Napoleão desenvolveu uma acção excepcional de propaganda junto das populações, não foi menor o esforço propagandístico das forças patriotas a seu favor e em prol da nação espanhola.⁴⁵⁷ Durante os primeiros tempos da presença napoleónica em Espanha, até Maio de 1808, a batalha da propaganda da oposição anti-francesa resumiu-se a fazer “la exaltación de Fernando VII, la deslegitimación de José I, la condena a Napoleón y sus proyectos, la defensa de la religión y de los valores patrióticos tradicionales”.⁴⁵⁸ Os meios empregados pela facção anti-francesa para chegar com a informação propagandística à maioria da população, apresentaram formas tão variadas como a literatura popular, com destaque para a poesia, a imprensa e os folhetos ou panfletos, impressos ou manuscritos.⁴⁵⁹ Os personagens que encarnam o ódio dos espanhóis, tal como em Portugal são, em primeiro lugar, Napoleão, mas também o seu irmão José, e depois os seus generais, mas os folhetos e panfletos que circulam têm quase sempre o Imperador como alvo, a quem apelidam

⁴⁵⁶ GARCIA, Emilio de Diego, “La verdad construida: la propaganda en la Guerra de la Independencia”, in PRADA, Antonio Moliner, *La Guerra de la Independencia en España (1808-1814)*, Barcelona, Nbla Ediciones, 2007, p. 209.

⁴⁵⁷ *Idem, ibídem*, p. 210.

⁴⁵⁸ *Idem, ibídem* p. 211.

⁴⁵⁹ O número total de composições poéticas de que se tem conhecimento, trazidos à luz do dia em periódicos ou folhetos, atinge uma cifra perto do milhar e se, nalguns deles, a veia poética não era a sua maior qualidade, a sua função doutrinadora foi certamente importante. GARCIA, Emilio de Diego, “La verdad construida: la propaganda en la Guerra de la Independencia”, in PRADA, Antonio Moliner, *La Guerra de la Independencia en España (1808-1814)*, Barcelona, Nbla Ediciones, 2007, p. 213.

de “el gran tirano”, “el hombre más cruel” ou “el caudillo más facineroso”.⁴⁶⁰ Pese embora o carácter popular da maioria dos folhetos e panfletos que circulavam na altura em Espanha, estes eram, na sua maioria, escritos por elementos dos estratos superiores da sociedade que, por serem destinados ao povo, tinham como única preocupação atraí-lo à causa espanhola defendida pelo autor.⁴⁶¹

Um dos folhetos espanhóis mais conhecidos é o *Catecismo Español de 1808*, traduzido em português logo após a sua publicação, em que a Pátria aparece como elemento principal do texto, deixando clara a concepção do autor quando, após a pergunta do que é a Pátria, responde “La reunion de muchos gobernados por un rey, según nuestras leyes”.⁴⁶² Como vimos antes, é evidente a ligação do panfletismo espanhol à propaganda anti-napolónica inglesa, não sendo de estranhar a coincidência entre os epítetos atribuídos a Napoleão nesses panfletos e a usada em Inglaterra, de que são exemplo “vil, transgresor de todos los derechos, enemigo común de los hombres, perseguidor de los justos, [...] perturbador general de los impérios, injusto usurpador de los Estados y oprobio de la humanidad”.⁴⁶³ Ainda outra forma de propaganda anti-francesa, também esta tendo como origem a Inglaterra, são as gravuras com caricaturas políticas que começaram a espalhar-se por toda a Espanha, representando as várias facetas dos acontecimentos em que participavam o Imperador francês e os seus aliados ou inimigos, de que são exemplo a *Alegoria del levantamiento de las Provincias españolas* ou *Alegoria da derrota de Napoleón en Sevilla*, e aquelas em que o visado é directamente Napoleão como *Bonaparte trabajando por la regeneración de España, y el modo particular com que esta, agradecida, le paga el beneficio* ou *Un patriota manchego premiando a Napoleon los malos ratos que se da por regererarnos*.⁴⁶⁴

As caricaturas anti-francesas impressas em Portugal, com origem inglesa, foram um outro meio de combate ao exército napoleónico, circulando certamente em meios mais instruídos. Estas gravuras, das muitas dezenas produzidas nas Ilhas Britânicas por

⁴⁶⁰ GARCIA, Emilio de Diego, “La verdad construida: la propaganda en la Guerra de la Independencia”, in PRADA, Antonio Moliner, *La Guerra de la Independencia en España (1808-1814)*, Barcelona, Nbla Ediciones, 2007, p. 222.

⁴⁶¹ *Idem*, *Ibidem* p. 224.

⁴⁶² *Idem*, *Ibidem* p. 226.

⁴⁶³ *Idem*, *ibidem*, p. 229.

⁴⁶⁴ *Idem*, *Ibidem* pp. 231-237.

essa altura, tinham por tema, na maior parte dos casos, a ocupação e as batalhas do exército napoleónico em Espanha. De entre as que são originalmente portuguesas, distinguimos a *Caricatura da Guarda Real* que, a propósito de uma notícia da *Gazeta de Lisboa* de 25 de Junho de 1808, informando que estava a caminho de Espanha um exército de 12 000 homens da Guarda Imperial, para desbaratar os insurrectos espanhóis, foi posta a circular com um desenho que mostra um grupo de soldados franceses maltrapilhos, a marchar literalmente a “passo de caracol”, com a legenda: “Para castigar Espanha / São mandados pela posta / Doze mil da forte guarda / Eis aparece a Vanguarda”. A conhecida *Caricatura Protecção dos Caens* foi, possivelmente, impressa já depois da saída dos franceses de Portugal, e parodia a ordem de Lagarde, enquanto Intendente Geral da Polícia, para que se matassem todos os cães vadios da cidade de Lisboa.⁴⁶⁵ A gravura mostra Lagarde, com a sua característica careca, objecto de todas as anedotas que circulavam na cidade, dando um pontapé num cão e sendo atacado por outro, mostrando ao fundo vários homens a matar os cães. A legenda diz: “P Que traria a Portugal / a Francesa protecção? / R Trouxe aos Cães tirana morte, / Aos Homens fome de cão”. Ainda em Portugal deverá mencionar-se a série de desenhos satíricos e panfletários anti-franceses em que, mais uma vez, o principal personagem satirizado é Junot, desenhados possivelmente entre 1807 e 1809 por Cirilo Volkmar Machado, tal como em Espanha Goya, alguns anos depois, dava a conhecer as famosas gravuras da célebre série dos *Desastres de la Guerra*.

⁴⁶⁵ Existe igualmente um folheto sobre este mesmo assunto, respeitante à ordem de Lagarde para matar os cães vadios de Lisboa.

CONCLUSÃO

Toda a historiografia da primeira invasão de Junot é unânime em assinalar o facto de a população de Lisboa, na sua esmagadora maioria, ter desde o início manifestado de forma clara o seu repúdio pela presença da tropa francesa e a ocupação violenta da cidade. Se este é um facto assumido, já o mesmo não se passa com as causas ou razões por que se tornaram tão evidentes na cidade as manifestações, expressas ou subentendidas, contra o exército de Junot. Com este trabalho pretendeu-se justamente enunciar e desenvolver o que esteve na origem dos diversos acontecimentos que, desde o primeiro momento, puseram a população da cidade – na qual se incluía desde uma pequena parte da nobreza que não acompanhou a corte, a militares, funcionários administrativos, clero, alguma burguesia e, com maior empenho, o povo de Lisboa – contra o exército francês.

Para um melhor enquadramento das circunstâncias em que se verificou este permanente confronto, a maior parte das vezes inconsequente, entre a população da cidade e as tropas invasoras, apresentou-se um quadro alargado da cidade “vívda” pela força ocupante, em que se incluiu um panorama da cidade edificada, com as suas ruas estreitas e mal traçadas, as suas casas mal construídas e degradadas. Lisboa estava mais perto de um período anterior ao Iluminismo do que de uma cidade do novo século XIX. Sem a pujança cultural e artística de outras capitais, sem uma sociedade homogénea mas, pelo contrário, com grandes diferenças entre os mais poderosos e os mais humildes, com os seus bairros populares onde se vivia num estado de degradação física e moral, Lisboa não aceitava a “civilização” trazida pelos invasores franceses, de que é exemplo paradigmático a oposição unânime da população ao episódio da “condenação à morte” dos cães vadios de Lisboa, amplamente glosada em periódicos e panfletos. Do breve retrato que traçámos sobre os diferentes estratos sociais em presença na cidade e a sua caracterização social, bem como sobre as manifestações socio-culturais existentes, com vista a melhor se entender o comportamento da população perante a ocupação estrangeira, ficaram os divertimentos e as instituições com quem Junot conviveu ou se relacionou.

Apresentámos algumas das causas próximas para esse fenómeno que podemos caracterizar como “insurreição latente” da população de Lisboa durante a ocupação da

cidade, como sejam a ausência do rei e da corte do país – nas palavras de alguns autores um verdadeiro “sentimento de orfandade” relativamente ao soberano – a violência da ocupação militar, o desrespeito dos militares franceses pelos símbolos religiosos, o sentimento patriótico ou, se quisermos, o despertar do nacionalismo. A questão pôs-se, por outro lado, em saber como foram estes sentimentos de revolta veiculados junto das populações? Como foi possível unir esta população, apesar de tudo heterogénea, num sentimento único, transversal a quase todos os estratos sociais, com maior ou menor consistência, consoante as suas posições perante o ocupante.

Foram referidos os diversos contributos para que, durante esses nove meses de ocupação estrangeira, a população da cidade se tivesse mantido num permanente estado de insurreição e de confronto com os franceses. Se, relativamente à população de mais baixo estrato, teve certamente um peso significativo a palavra dos clérigos nas suas homilias, mencionando as ofensas a Deus e à Igreja perpetradas pelos franceses, transmitidas posteriormente através do “passa palavra” junto da camada da população iletrada, foi em geral a imprensa que ocupou o lugar cimeiro na mobilização da população contra o invasor, quer através dos periódicos que veiculavam notícias sobre a realidade do país e da cidade, desmistificando o órgão oficial do governo francês, quer através das centenas de panfletos e folhas volantes, ferozmente anti-francesas, que circularam pela cidade durante todo o período da ocupação. A imprensa contribuiu desta forma para o fortalecimento do patriotismo e o reforço do sentimento de pertença à nação por parte da população portuguesa.

Aprofundou-se a investigação sobre o noticiário da *Gazeta*, por um lado, e o relato dos acontecimentos diários de um dos periódicos da época, *O Observador Portuguez*, do outro. Do trabalho realizado ressalta o papel mistificador da *Gazeta* que, ao longo da ocupação da cidade, procurou, eventualmente sem muito sucesso, levar a população a acreditar na bondade da actuação do exército francês e do seu comandante em chefe Junot, como “protector” do país. Pensamos que esta iniciativa resultou frustrada, tendo-se mantido a maioria da população numa posição de permanente confronto com a tropa, o que em muito contribuiu para que os franceses mantivessem em Lisboa um contingente militar que veio a revelar-se necessário nas batalhas travadas pelo exército francês contra as tropas inglesas de Wellesley. De tudo

isto podemos concluir que, para além da insurreição que se generalizou em grande parte do país a partir de Junho, a derrota militar dos franceses perante o exército inglês, ficou também a dever-se, entre outros factores, ao clima latente de “insubordinação” permanente da população de Lisboa, ateadada pela imprensa e pelos panfletos anti-franceses, com a contribuição das “mentiras” facilmente reconhecíveis da *Gazeta de Lisboa*.

A importância da imprensa periódica no desenrolar dos acontecimentos que tiveram lugar durante a ocupação de Lisboa pelas tropas francesas, na primeira invasão, tem de ser entendido nas suas duas vertentes. Por um lado, a mistificação sistemática – ou a intoxicação da opinião pública, se quisermos dar uma imagem mais contemporânea – do noticiário da *Gazeta de Lisboa*, ferozmente pró-francesa, isto é anti-portuguesa, que pouca gente leria e em que quase ninguém acreditava. Do outro, os periódicos de veia satírica, a *Gazeta do Rocio*, a *Gazeta de Almada*, *O Lagarde Portuguez*, desmistificadores das verdadeiras intenções dos invasores, lidos e comentados por toda a cidade, nas casas de pasto e nos cafés de Lisboa. Entre estas duas posições, a imprensa mais séria, politicamente informada e estritamente noticiosa, do *Observador Portuguez* e do *Correio Braziliense*, destinada a um círculo mais restrito de leitores.

Procurámos com esta tese contribuir para esclarecer o papel desempenhado pelos periódicos que se publicaram durante o período da primeira invasão francesa, destacando a *Gazeta de Lisboa*, jornal oficial do governo de Junot, pouco tempo após a entrada do exército francês na capital, e o *Observador Portuguez*, publicado igualmente em Lisboa, repositório de todos os acontecimentos verificados na cidade naquele período. Deste trabalho resulta que ao comparar o noticiário de ambos os jornais para o mesmo período, se confirma que a posição da *Gazeta*, logo que o exército napoleónico ocupou Lisboa, se revelou estar assumidamente ao serviço das forças estrangeiras e da contra-informação, limitando-se a reproduzir o que os seus mentores, a começar pelo Intendente Geral da Polícia Lagarde, queriam que os portugueses pensassem sobre a ocupação.

A relação entre o que foram as lutas populares que tiveram lugar durante a ocupação de Lisboa pelo exército francês comandado por Junot, e o papel desempenhado por alguma imprensa, designadamente a *Gazeta de Lisboa*, com o seu

carácter de “contra-informação”, e o *Observador Portuguez*, como fiel reproduutor dos acontecimentos desse período, permitiram estabelecer o seu efeito sobre a população. Efectivamente, foi entre a propaganda fictícia da *Gazeta* e a verdade transmitida pelos restantes periódicos, que se gerou o clima de permanente hostilidade da população relativamente às forças francesas de ocupação, originando episódios de confronto com os militares franceses que obrigava Junot a manter um forte dispositivo militar na cidade. Sabemos que ao sair de Lisboa para fazer frente ao exército inglês, Junot não se dispôs a utilizar todas as forças que tinha estacionadas na cidade, para não correr o risco de a desguarnecer e dar, desse modo, oportunidade a um qualquer movimento de revolta por parte dos seus habitantes. Podemos encontrar neste facto uma possível explicação para que as forças francesas que marcharam contra o exército inglês não se encontrassem na sua máxima força, o que veio a diminuir a sua capacidade militar e, consequentemente, apressar a derrota.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E FUNDOS DOCUMENTAIS

Academia das Ciências de Lisboa - Memórias da Academia
Arquivo Histórico Militar - 1ª Divisão: 14ª secção
Arquivo Histórico Municipal - Senado da Câmara; Casa dos Vinte e Quatro
Biblioteca Nacional de Portugal - Obras várias
Gabinete de Estudos Olissiponenses - História de Lisboa
Torre do Tombo - Guerra Peninsular: Ministério do Reino, livros n.º 314, 380;
Desembargo do Paço; Intendência Geral da Polícia

FONTES

Fontes Manuscritas

PACHECO, Frei António, *História Crítica dos Franceses em Portugal em 1807, 1808, 1809. Nas Três Épocas Entrada, Governo e Expulsão dos Franceses...*, Livro com 380 fls. manuscritas, Arquivo Histórico Militar, 1809, Cód: PT/AHM/DIV/1/14/512/07
SOUZA, Gonçalo José de Araújo e, *Memorias para a Historia Lusitania. Parte Primeira e Parte Segunda, Idea Geral. Das cousas de Portugal, e seu estado interno e externo até ao fim do Anno de 1807 e de 1808*, 2 vols., [Lisboa, 1808]

Fontes Impressas

Periódicos:

Archivo de peças divertidas e scientificas, Lisboa, Na Impressão Regia, (1807)
Collecção das Celebres Gazetas do Rocio, que para seu desenfado compôz certo patusca, o qual andava à pesca de todas as imposturas, que o intruso Ministério Francez fazia imprimir no Diario Portuguez, Lisboa, Na Typographia Lacerdina, (1808)
Collecção de mentiras e verdades, Lisboa, Na Impressão de Bernardo José Alcobia, s/d.
Correio Braziliense ou armazem literário, [Hipólito José da Costa], Londres, Impresso por W. Lewis, (1808-1822)
Gazeta de Almada [Manuscrito], (1808-1809)
Gazeta de Lisboa, Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, (1807-1808)
Gazeta do Rocio, Lisboa, Na Typografia Lacerdina, (1808-1809)
O Lagarde Portuguez ou Gazeta para depois de jantar, Lisboa, Na Impressão Regia, (1808)
Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa, Desde o Dia 27 de Novembro do Anno de 1807, em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos Francezes neste Reino, até o dia 15 de Setembro de 1808, em que foram expulsos, etc., [CAMPOS, Benevenuto António Caetano], Lisboa, Na Impressão Regia, (1809)
O Telegrafo Portuguez ou gazeta para depois de jantar, [Luís de Sequeira Oliva],

Lisboa, na Impressão Regia, (1808-1814)

Publicações:

Análise Social (1979, 1987, 1991, 1997, 1998)
Boletim do Arquivo Histórico Militar (1976)
Penélope-Revista de História e Ciências Sociais (1994)
Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias (1987, 2003, 2004, 2005)
Ler História (2008)
Revista de História (1991)
Revista de História das Ideias (1979, 1985, 1999)

BIBLIOGRAFIA

Livros e opúsculos

- BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences des lettres et des beaux arts parmi les portugais des deux hémisphères...*, Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822
- BARETTA, João Cabello, "Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot, par Don Joas Cabello Baretta, l'un des employés de la régence royale, témoin oculaire des événements; ouvrage traduit en Français sur le manuscrit inédit", in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d'Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824
- BLAIRIE, Ollivier de la, *Lisbonne et les portugais*, Paris, Chez Correard, 1820
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6257540g/f1.zoom> (lido em 14/04/2014)
- BOURGOING, J. Fr., *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressants sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour; ...par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre plénipotentiaire de la République française en Espagne, ...Tome Premier, Tome Second*, A Paris, Chez F. Buisson, An VI de la République (1798)
- CARRÈRE, Joseph Barthélemy François, *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen, 1797
- Catálogo por cópia extrahido do original das Sessões, e Actas feitas pela Sociedade de Portugueses dirigida por hum Conselho intitulado Conselho Conservador de Lisboa, e instalada nesta mesma cidade em 5 de Fevereiro de 1808; tendo-se unido os instaladores em 21 de Janeiro do mesmo anno, para tratar da Restauração da Pátria*, Lisboa, na Impressão Regia, (1808)
- CHABY, Claudio de, *Excerptos Historicos e Collecção de documentos relativos à Guerra denominada da Peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865-1882, vol. III, vol. I da Parte Terceira, Guerra da Peninsula
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *A Guerra Peninsular*, Lisboa, Lucas & Filho-Editores, 1874

- CHICHORRO, José d'Abreu Bacellar, *Relação breve e verdadeira da entrada do Exercito Francez, chamado da Gironda, em Portugal*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809
- COELHO, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1891
- COSTA, Veríssimo António Ferreira da, *Manifesto das diligencias e meios, que se empregarão em Lisboa relativos à restauração da liberdade da Pátria*, Lisboa, Impressão Régia, 1809
- [COUTINHO, Domingos António de Sousa], *La guerre de la péninsule sous son véritable point de vue ou lettre à Mr. l'Abbé F*** sur l'histoire de la dernière guerre...*, Bruxelles, chez Weissenbruch, imprimeur du Roi et de la Ville, 1819
- DUMOURIEZ, Charles François du Perier, *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*, A Lausanne: Chez François Grasset & Comp., MDCCLXVI, 1775
- ELIOT, William Granville, *A Treatise on the Defense of Portugal with a Military Map of the Country; to which is added, a Sketch of the Manners and Customs of the Inhabitants, and Principal Events of the Campaigns under Lord Wellington by William Granville Eliot, Captain in the Royal Regiment of Artillery....*, London: Printed for T. Egerton, Military Library, Whitehall. 1811
- FOY, Maximilien Sébastien, *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoléon—Précédée d'un Tableau Politique et Militaire des Puissances Belligérants*, Baudouin Frères, Éditeurs, Paris, 1827
- [GAYANT, Paul], *Tableau des Guerres de la Révolution de 1792 A 1815*, Par P. G., Ancien élève de L'École Polytechnique, Paris, Paulin, 1842
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6512807z> (lido em 29/07/2014)
- GOMM, Sir William Maynard, *Letters and journals of Field-Marshal Sir William Maynard Gomm, G.C.B., Commander-in-Chief of India, Constable of the Tower of London &c. &c. from 1799 to Waterloo, 1815*, London, John Murray, 1881
- HALLIDAY, Andrew, *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army: with an Epitome of the Ancient History of that Kingdom, a sketch of the Campaigns of the Marquis of Wellington for the last four years...*, Edinburgh, G. R. Clarke; and London, Longman, Hurst, Rees, Orme, & Brown, 1812
- HOFFMANSEGG, Comte de, *Voyage en Portugal, fait depuis 1797 jusqu'en 1799, par M. Link et le Comte de Hoffmansegg...*, Tome Premier, Paris, Dentu, Imprimeur-Libraire, 1808
- HOWELL, John, "Journal of a soldier of the seventy-first or Glasgow Regiment, Highland Light Infantry, from 1806 to 1815", in *Memorials of the Late War in two volumes*, Vol. I, Edinburgh, Printed for William and Charles Tait, 1819
- HULOT, Jacques-Louis, Baron, *Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843*, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire, 1886
<http://dbooks.bodleian.ox.ac.uk/books/PDFs/590512665.pdf> (lido em 21/02/2014)
- [ILLENS, A. d'], *Souvenirs d'un militaire des Armées Françaises, dites de Portugal par l'auteur de l'essai sur l'état militaire, en 1825*, Paris, Anselin et Pochard, 1827
- IMAZ, Manuel Gómez, *Los periódicos durante la Guerra de la Independencia (1808-1814)*, Madrid, Tipografía de la Revista de Arch. Bibl. Y Museos, 1910
- JONES, John Thomas, *Account of the war in Spain and Portugal and in the south of France, from 1808 to 1814, inclusive*, London, [s.n.], 1818

- LANDMANN, George Thomas, *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war by George Landmann*, London, printed for T. Cadell and W. Davies, 1818, vol. I and II
- LECESTRE, Léon, *La Guerre de la Péninsule (1807-1813) d'après la Correspondance inédite de Napoléon Ier*, par M. Léon Lecestre, Extrait de la Revue des Questions Historiques, Avril 1896, Paris, Bureaux de la Revue, 1896
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65037082/f7.texte.r=Guerres%20de%20la%20Peninsule.langPT> (lido em 03/03/2014)
- MÜLLER, João Guilherme Christiano, *Discurso historico pronunciado na sessão pública da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 24 de Junho de 1812*, Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, 1812
- NAPIER, William Francis Patrick, *History of the War in the Peninsula and in the South of France, from the year 1807 to the year 1814, by W. F. P. Napier, C. B., Colonel H.P. 43rd Regiment, Member of the Royal Swedish Academy of Military Sciences*, Vol. I, London, Thomas and William Boone, 1835 http://purl.pt/23697/3/ds-xix-510/ds-xix-510_item3/index.html#/8 (lido em 26/01/2014)
- NEALE, Adam, *Letters from Portugal and Spain; comprising an account of the operations of the armies under their Excellencies Sir Arthur Wellesley and Sir John Moore. From the landing of the troops in Mondego bay to the battle at Corunna*, London, printed for Richard Phillips, 1809
- NEVES, José Acúrsio das, *A Voz do Patriotismo na Restauração de Portugal e Hespanha*, Lisboa, Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1808
- _____, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s/d, Vol. I, Tomos I e II
- _____, *Manifesto da Razão Contra as Usurpações Francezas*, Lisboa, s/editor, 1808
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1882
- OLIVEIRA MARTINS, J. P., *História de Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, Tomo II, 4ª ed., 1887
- OMAN, Charles, *A History of the Peninsular War by Charles Oman, M.A., Vol. I, 1807-1809, From the Treaty of Fontainebleau to the Battle of Corunna*, Oxford, at The Clarendon Press, 1902
- ORMSBY, James Wilmot, *An account of the operations of the British Army, and of the state and sentiments of the people of Portugal and Spain during the campaigns of the years 1808 & 1809. In a series of letters. By the Rev. James Wilmot Ormsby*, London, Printed for James Carpenter, 1809
- PICARD, Colonel Louis-Auguste, *Guerres d'Espagnes. Le prologue: 1807. Expédition du Portugal*, Paris, Jouve et Cie. Éditeurs, 1911
- PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Memória estatístico-histórico-militar*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1832
- Proclamação da Nação Espanhola aos Portugueses*, Porto, Na Typographia de Antonio Alvarez Ribeiro. Com licença do Intendente Geral da Polícia, Arquivo Histórico Militar, PT AHM-1-14-004-26_m0002
- [RANGEL, José Máximo Pinto da Fonseca], *Severo Exame do Procedimento dos Portugueses, depois do dia 29 de Novembro de 1807 até 30 de Setembro de 1808*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1808

- RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, por J. M. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2ª edição, 1920
- Relação Breve e Verdadeira da Entrada do Exercito Francez em Portugal, em Novembro do ano de 1807*, Lisboa, 1809
- Relação da viagem de Junot a Portugal, dada por ele mesmo a seu amo Napoleão*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1808
- RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal, nos successivos reinados da Monarchia*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, Tomo II, 1872
- ROBINSON, C. W., *A Guerra da Península—1808-1814*, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira & Cardoso, 1883
- RODRIGUES, António Patrício Pinto, *Relação Historica dos Principais Sucessos Acontecidos no Reino de Portugal, desde a Infausta Entrada dos Franceses neste Reino, até à Restauração do seu Legítimo Governo*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1808
- ROSSI, Camillo Luiz de, *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1944
- SARRAZIN, Jean, *Histoire de la Guerre d'Espagne et de Portugal, de 1807 à 1814. Par M. Sarrazin Maréchal-de-Camp*, Paris, J. G. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1814
- Sentinella contra francezes, traduzida do Hespanhol*, Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1808
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Coimbra, 1858
- SOARES, Frei Joaquim, *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela Revolução de França...*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1808
- SORIANO, Simão José da Luz, *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal comprehendendo a História Diplomática, Militar e Politica d'este Reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1893, Segunda Epoch, Tomo I a Tomo V
- SOUSA, Gonçalo José de Araújo e, *Memorias para a Historia Lusitania. Parte Primeira e Parte Segunda, Idea Geral. Das cousas de Portugal, e seu estado interno e externo até ao fim do Anno de 1807 e de 1808*, 2 vols., [Lisboa, 1808]
- SOUTHEY, Robert, *History of the Peninsular War*, London, John Murray, 1828, Vol. I
- Successos de Portugal ou prodigiosa restauração da Lusitania Feliz. Notícia Historica, e analytica, ou Collecção dos successos mais importantes acontecidos em Portugal, desde que as Tropas Francezas entrarão neste Reino...*, Lisboa, Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1809
- Tableau des Guerres de la Révolution de 1792 A 1815*, Par P. G., Ancien élève de L'École Polytechnique, Paris, Paulin, 1842
- THIÉBAULT, Paul Charles (Baron Thiébault), *Aperçu nouveau sur les campagnes des Français en Portugal, en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811, contenant des observations sur les écrits de MM. le baron Thiébault, lieutenant général, Naylies, officier supérieur des gardes de corps de Monsieur, Gingret, chef de bataillon en demi-activité*, A Paris, Chez Delaunay, Libraire, 1818
- _____, *Mémoires du général Baron Thiébault: publiés sous les auspices de sa fille, Mlle Claire Thiébault, d'après le manuscrit original*, 5 vols., par Fernand Calmettes,

- Paris, E. Plon, Nourrit et Cie., 1893-1895, Vol. IV
- _____, *Relation de L'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808, par le 1^{er} Corps D'Observation de la Gironde...*, A Paris, Chez Magimel, Anselinet Pochard, Libraires pour L'Art Militaire, 1817
- TORENO, El Conde de, *Historia del Levantamiento, Guerra y Revolucion de España*, Madrid, En la Imprenta del Diario, 1839
- VANE, Charles William, *Histoire de la Guerre de la Péninsule (Années 1808 et suivantes)*, Paris, A. Bossange, 1828

Estudos

- ALCOCHETE, Nuno Daupias D', *Les Pamphlets portugais anti-napoléoniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Separata especial do vol. XI dos Arquivos do Centro Cultural Português, 1978
- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento, 1992
- ALMEIDA, Lopes de, "A Guerra Peninsular", in PERES, Damião, *História de Portugal*, Vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora, 1934
- AMARAL, Manuel, "Portugal e os conflitos militares internacionais" in *Actas do XIV Colóquio de História Militar*, vol. II, Lisboa, CPHM, 2005
- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito, *Nota acerca das Invasões Francesas em Portugal, principalmente a que respeita à primeira invasão do commando de Junot*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1909
- ARAÚJO, Ana Cristina, "Das Invasões Francesas ao Vintismo", in *Revista de História*, n.º 19 Nov., 1999
- _____, "Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas", *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 7-90, 1985
- _____, "As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais", in MATTOSO, José, *História de Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1998
- ARRIAGA, José d', *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Livro I, Porto, Lopes & C.ª Editores, 1901,
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1929
- AYRES, Christovam [de Magalhães Sepúlveda], *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1930
- _____, *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913
- BARATA, Manuel Themudo, "As Invasões Francesas e a organização da resistência portuguesa", in *Cadernos de História Militar*, nº 1, Direcção do Serviço Histórico-Militar, Lisboa, 1989
- BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003-2004
- BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I, 1777-1792*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1934
- BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986
- BESSA, Alberto, *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias...*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904

- BESSELAAR José Van den, *O Sebastianismo—História Sumária*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987
- BRANDÃO, Raúl, *El-Rei Junot*, Lisboa, Livraria Brasileira de Monteiro & C^a., 1912
- BUENO, José Maria [Carrera], *Los Franceses y sus aliados en España. 1808-1814*, Madrid, Falcata Ediciones, 1996
- BUTTERY, David, *A Primeira Invasão de Portugal, 1807-1808 – Wellington contra Junot*, Lisboa, Texto Editores, 2012
- CÂMARA, Maria Alexandra Gago da, ANASTÁCIO, Vanda, *O Teatro em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal*, Lisboa, Museu Nacional do Teatro, 2005
- CANAVEIRA, Manuel Filipe, “A Culpa foi dos Franceses?”, in *Da Guerra Peninsular: Retratos e Representações*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010
- CÂNCIO, Francisco, *Lisboa no Tempo do Passeio Público*, Lisboa, Impr. Barreiro, 1963, vol. II
- CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, José Vicente, *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010
- CASTANHEIRA, Maria Zulmira, “As Invasões Francesas-Testemunhos britânicos”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2008
- CÉSAR, Vitoriano José, *Invasões Francesas em Portugal*, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1903-1907-1910
- CHANDLER, David, *Dictionary of the Napoleonic Wars*, Hertfordshire, Wordsworth Editions, 1999
- CORREIA, Rita, “Invasões Francesas: o esgrimir das penas e os papéis incendiários”, Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, Lisboa, 1.^a Conferência da Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007 http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/Invasoes/ConflInvasoes_RC.pdf (lido em 05/07/2014)
- COSTA, Fernando Dorez (coord.), *Os Tempos da Guerra Peninsular 1808-1814*, XVIII Curso de Verão do IHC da FCSH-UNL, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 24-27 de Setembro de 2008
- _____, “Franceses e ‘jacobinos’. Movimentações ‘populares’ e medidas de polícia em 1808 e 1809. Uma ‘irrupção patriótica’?”, in *Ler História*, n.º. 54, 2008
- _____, “O bom uso das paixões. Caminhos militares na mudança do modo de governar”, in *Análise Social*, 149: 969-1017, 1998
- COUTINHO, Maria Isabel Pereira, *Notícias das Guerras Napoleónicas. Dietário do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1807-1816*, Porto, Deriva Editores, 2011
- CUNHA, Alfredo da, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, Tip. Ottográfica, 1941
- CUNHA, João Gualberto de Barros e, *Confissão de Napoleão Bonaparte pelo General Sarrazin seguido do testamento de Junot e de história da liberdade em Portugal*, Lisboa, Frenesi, 2006
- DIAS, Graça da Silva, DIAS, J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Vol. I, Tomo II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986
- ESDAILE, Charles J., “Bullets, Baggages and Ballads: Forgotten Sources for the Experience of British Women in the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793-1815”, in *Da Guerra Peninsular: Retratos e Representações*, Casal de Cambra,

- Caleidoscópio, 2010
- _____, *La Guerra de la Independencia-Una nueva historia*, Barcelona, Crítica, 2004
- _____, *The Peninsular War-A New History*, Penguin Books, London, 2003
- FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999
- FERRÃO, António, *A 1ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925
- FLETCHER, Ian, *The Peninsular War, 1808-1811—An Eyewitness History*, The Folio Society, London, 2007
- FONTES, Susana de Fátima Póvoa Alves, *Gazeta de Lisboa: Estudo Informático-Linguístico*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013
- http://www.utad.pt/vPT/Area2/investigar/CEL/CelCollections/Documents/CEL_Lingu%C3%ADstica_9.pdf (lido em 05/07/2014)
- FRANCIS, David, *Portugal 1715-1808*, London, Tamesis Books, 1985
- FRANCO, António de Sousa, “A População de Portugal. Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa”, in *Separata do Boletim N.º 75/76*, Lisboa, Serviço de Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino, 1969
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa – História Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- GATES, David, *La Ulcera Española. Historia de la Guerra de la Independencia*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1987
- GERALDO, José Custódio Madaleno, *As Invasões Napoleónicas desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)*, Âncora Editora, Lisboa, 2011
- GLOVER, Michael, *The Peninsular War—1807-1814, A Concise Military History*, London, Penguin Books, 2001
- HERMANN, Jacqueline, “D. Sebastião contra Napoleão: A guerra sebástica contra as tropas francesas”, in *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, Dezembro de 2002, pp. 108-133
- JUNOT, Jean-Andoche, *Diário da I Invasão Francesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- LA FUENTE, Francisco A. de, *D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira, 1769-1827. O Organizador da Luta contra Napoleão*, Lisboa, Tribuna da História, 2011
- LIMA, Durval Pires de, “Da Queda de Pombal ao Tempo dos Franceses”, in *Lisboa: oito séculos de história*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947
- _____, *Os Franceses no Porto – 1807-1808*, Porto, Imprensa Portuguesa, s/d
- LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991
- LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- MOLINER, Antonio, *La Guerra de la Independencia en España (1808-1814)*, Barcelona, Nabla Ediciones, 2007
- NUNES, António Pires, “A Primeira Invasão Francesa”, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004
- OSMA, José Antonio Vaca de, *La Guerra de la Independencia*, Madrid, Editorial Espasa

- Calpe, 2005
- OURY, Elena Castro, *La Guerra de la Independencia Española*, Madrid, Ediciones Akal, 1995
- PARKINSON, Roger, *The Peninsular War*, Hertfordshire, Wordsworth Editions, 2000
- PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dores, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006
- PEDREIRA, Jorge, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coor), "O colapso do Império e a Revolução Liberal. 1808-1834", in *História Contemporânea de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Editora Objectiva, 2013
- PEDREIRA, Jorge, "As consequências económicas do império: Portugal (1415-1822)", in *Análise Social*, vol. XXXII (146-147), 1998 (2.º-3.º) 1998 (2.º-3.º), pp. 433-461
- _____, "Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural", in *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987-3.º, pp. 563-596
- PRADA, Antonio Moliner, *La Guerra de la Independencia en España (1808-1814)*, Barcelona, Nabla Ediciones, 2007
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1980
- _____, "Invasões Francesas, Tutela inglesa e Monarquia Brasileira (1807-1820)", in RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009
- _____, "As Invasões Francesas na História de Portugal", in *Jornal do Exército*, nº 489, Outubro de 2000
- RODRIGUES, Manuel Augusto, "As Invasões Francesas em cartas pastorais de bispos portugueses", *Revista de História das Ideias*, vol. 7, p. 91, 1985
- RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano: A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997
- ROQUE, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da 'revolta' em Portugal no século XIX", in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, p. 243, 1985
- ROCHA, João da, *Portugal e as Invasões Francesas*, Viana do Castelo, Typ. d'André J. Pereira & Filho, 1909
- SANTOS, Fernando Piteira, "D. Maria I – D. João VI, A viragem do século/A mudança do país", in Medina, João, *História Contemporânea de Portugal, das Invasões Francesas aos nossos dias*, Lisboa, Multilar, 1990, Tomo I
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos, *A Baixa Pombalina, passado e futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000
- SANTOS, Nuno Valdez dos, "A ocupação francesa de Junot segundo documentos existentes no Arquivo Histórico Militar", in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 46, Lisboa, 1976
- SANTOS, Piedade Braga, Teresa Rodrigues, Margarida Sá Nogueira, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996
- SARDICA, José Miguel, "Guerra peninsular. O curso politico-militar", in *História*, Ano XXI (Nova Série), n.º 19, Nov. 1999, p 40-49
- _____, *A Europa Napoleónica e Portugal–Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*, Lisboa, Tribuna da História, 2011
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1931
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, "A Instauração do Liberalismo (1807-1832)", in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 2002
- SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, s/d

- _____, *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980
- SILBERT, Albert, "Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal, in *Revista de História das Ideias*, Vol. II (1978-1979), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 1979
- _____, "Portugal perante a política francesa", in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981
- SNOW, Peter, *To War with Wellington: from the Peninsula to Waterloo*, London, John Murray (Publishers), 2010
- SOUSA, José Manuel Mota de, VELOSO, Lúcia Maria Mariano, *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987
- SANTOS, Piedade Braga, RODRIGUES, Teresa, NOGUEIRA, Margarida Sá, *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965
- _____, *Movimentos populares agrários em Portugal*, Vol. II (1808-1825), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994
- _____, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013
- TERENAS, Gabriela Gândara, *O Portugal da Guerra Peninsular. A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)*, Edições Colibri, Lisboa, 2000
- TORRES, Rafael (MULAS), *1808-1814, España contra España—Claves y Horrores de la Primera Guerra Civil*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2008
- TULARD, Jean, *Dictionnaire Napoléon*, 2 vols., Paris, Fayard, 2011, Tome II, p. 582
- VALENTE, Vasco Pulido, "A Guerra Nacional: 1808", in *Tentar Perceber*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983
- _____, "O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809", in *Análise Social*, vol. XV (57), 1979-1.º, pp. 7-48
- _____, *Ir Prò Maneta - A Revolta contra os Franceses (1808)*, Lisboa, Alétheia Editores, 2007
- VANE, Charles William, *Histoire de la Guerre de la Péninsule (Annés 1808 et suivantes)*, Paris, A. Bossange, 1828
- VARGUES, Isabel Nobre, "Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia", in *Revista de História das Ideias*, 7, Coimbra, 501-67, 1985
- VENTURA, António, "Memórias francesas sobre a Guerra Peninsular", in *A Guerra Peninsular. Perspectivas Multidisciplinares. Congresso Internacional e Interdisciplinar Evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar nos 200 Anos das Invasões Napoleónicas em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2008, pp. 57-71
- _____, "Os panfletos anti-franceses: subsídios para a sua História", Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *O Vício da Liberdade: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)*, Lisboa, 1.ª Conferência da Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2007 <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/InvasaoFRA>

[Ventura.pdf](#) (lido em 20/07/2014)

- VENTURA, António, SOUSA, Maria Leonor Machado de, *Guerra Peninsular: 200 Anos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007
- VICENTE, António Pedro, *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire. Aspects de son activité à l'époque de l'invasion et de l'occupation de ce pays par l'Armée de Junot – 1807-1808*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1984
- _____, “As Invasões Francesas e o seu impacto na economia e na sociedade”, in *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998
- _____, “Do Rossilhão às Invasões Francesas”, in *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998
- _____, “Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular. Actividade Editorial da Real Imprensa da Universidade”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, Coimbra, 1999
- _____, “Préliminaires de la guerre péninsulaire. La campagne de 1801. La première invasion française”, in *Rio de Janeiro, Capitale de L'Empire Portugais (1808-1821)*, Paris, Éditions Chandeigne, 2010
- _____, *Guerra Peninsular (1801-1814)*, Lisboa, Quidnovi, 2007
- _____, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes Referentes a Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971-1983
- _____, *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000
- VITORINO, Pedro, *Invasões Francesas – 1807-1810*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945
- _____, *O Grito de Independência em 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928
- VLACHOU, Foteini, “O Povo mais amado de Deus: War and Religion in Portuguese Popular Prints of the Peninsular War”, in *Da Guerra Peninsular: Retratos e Representações*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010